

PONTO &
VÍRGULA

Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva
Carla Cristina Garcia
Carmem Junqueira
Dorothea Voegeli Passetti
Edgard de Assis Carvalho
Edison Nunes
Edson Passetti
Eliane Hojaij Gouveia
Guilherme Simões Gomes Júnior
Lucia Helena Vitalli Rangel
Lucia Maria Bógus
Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Maria Helena Villas Bôas Concone
Maria Margarida Cavalcanti Limena
Marisa Borin
Mariza Martins Furquim Werneck
Maura Pardini Bicudo Vêras
Miguel Wady Chaia
Mônica de Carvalho
Noêmia Lazzareschi
Rafael de Paula Aguiar Araújo
Rita Alves Oliveira
Rosemary Segurado
Salette Oliveira
Silvana Maria Totorá
Silvia Borelli
Teresinha Bernardo
Vera Lucia Michalany Chaia

Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

Lucia Maria Bógus
Vera Lucia Michalany Chaia

Editor

Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUC-SP, Brasil

Cartoon

Toni D'Agostinho

Revisão de texto

Deysi Cioccarì

Arte e Diagramação

Yasmin Mancini

Ponto-e-Vírgula: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0 .

No 24 - Segundo semestre de 2018

Nota do editor	3
Cartoon - Toni D'Agostinho	4
Cultura digital, cultura hacker e novas formas de atuação de movimentos sociais: um estudo de caso sobre o Ônibus Hacker Gabriela Nardy V. Leitão e Rafael de Paula Aguiar Araújo	5-21
Associativismo, participação e representação política no Espírito Santo Anselmo Hudson Nascimento Siqueira	22-42
Pensamento ameríndio e a ideia de América Latina Gabriel Pietro Siracusa	43-60
O processo eleitoral para escolha de gestor (a) escolar em Abaetetuba/PA Benedito Antonio Nonato Pinheiro	61-79
Mortes violentas no México no século XXI: uma drástica mudança de cenário Ricardo Caldas Cavalcanti Filho	80-96
Quando o indivíduo se transforma: reflexões a partir de Mead, Goffman e Garfinkel Guilherme Figueredo Benzaquen	97-112
A Mulher encarcerada: estigma e justiça Dora Nogueira Porto e Ida Raichtaler do Valle	113-127
Resenha: Ideología: una breve introducción Marcos Sepúlveda	128-132
Entrevista: <i>Streaming</i> , produção, tecnologia e campo musical Igor Fediczko Silva	133-147

.....Nota do editor.....

O número 24 da Revista Ponto-e-Vírgula apresenta diferentes temáticas relacionadas às Ciências Sociais. O texto de Guilherme Figueiredo Benzaquen faz uma reflexão sobre teoria sociológica contemporânea, recolhendo as contribuições de Goffman, Mead e Garfinkel, para avaliar as concepções de indivíduo, ação social e ordem social.

Tomando o tema da violência como fundamental, dois artigos trazem suas contribuições. As professoras Dora Nogueira Porto e Ida Raichtaler do Valle apresentam uma reflexão sobre o encarceramento feminino no Brasil; e Ricardo Caldas Cavalcanti Filho nos apresenta sua análise sobre a elevação dos homicídios no México.

Benedito Antonio Nonato Pinheiro traz a síntese de sua pesquisa sobre o processo eleitoral para a escolha de gestor escolar em um município do Pará, Abaetuba. Anselmo Hudson Nascimento Siqueira escreve sobre associativismo, participação e representação política no Espírito Santo, como estudo de caso sobre as possibilidades de atuação política após a Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira. Gabriela Nardy Leitão e Rafael Araújo também apresentam uma análise sobre atuação política, mas em um outro sentido. Avaliam a experiência do “Ônibus Hacker”, a constituição do projeto, sua caracterização e seus limites de atuação.

O artigo de Gabriel Pietro Siracusa, de forma criativa, recupera a obra de Shakespeare para apresentar uma reflexão sobre o pensamento ameríndio e a ideia de América Latina. Marcos Sepúlveda faz a resenha da obra “Ideología: una breve introducción”, de Michael Freenden. Por fim, Igor Fediczko nos oferece um recorte das entrevistas que realizou para seu mestrado a respeito da nova realidade do campo musical, tomando por base o advento do streaming. Os textos que agora publicamos circundam temas relevantes e certamente contribuirão para o enriquecimento do leitor sobre a produção em Ciências Sociais.

Boa leitura!



Cultura digital, cultura hacker e novas formas de atuação de movimentos sociais: um estudo de caso sobre o Ônibus Hacker¹

Gabriela Nardy V. Leitão²

Rafael de Paula Aguiar Araújo³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar como a cultura hacker e a cibercultura impactam as atuais lutas por mudanças sociais e políticas e a visão dos membros do Ônibus Hacker acerca de seus modos de organização e significados de horizontalidade, abertura e flexibilidade organizacionais. Também se buscou entender como a ética hacker poderia trazer respostas a questões presentes em grupos de ações coletivas, como problemáticas relacionadas à estrutura organizacional, individualidade e cooperação entre pessoas com visões de políticas distintas.

Palavras-chave: Cultura Hacker, Cultura Digital, Movimento Social, Horizontalidade.

Abstract: This paper aims to investigate how the hacker culture and cyberculture impact the current struggles for social and political changes and the vision of the members of the Ônibus Hacker about their modes of organization and meanings of horizontality, openness and organizational flexibility. It was also sought to understand how the hacker ethics could bring answers to issues present in groups of collective actions, such as problems related to organizational structure, individuality and cooperation among people with different policy visions.

Keywords: Hacker Culture, Digital Culture, Social Movement, Horizontality.

¹ Este artigo foi escrito a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo por Gabriela Nardy sob a orientação de Rafael de Paula Aguiar Araújo.

² Cientista Social e mestranda pela UNICAMP. Email: gabileitao@gmail.com

³ Cientista Social, mestre e doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: rafael.araujo1977@gmail.com.

Introdução

O rápido desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas tem causado mudanças significativas em diferentes aspectos da sociedade contemporânea. A presença constante das Tecnologias de Informação e Comunicação no cotidiano, as mudanças na organização geopolítica e as transformações do mundo do trabalho têm levado a teoria social a buscar novas formas de explicar essas mudanças.

Conceitos como sociedade pós-industrial (BELL, 1974), sociedade em rede (CASTELLS, 2000), sociedade de controle (DELEUZE, 1992), império e multidão (HARDT E NEGRI, 2014), entre outros, surgem para buscar compreender os novos arranjos produtivos e sociais.

Com a presença de novas ferramentas comunicacionais e pela organização em rede da internet, a sociedade civil encontrou novas e criativas maneiras de organização. Uma série de coletivos e movimentos que se insurgem contra as diferentes formas de dominações, explorações e controles, passaram a modificar seus repertórios de ação coletiva. Desde 2011 uma série de experimentações sociais coletivas tem ocorrido na organização de lutas culturais e políticas, o que levou ao surgimento de grupos e movimentos como o Anonymous, a Primavera Árabe, as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, o movimento dos Indignados na Espanha, entre outros.

Este trabalho trata dos impactos da cultura digital e da cultura hacker em movimentos sociais, sua atuação política e formas de organização. Como estudo de caso, foi escolhido o Ônibus Hacker, um coletivo iniciado em 2011 e organizado ao redor de um ônibus, adquirido por meio de um financiamento coletivo, ao qual definem como um *laboratório sobre rodas* - um espaço para experiências tecnológicas e políticas. O grupo promove em suas viagens, debates, oficinas e atividades voltadas à autonomia dos indivíduos em relação às tecnologias, ao entendimento de seus aspectos políticos e ao incentivo à experimentação. Suas ações se concentram nas intersecções entre a tecnologia e a política, a cultura e as artes. Os princípios norteadores do Ônibus Hacker são os da ética hacker, como a lógica do compartilhamento, a defesa de que toda informação deve ser livre e acessível e o uso de software livre e aberto.

A investigação ocorreu por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, com entrevistas em profundidade a partir de questionários semiestruturados com membros do Ônibus Hacker. Também foi realizado um acompanhamento detalhado da lista de e-mails e do grupo no telegram⁴ do Ônibus Hacker, espaços on-line de debate e discussão dos integrantes, além da observação participante.

⁴ Aplicativo para troca de mensagens pela internet, focado em dispositivos móveis.

Foram realizadas cinco entrevistas entre outubro de 2015 e junho de 2016. Os entrevistados foram escolhidos de acordo com sua relevância dentro do Ônibus Hacker, experiência em atividades do grupo e reflexão acerca de suas práticas. Para preservar suas identidades, foram usados aqui nomes fictícios. Empregou-se a técnica de entrevista da história oral, no qual são utilizados conceitos provenientes da fala dos entrevistados para o desenvolvimento do trabalho.

Movimentos sociais

Javier Rodríguez Mir (2008) traça uma importante discussão sobre as definições de movimento social. De acordo com o autor, é possível entender, em linhas gerais, que movimentos sociais são coletivos ou grupos sociais que apresentam demandas específicas para a sociedade, autoridades ou grupos. Os movimentos sociais atuam para promover ou resistir a mudanças, na sociedade ou dentro de seus grupos, e aumentam a integração e coesão derivadas de sentimentos de pertencimento e solidariedade.

Os chamados “novos movimentos sociais”⁵, dos anos 1960 e 1970 na Europa e Estados Unidos, caracterizavam-se por mobilizações que comportavam uma combinação de componentes políticos e culturais e a presença de novos atores sociais, como jovens, mulheres, estudantes e minorias étnico-raciais. Estes novos movimentos sociais se diferenciavam dos movimentos trabalhistas tradicionais em suas estratégias, pautas e estruturas. Suas demandas se fundaram no reconhecimento de necessidades socioculturais, identidades coletivas e direitos cívicos que pouco tinham relação com as necessidades distributivas e econômicas históricas sustentadas pelas reivindicações corporativistas dos trabalhadores. Com esses novos movimentos, os conflitos se deslocaram do sistema econômico industrial para o âmbito cultural e identitário. Os novos movimentos sociais apresentaram uma estrutura descentralizada e aberta que incentivava uma maior participação, em contraste com estruturas hierárquicas e centralizadas dos movimentos anteriores (RODRÍGUEZ MIR, 2008).

Posteriormente, surgiu o que foi chamado de movimento anti-globalização, com uma estrutura multicêntrica, horizontal e reticular, cuja complexidade provém da multi-

⁵ Esta categorização tem como objetivo ressaltar o salto qualitativo da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós industrial, acompanhado por uma nova ação coletiva. O “velho” tem sido caracterizado por um tipo de política centrada nos atores tradicionais (sindicatos, partidos, classe trabalhadora). O termo “novo” conota um forte contraste com os “movimentos velhos”, mudando a análise dos movimentos sociais de uma perspectiva focada nas relações de opressão, exploração e luta de classes para uma que enfatiza a identidade, a organização, a cultura e oportunidades políticas.

plicidade de atores, áreas, níveis e redes envolvidos (RODRÍGUEZ MIR, 2008). Fernández Buey (2007) propõe que o denominado “movimento de movimentos” ou “movimento antiglobalização” dá por superada a distinção entre velhos e novos movimentos sociais, posto que este movimento integra tanto sindicatos e partidos políticos de esquerda, quanto organizações feministas, ambientais, movimento étnicos e raciais. Deste modo, Buey considera anacrônica a diferenciação entre velhos e novos movimentos sociais. As lutas contemporâneas são inter-relacionadas e interdependentes, e conseguem construir alianças transnacionais mais facilmente pela existência de um inimigo comum - os grandes capitais internacionais e suas instituições, a globalização econômica neoliberal, os mercados financeiros (LÖWY, 2002).

Manuel Castells (2001) afirma que o movimento antiglobalização é diverso e contraditório. O autor analisou alguns movimentos sociais em rede dos últimos anos e suas formas de atuação, como as insurreições árabes, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos e os Indignados na Espanha. Em sua descrição, Castells (2013) os apresenta como movimentos que não reconheceram nenhuma liderança, que rejeitaram os modelos formais de organização e que se sustentaram, entre outros, na internet para o debate e tomada de decisões.

Os movimentos sociais em rede da atualidade, se aceitarmos a premissa de Castells, fundamentam-se na internet e usam suas ferramentas para mobilizar, coordenar, delegar, deliberar, organizar, decidir, comunicar e atuar. “Há uma conexão fundamental, mais profunda, entre a internet e os movimentos sociais em rede: eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas” (CASTELLS, 2013, p. 167).

Sobre esses movimentos emergentes do século XXI, Hardt e Negri (2014) acreditam que podemos ter um primeiro vislumbre da nova tendência democrática ao analisarmos as atuais revoltas e manifestações, nas quais fica evidente uma inclinação para uma organização cada vez mais colaborativa e em rede. O ciclo global de lutas se desenvolve como uma rede aberta e disseminada, especialmente a partir do protocolo P2P, quando máquinas passaram a conectar-se diretamente, formando uma rede distribuída, por onde a criatividade dos interagentes atua.

O Ônibus Hacker se enquadra no conceito de movimento social na sua forma, mas não no seu conteúdo. Suas práticas e maneiras de atuação coincidem com o exposto acima, no entanto, suas pautas e motivações para a ação coletiva não são compatíveis com a visão de um inimigo comum estabelecido no capitalismo globalizado. A ideia de que

o Ônibus Hacker seja um movimento social foi também questionada por integrantes do grupo.

um movimento social, na minha opinião, tem algum propósito mais definido (...). O Ônibus (...) não tem um propósito único e nem definido. Ele mais está tentando destrinchar processos. Acho que isso reforça a ideia de que ele é um laboratório de experiências mais do que um movimento mesmo (Milton, out/2015).

Apesar do ônibus Hacker não se ajustar perfeitamente às definições de movimentos sociais, optamos por tratá-lo como tal. Acreditamos que esses novos modos de ação social, provenientes das redes digitais na internet, enriquecem a discussão acerca da atuação coletiva e levam o conceito de movimento social para horizontes mais amplos.

Ônibus Hacker

Criado a partir de um grupo de participantes da lista de discussão da Transparência Hacker, uma comunidade que discute, articula e propõe projetos que utilizem as tecnologias digitais para fins de interesse da sociedade, com foco especial em questões relacionadas à transparência pública, software livre e dados abertos, o perfil inicial dos membros do Ônibus Hacker e das suas ações era muito próximo ao perfil da própria Transparência Hacker. Com o tempo, no entanto, o Ônibus Hacker passou a atrair e incorporar pessoas com visões mais abrangentes sobre tecnologia, cultura digital e suas possibilidades. Dessa forma, caminhou em direção a algo *mais aberto*, com uma visão de tecnologia para além do digital, e passou a comportar atividades como oficina de crochê, origami, poesia e feminismo. “Quando penso em tecnologia, no Ônibus principalmente, a gente abrange todos os tipos de técnicas possíveis” (Milton, out/2015).

Antes de toda viagem do Ônibus Hacker, é aberta uma chamada pública para que qualquer pessoa possa participar. O ônibus em si, esse laboratório sobre rodas, carrega uma série de equipamentos, como impressora 3D, hardware livre, máquina de costura, material para a montagem de uma rádio livre, entre outros. A média de duração das viagens costuma ser de uma semana. O contato intenso entre os participantes, que convivem por dias e noites consecutivos e realizam uma maratona de atividades, cria vínculos rapidamente entre os viajantes, que em pouco tempo se unem e passam a colaborar para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo.

O Ônibus Hacker só atinge sua potencialidade quando está viajando, quando está fora da garagem em alguma atividade. A cada viagem é formado um grupo distinto que

cria uma experiência única de atuação a partir daquele laboratório móvel. “Uma viagem do Ônibus nunca é igual a outra, porque a proposta da viagem é diferente sempre, o grupo de pessoas reunido também” (Milton, out/2015).

Cultura Digital e Cultura Hacker

De acordo com Castells, “a Internet nasceu da improvável interseção da *big science*, da pesquisa militar e da cultura libertária” (2013, p.19). Ele caracteriza a cultura da internet por uma estrutura em quatro partes: a tecnomeritocrática (dos cientistas), a dos hackers, a comunitária virtual e a empresarial (CASTELLS, 2013, p. 34-35). Os hackers e sua cultura, dessa forma, estão no centro fundador do que atualmente chamamos de cibercultura. Aprofundar o conhecimento sobre a cultura hacker é, assim, também aprofundar o conhecimento sobre a cultura digital.

A importância de estudar as formas de organização e visão política dos hackers se relaciona com as potências políticas do ciberespaço, que têm se configurado como espaço de disputas políticas e emergência de novas formas de resistências. De acordo com Henrique Parra, as tecnologias digitais se relacionam com o surgimento de novas maneiras de exercício de poder:

Biopoder aplicado pela tecnocracia nos moldes das sociedades do controle (Deleuze, 2007); o Império, como sistema de convergência estatal corporativa que integra as tecnologias de comunicação e cria os próprios mecanismos de autoprodução de legitimidade (Hardt & Negri, 2001); as sociedades “protocollares”, como expressão tecnológica da gestão imperial realizada através das redes telemáticas (Galloway, 2004); ou então nas diversas formas de governança sem governo ou dos estados de exceção (Paoli, 2007; Agamben, 2002) (PARRA, 2008, p. 97).

A ética hacker, construída a partir das comunidades hackers (AMADEU, 2010), possui alguns preceitos fundantes: toda a informação deve ser livre; o acesso aos computadores deve ser ilimitado; hackers devem ser julgados apenas por seus “hackeamentos” e não por nenhum outro critério; hackers desconfiam de toda autoridade e promovem a descentralização; e os computadores podem mudar a vida das pessoas para melhor (LEVY, 2012, pp. 27–33).

Hackers acreditam que quanto maior o processo colaborativo, melhor e mais rapidamente o software será aprimorado. Tal crença é materializada pelo lema “libere cedo, libere frequentemente” (RAYMOND, 2001, p.28). Hackers apresentam um comportamento extremamente meritocrático, defendem a emancipação individual pelo co-

nhcimento e que o conhecimento precisa ser livre para que o maior número possível de pessoas possa contribuir com seu desenvolvimento e se beneficiar com ele (AMADEU, 2010). “Conseqüentemente, hackers realizam um novo modo de resistência que passa pelo conhecimento e pela autoformação de indivíduos autônomos e colaborativos.” (AMADEU, 2010)

A liberdade é também um conceito-chave. “Liberdade para criar, liberdade para se apropriar de qualquer conhecimento disponível, e liberdade para redistribuir esse conhecimento em qualquer formato e canal escolhido” (CASTELLS, 2002, p. 46). Suas comunidades se baseiam na cooperação, na colaboração, na horizontalidade comunicacional, na reciprocidade entre seus membros e apresentam uma estrutura organizacional fundada na informalidade (CASTELLS, 2002).

De acordo com os entrevistados, é bastante difícil explicar o que é o Ônibus Hacker. No entanto, há um consenso de que não é possível entendê-lo sem entender que suas práticas são indissociáveis das características da ética hacker que ele carrega: a cultura da meritocracia, da abertura, da modificação de processos, da experimentação, da criação de atalhos e gambiarras. A ética hacker “informa a maneira como as pessoas tentam fazer o Ônibus funcionar” (Paula, nov/2015). O digital se faz presente como ferramenta e como cultura. Abertura, colaboração, autonomia, compartilhamento, transparência e livre acesso à informação fazem parte do Ônibus porque fazem parte dessa cultura que o gestou.

Algumas frases provenientes do ambiente hacker que são frequentemente ditas pelos membros, como “é melhor pedir perdão do que pedir permissão” e “é melhor errar rápido do que não errar”, nas dão um vislumbre de como a cultura hacker se faz presente. A primeira traz a dimensão da estrutura organizacional fundada na informalidade ressaltada por Castells (2002) e a postura adotada de *fazer* sem muito se importar com planejamentos ou a necessidade de algum tipo de autorização, que resulta em uma valorização do fazer e uma desvalorização da burocracia. A segunda frase reforça esse aspecto da “façocracia”, termo frequentemente utilizado por membros do grupo que reforça a valorização dada para quem faz – errar não é um problema, mas deixar de fazer, de tentar, de experimentar e inovar, sim. Com isso, cria-se um ambiente em que as pessoas se sentem soltas para criar, pois o erro não é censurado.

A gente trabalha com uma lógica façocrática: quem faz manda. (...) Quem faz manda, e as coisas acontecem. Se não gostou, faz melhor. Essas relações se dão de uma maneira muito horizontal, muito orgânica. As pessoas que estão fazendo, estão pilhadas, são as que ditam o rumo das coisas⁶.

⁶ Pedro Markun, entrevista realizada em 2012.

Essa postura em relação à experimentação e ao erro é ilustrada em uma história que ocorreu em uma viagem a Parati em 2012, em que um os integrantes tentaram consertar uma transmissão quebrada do ônibus com uma camisinha. “É possível consertar uma transmissão quebrada de ônibus com uma camisinha? É pouco provável, mas tentamos. É aquela relação, se você não sabe consertar você não é dono. (...) Tem uma questão tecno-estética do pegar, do mudar, do transformar” (George, mar/2016).

Visões e Posicionamentos Diversos

Quando questionados sobre a visão do grupo e suas pautas políticas, a resposta mais comum era “não consigo falar pelo grupo” (Joana, jan/2016). Apesar do sentimento de coletividade, há sempre um reforço de que as pessoas possuem suas próprias visões e opiniões. “Não consigo perceber o Ônibus como uma unidade, acho que tem algumas parcerias de ideias, de ideias distintas, na verdade, no grupo, que não necessariamente se unificam” (Milton, out/2015).

As pautas políticas ciberativistas têm grande dificuldade em se situar no enquadramento tradicional de direita e esquerda, por mais que existam grupos e ativistas cuja atuação pode ser classificada dessa forma (AMADEU, 2010), e o Ônibus Hacker é um exemplo de como é possível atuar politicamente mesmo com integrantes com visões políticas bastante distintas, e até mesmo opostas. Apesar de haver uma maioria de membros que poderia ser colocada no campo da política tradicional considerada de esquerda, isso não é uma unanimidade ou sequer algo desejado. “O Ônibus Hacker tem várias visões sobre política, essa é a parte mais interessante” (George, mar/2016).

O fato de não existir uma grande causa em comum no grupo, como a revolução socialista ou o fim do machismo, apenas pautas específicas e uma crença muito forte em uma forma de agir politicamente que seja coletiva, permite que essas pessoas consigam atuar conjuntamente. O Ônibus consegue “criar um espaço físico e político de convivência de diferentes (...) ele atrai diferentes fazeres dentro de uma lógica geral de compartilhamento, de mais abertura” (George, mar/2016).

Não acredito que exista visão (política) única (no Ônibus Hacker). Aliás, fora a unidade do Ônibus, acho que não existe mais nada que é único no grupo que participa do Ônibus. Mas acho que uma coisa que a gente pode acreditar, que é uma coisa mais comum sobre as pessoas que participam do Ônibus, em sua grande maioria, é a disposição de conviver com o diferente. E acho que todo mundo que se dispõem a fazer uma viagem no Ônibus tá muito disposto a fazer

o diferente, de interagir com pessoas de contextos distintos e fazer esse esforço de ver o diferente e conviver com o diferente. (Milton, out/2015).

O conceito de *multidão*, de Hardt e Negri (2014), elucida o entendimento sobre essa multiplicidade de posicionamentos políticos do Ônibus Hacker. A ordem global contemporânea não pode mais ser compreendida por meio do termo *imperialismo*. Há agora um “poder em rede” que exerce uma nova forma de soberania – uma soberania imperial, e não imperialista. Por isso, este novo poder recebe o nome de *Império*. O ator social que se coloca em contraposição ao Império não é mais o povo ou a massa, mas sim a *multidão* – também ela uma rede, mas uma rede aberta onde as diferenças podem ser colocadas livre e igualitariamente. A multidão pode ser definida como uma multiplicidade de singularidades irreduzíveis. Ao contrário do povo que é uno e reduz todas as distinções a uma unidade, a multidão é múltipla e preserva suas singularidades; e enquanto a massa tem na indiferença sua essência, na multidão, todas as diferenças são mantidas.

A multidão traz consigo uma nova organização social, na qual todos os elementos interagem horizontalmente, em contraposição ao modelo tradicional, que pressupõe um sujeito soberano acima dos demais. A produção econômica da multidão, ao criar formas de vida e cooperação, deixa de ser apenas um modelo de tomada de decisão política para se tornar também ela própria uma tomada de decisão política.

Nesse novo contexto, os autores levantam a necessidade de entendimento sobre como a multidão pode chegar a uma tomada de decisão ao mesmo tempo em que preserva sua pluralidade. Se olharmos o Ônibus Hacker como uma expressão da multidão e um exemplo dos modos como ela pode atuar politicamente com fins à mudança social, é possível contribuir para a compreensão do questionamento levantado por Hardt e Negri.

Abertura, Informalidade e Funcionamento

Ao investigar se o grupo possuía ou não uma estrutura horizontal, as respostas mostraram que a questão principal para sua estrutura não é ser horizontal, mas sim ser aberto. A abertura dentro do Ônibus Hacker significa que qualquer um pode tomar decisões, fazer algum experimento, produzir viagens ou liderar processos. “Nunca presenciei nenhuma situação de coisas que não pudessem ser feitas com o Ônibus” (Francisco, jun/2016).

A *façocracia*, essa valorização do fazer, associada com a *abertura*, permite que haja um aval implícito para as propostas dos membros do grupo, sem a necessidade de

procurar por algum tipo de autorização dos demais. Não é preciso pedir aprovação de ninguém pra fazer nada, não há veto ou votação. Apenas é preciso comunicar o que está sendo feito, para manter a transparência nas ações e permitir que qualquer um possa se manifestar a respeito para colaborar ou levantar críticas e ressalvas. O Ônibus Hacker possui o que foi chamado de um “devir aberto” (George, mar/2016).

Pra mim, a horizontalidade talvez tenha muito mais a ver com isso, com abertura, do que em algum momento alguém ter mais ou menos poder para definir coisas, porque a abertura é o que deixa a possibilidade de novos definidores aparecerem. (...) Se você define à priori com um modelo rígido o que é ou não horizontal, você deixa de ter abertura (Paula, nov/2015).

Assim como na cultura hacker, dentro do Ônibus Hacker a liberdade é valorizada tanto quanto a abertura. Se a busca por um funcionamento horizontal estiver condicionada a uma série de regras e pressupostos que impossibilitem a fluidez e a experimentação, os membros do Ônibus Hacker preferem ficar com seu ambiente relativamente caótico, mas propício a mudanças e ao livre fazer. “Prefiro conviver com os defeitos que o busão tem do que criar um idílico que seja extremamente burocratizado e amarrado” (George, mar/2016).

Essa característica dele (...) de ele não ser um ambiente truncado, de não ter regras, as coisas não estão bem definidas, ele está aberto para você ocupar com o que você achar interessante. Acho que isso atrai muito as pessoas a quererem ocupar ele e participar. (...) Um monte de gente dentro de um ônibus, indo pra um lugar, levando um monte de ideias e um monte de tecnologias malucas. A possibilidade de você fazer o que você quer lá, e ter pessoas que estão a fim de participar, colaborar, conversar, é uma coisa que atrai muita gente, que você não encontra em outros ambientes (Francisco, jun/2016).

A cultura hacker também se faz presente nessa abertura, que se relaciona à crença do grupo de que esse modelo pode trazer realizações muitas vezes impossíveis em estruturas mais fechadas ou formais.

A gente vai voltar sempre pra tal da ética hacker. Ela informa a maneira como as pessoas tentam fazer o Ônibus funcionar, a abertura para propostas, a incorporação de quem quiser contribuir (Paula, nov/2015).

Essa lógica da abertura, associada à ideia de liberdade e não propriedade, traz uma outra consequência, que é a visão de que o Ônibus Hacker não é algo relacionado a um grupo específico, mas sim de quem estiver nele. Ele é visto como um recurso a ser utilizado por quem tiver interesse e disposição.

Manter a lista de discussão pública facilita a troca de informação, mantém o histórico e mantém a proposta das discussões que estão acontecendo serem debatidas em âmbito público, nunca de forma privada, já que a gente considera

o Ônibus como um recurso que pode ser utilizado por todos que participam do grupo, (...) o histórico tem sempre que estar aberto, e a gente tem esse processo de transparência que é bem importante (Milton, out/2015).

Entretanto, também se reconhece os limites dessa abertura. Um deles está relacionado à falta de formalização dos processos, que faz com que pessoas que acabaram de chegar tenham grande dificuldade em entender como participar. “Pra pessoa que tentar entender e não tiver a transparência de como isso funciona, ela pode achar que aquilo é uma caixa preta (...) talvez aí seja o limite da tal da abertura” (Paula, nov/2015).

Os debates em relação ao Ônibus Hacker são sempre “informais, não estruturados, ou pelo menos não explicitamente estruturados” (Paula, nov/2015), no sentido de que não eram feitas reuniões para a tomada de decisões. Em “A Tirania das Organizações Sem Estrutura”, de Jo Freeman (1970), a autora nos auxilia a pensar as questões de grupos sem estrutura, sem liderança, como forma principal de movimento. Freeman reconhece que a informalidade e flexibilidade de tais ambientes encorajam a participação. No entanto, defende que é preciso entender mais profundamente o significado de uma “ausência de estrutura”. O termo *inestruturado* é utilizado para se referir aos grupos que não foram deliberadamente estruturados de alguma maneira específica. Grupos estruturados tem sempre uma estrutura formal e podem também ter uma informal, já os grupos inestruturados possuem apenas uma estrutura informal.

Outra ressalva a ser considerada sobre a abertura do ônibus Hacker é o fato de que são poucas as atividades que alguém consegue fazer sozinho. É preciso dedicação e capacidade de articulação para fazer com que outros membros do grupo queiram participar e colaborar. Levar o Ônibus Hacker em uma viagem envolve muito trabalho. Qualquer um que proponha uma ação *precisa* de outros membros do grupo para realizar uma viagem, conseguir hospedagem, alimentação, espaço para as atividades, dinheiro para combustível e motorista, gente dar oficinas, promover debates, etc.

Quando perguntada sobre o que faz um proposta de atividade seguir adiante, uma entrevistada respondeu “meu esforço e minha capacidade de convencer as pessoas de que aquilo vale a pena (...) nesse sentido depende muito de mim e isso é bom, eu acho, porque a gente tá na chave da *abertura* de novo” (Paula, nov/2015).

Fazer político

O Ônibus Hacker anuncia novas possibilidades de articulação e organização políticas, de reunir atores políticos com motivações e visões políticas distintas. Ele mostra que “algumas coisas dá pra fazer em conjunto com visões diferentes (...) e isso faz parte

da potência política do busão. Isso é difícil de botar na chave das análises políticas que a gente tem” (George, mar/2016).

E isso é muito interessante, você conseguir construir uma mudança de mundo, que duas pessoas veem de forma completamente diferente (...), mas fazer junto sem precisar fazer um acordo sobre o que a gente tá achando da Guiné Bissau hoje ou qual sua posição sobre o Haiti (George, mar/2016).

O ponto crucial em relação ao fazer político do Ônibus Hacker é seu *modus operandi*. Sua inovação encontra-se primariamente nesse âmbito. “Há (no Ônibus Hacker) uma visão comum de como se atuar, e ela tem relação com tudo isso que eu falei, mas acho que não tem uma visão comum a respeito de finalidades” (Paula, nov/2015).

Esse modo de fazer, aberto, que está em constante mutação e permite as mais diversas experimentações e invenções, é visto como uma questão política fundamental. “Um pressuposto, que eu acho que é político, de uma abertura muito grande para as pessoas querendo fazer coisas, e o fazer também virou um pressuposto importante” (Paula, nov/2015). O modo de fazer, de se organizar e realizar suas ações, consolida-se como uma orientação política. “O busão não está só preocupado com a finalidade última da luta. Além da finalidade ele tem um ‘q’ da causalidade” (George, mar/2016).

O Ônibus Hacker ganha relevância em sua busca por criar outras formas de atuar por mudanças sociais, de permitir a inovação e possibilitar que pessoas com visões e desejos de mundo distintos trabalhem juntas. “O Ônibus (Hacker) é uma maneira de criar outros modos” (Paula, nov/2015). Sua forma de atuação incorpora o “caos e visões diferentes (...) não sei se é possível num partido, numa bancada ou em um movimento tradicional” (Paula, nov/2015).

A orientação do Ônibus Hacker acaba por ser, de maneira indireta, a criação de uma nova cultura, a de agir coletivamente. Viajar com o Ônibus Hacker implica uma disposição em conviver com o diferente, com situações inusitadas, com pessoas de contextos distintos. Ele “cria um espaço físico e político de convivência de diferentes (...) isso que acho interessante.” (George, mar/2016).

Diversão

Este outro modo de se fazer política também leva em consideração o prazer e a fruição, que possuem local de destaque para os hackers. O pesquisador finlandês Pekka Himanen constatou que “o primeiro valor a guiar a vida de um hacker é a paixão, ou seja,

algum objetivo interessante que o move e que é de fato gerador de alegria em sua realização” (2001, p.18). Ou, como colocou Castells, “a alegria interior da criação foi muitas vezes identificada como um atributo da cultura hacker” (2002, p.47). Tal atenção ao prazer também é encontrado no Ônibus Hacker, o que indica uma outra postura em relação ao ativismo político: o entendimento de que nem tudo precisa ser um sacrifício, e que a alegria e a satisfação precisam estar presentes também no ativismo.

Além da finalidade ele tem um “q” da causalidade, ou seja, tem que ser gostoso. Numa viagem, além das atividades desenvolvidas, tem a questão do prazer de diversas pessoas de realizar seus objetivos políticos e afetivos ao longo da viagem (George, mar/2016).

Fala-se sobre as emoções e os afetos durante as viagens e encontros. “O Ônibus Hacker virou um espaço tesudo, um espaço que você conhece pessoas muito legais, no qual você repensa práticas políticas que tem nos grupos formais.” (George, mar/2016, grifo nosso). E sobre como é difícil encontrar espaços como o do Ônibus em outros lugares:

O Ônibus Hacker mexe muito com o imaginário. Um monte de gente dentro de um ônibus, indo pra um lugar, levando um monte de ideias e um monte de tecnologias malucas. A possibilidade de você fazer o que você quer lá, e ter pessoas que estão a fim de participar, colaborar, conversar, é uma coisa que atrai muita gente, que você não encontra em outros ambientes (Francisco, jun/2016).

Considerações finais

As entrevistas realizadas evidenciam que a experiência do Ônibus Hacker traz indícios de como a ética hacker e a cibercultura carregam possíveis respostas a questões políticas atuais. A partir da crença hacker de que quanto maior o compartilhamento, mais pessoas e grupos poderão colaborar e melhorar o resultado final, é adotada uma postura de abertura e receptividade ao diferente. Surge um ambiente em que diversas visões de mundo são desejadas e conseguem atuar conjuntamente, desde que se mantenham algumas premissas básicas relacionadas a princípios da cultura hacker, como abertura, colaboração, transparência, horizontalidade, compartilhamento, cooperação e colaboração. Dessa forma,

o Ônibus é uma experiência política poderosa porque a gente precisa entender *outras maneiras de atuar politicamente*, de fazer alianças, que não são baseadas em finalidades e pressupostos, mas que são baseadas em um caminho que você vai fazer (Paula, nov/2015).

A atuação do Ônibus Hacker traz renovação ao ambiente de ações políticas tanto pela sua forma quanto pelo seu conteúdo. Seu conteúdo, ou seja, suas pautas e os objetivos que impulsionam sua ação, não possui um horizonte longínquo de transformação política, apenas questões pontuais, o que leva as pessoas a conseguirem se reunir por questões específicas com as quais se identificam, superando barreiras e impedimentos relacionados a posicionamentos de luta política mais abrangentes, como a defesa da revolução socialista, por exemplo. Ter sua moral baseada nos preceitos hackers permite que, a partir dessa premissa, pensamentos múltiplos e diversos ajam em união quando possuem objetivos comuns. A alteridade, assim, é vista como algo positivo, que enriquece e melhora os processos.

Essa característica aponta para o fato de que uma ética pautada pelo respeito às diferenças e apoiando-se na inventividade e vínculos de identidade garante o foco de atuação dos envolvidos, fazendo com que pressupostos ideológicos mais abrangentes, muitas vezes motivo de dispersão, sejam deixados de lado na prática política.

Sua forma aberta, que guia a atuação e organização política, permite a experimentação e a fluidez do grupo, sua constante evolução e capacidade de adaptação a novos ambientes e necessidades, proporciona uma liberdade de ação que cria um espaço de enorme inovação política. Esse *modus operandi* singular contribui com o processo de atuação conjunta de indivíduos com visões políticas distintas e até antagônicas. Esse modo de fazer é valorizado pelos membros do Ônibus Hacker não apenas como uma questão organizacional, mas sobretudo política. O processo sendo tão reconhecido quanto os resultados finais de seu trabalho abre um leque de possibilidades de formas de se atuar e construir juntos. Há nele uma busca por novas formas e culturas de agir politicamente.

Ao olharmos o cenário atual da esquerda brasileira, por exemplo, que se encontra enfraquecida, fragmentada e possui, historicamente, grande dificuldade na construção de uma frente unificada, o exemplo do Ônibus Hacker pode servir como inspiração de um outro modo de atuação, que consiga reunir atores políticos que apesar de suas divergências, no curto e médio prazo possuem objetivos comuns.

O que a gente fez foi criar uma nova cultura de agir coletivamente, ou criar uma possibilidade de uma nova cultura de agir coletivamente (...) o quanto dessa nova cultura pode concretamente ser uma maneira de agir politicamente mais geral na sociedade eu acho que é uma resposta que não existe, acho que a gente tá procurando. Nesse sentido, essa busca é uma busca da sociedade, dos limites da democracia, dos limites da representação, dos limites da institucionalidade, ao mesmo tempo em que precisa ter institucionalidade. A gente

tá hoje falando da insuficiência do Estado, e a gente não inventou ainda uma outra coisa. Então acho que o Ônibus ele é muito importante nesse contexto de você estar experimentando e criando novas culturas políticas (...) Ele é diferente dos movimentos inclusive nessa finalidade difusa. Você não pode determinar como finalidade de nenhum movimento, coletivo, partido, passeata, governo, criar uma nova cultura política. (...) Mas eu acho que o Ônibus atua nisso (Paula, nov/2015).

A democracia e a representação estão em crise. Enquanto a primeira está em declínio devido à sua dificuldade de se adequar ao tempo atual (HARDT e NEGRI, 2014), a segunda enfrenta problemas relacionados à identificação entre representantes e representados. “A eleição de representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas” (MANIN, 1995). Nesse contexto político de falência das formas estabelecidas de democracia e representação, tanto os meios digitais quanto a cultura de atuação nesses ambientes parecem renovar as possibilidades políticas futuras. Neste sentido, o estudo do Ônibus Hacker nos auxilia no entendimento de como isso pode se dar concretamente e ser levado para os ambientes offline.

A internet e as redes de comunicação sem fio são mais do que instrumentos - são formas organizacionais que criam novas condições para grupos de ação coletiva atuarem, deliberarem e coordenarem suas ações. “As redes da internet e de telefonia celular não são apenas ferramentas, mas formas organizacionais” (CASTELLS, 2013). Há nas redes sociais na internet, espaços de autonomia que se situam além do domínio dos canais de comunicação, tradicionalmente exercidos por governos e empresas. Essa mudança comunicacional favorece a construção da autonomia do ator social, individual ou coletivo, em relação às estruturas de poder verticalizadas (CASTELLS, 2013).

As Tecnologias de Informação e Comunicação criam novas possibilidades de articulação das redes sociais, amplificam a capacidade de participação social e possibilitam novas formas de ação coletiva, organização política, divisão do poder e de compartilhamento de informações. Sem o monopólio da comunicação, há nesses ambientes uma maior pluralidade de ideias, distintas e destoantes entre si. Como consequência, as novas tecnologias estimulam o desejo por outras formas de organização, mais compartilhadas e descentralizadas.

O ônibus Hacker é um exemplo de atuação política na sociedade em rede, que faz uso das tecnologias como meio para a construção do comum. Sua atuação, descentralizada e aberta ao novo e ao inventivo, materializa aquilo que Hardt e Negri descrevem ao tratar da multidão. Uma atuação em rede, de forma criativa e a partir da apropriação

tecnológica. Esse estudo de caso procurou evidenciar algumas pistas para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos e sua complexidade de classificação. O constante e acelerado desenvolvimento tecnológico indica a importância de uma agenda de pesquisa pautada em exemplos assim, capazes de dar forma a uma nova maneira de agir politicamente em rede, unindo ações on-line e off-line.

Referências

AMADEU, S. **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo**. REVISTA USP, São Paulo, n.86, p. 28-39, junho/agosto 2010.

CANAL Ibase. **A ideologia por trás da Transparência Hacker**: entrevista com Pedro Markun. 2012. Disponível em: < <http://www.canalibase.org.br/a-ideologia-por-tras-da-transparencia-hacker/>>. Acessado em 12 de maio de 2016.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **A sociedade em rede**, vol. 1. Editora Paz e Terra, 1999.

_____. **The Internet galaxy**: Reflections on the Internet, business, and society. Oxford University Press on Demand, 2002.

COLEMAN, G. **Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking**. Princeton University Press. Forthcoming 2012.

FREEMAN, J. **A tirania das organizações sem estrutura**. 1970. Disponível em: < <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm> >. Acessado em 10 de maio de 2016.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. in: **Cadernos CRH**. V.21 n.54 p. 439-455. Set/Dez. 2008

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HIMANEN, Pekka. **A Ética dos Hackers e o Espírito da Era da Informação**. Rio de Janeiro, Campus, 2001.

LEVY, Steven. **Os heróis da revolução**: como Steve Jobs, Steve Wozniak, Bill Gates, Mark Zuckerberg e outros mudaram para sempre as nossas vidas. São Paulo: Évora, 2012.

MARÍ SÁEZ, Víctor Manuel (2003): **Nuevas tecnologías de la información, movimientos sociales y cambio social**. In: libro Cultura popular, Industrias culturales y Ciberespacio, UNED, Madrid, España.

PARRA, H. A política entre o analógico e o digital. **Revista Polêmica**, v. 07, p. 95-106, 2008. Disponível em: < http://www.polemica.uerj.br/pol24/cimagem/p24_henrique.htm >.

_____. **Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais**. Sociedade e Cultura, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiânia, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2012, pp. 109-120.

_____. **Política e medialidade nas redes digitais**. ComCiência, 2009. EGLER, T. T. C.. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. *Sociologias*, v. 12, n. 23, p. 208-236, 2010.

RAYMOND, Eric S. **The Cathedral and the Bazaar**: Musings on Linux and Open Source by an Accidental Revolutionary. Revisited Edition. Sebastopol, O'Reilly, 2001.

RODRIGUEZ, I. S. **Nuevas tecnologías y política**: Acción colectiva y movimientos sociales em la sociedade de la información. 2002. Disponível em: < http://www.uned.es/ntedu/espanol/master/segundo/modulos/poder-y-control/medios_disponemos_sadaba.pdf >.

Recebido em 01/11/2017.

Aprovado em 20/12/2018.

Associativismo, participação e representação política no Espírito Santo

Anselmo Hudson Nascimento Siqueira¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar o associativismo enquanto instrumento de participação e representação política no Brasil, especialmente no pós Constituição de 1988, entendendo o associativismo como a possibilidade de grupos de pessoas defenderem interesses específicos junto ao poder político institucional através de uma pessoa jurídica constituída. A pesquisa empírica contou com um levantamento de informações secundárias sobre o associativismo no Brasil, assim como foram estudadas três associações no Estado do Espírito Santo por meio de entrevistas individuais em profundidade. As conclusões indicam que o associativismo por um lado apresenta um caráter heterogêneo em sua formação e atuação, atuando institucionalmente de forma desconectada e descoordenada. Por outro lado, se fortaleceu com a redemocratização do país, se multiplica sob a forma de demandas sociais e atua para combater os problemas de funcionamento dos poderes instituídos, em sintonia com a complexidade da sociedade atual.

Palavras-chave: associativismo, participação, representação, qualidade democrática.

Abstract: This paper researches associativism as an instrument of political participation and representation in Brazil, especially before the 1988 Constitution, with associativism as the possibility of groups of people defending specific interests with the institutional political power through a constituted juridical person. The empirical research included a survey of secondary information on associativism in Brazil, as well as three associations in the Brazil's state Espírito Santo were studied through in-depth individual interviews. The conclusions indicate that the associativism on the one hand presents a heterogeneous character in its formation and performance, acting institutionally in a disconnected and uncoordinated way. On the other hand, it has strengthened with the country's redemocratization, multiplies itself in the form of social demands and acts to combat the problems of the functioning of the instituted powers, in tune with the complexity of the current society.

Keywords: associativism, participation, representation, democratic quality.

¹ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha, defendendo a dissertação intitulada "O Associativismo como forma de participação política: estudo de caso de 03 instituições no Espírito Santo" referência para a realização deste artigo. anselmo.nascimento@uvv.br

Introdução

A Constituição de 1988 fala de igualdade de todos perante a lei, porém o quadro social e econômico das famílias no Brasil é desigual. Quando a igualdade econômica não está presente, dificilmente haverá igualdade jurídica e política nas disputas pelos respectivos interesses em sociedade. Jean-Jacques Rousseau afirma que quanto maior a igualdade econômica entre as pessoas, maiores são as chances de também existir igualdade na defesa pelos respectivos interesses políticos.

É possível identificar um conjunto de iniciativas originadas na sociedade civil, sem vínculo partidário ou institucional, no qual um grupo ou grupos de pessoas se reúnem para defender interesses específicos. Interesses esses que guardam relação com a busca da igualdade econômica e política de que trata Rousseau. Nesse artigo, é essa iniciativa de reunião e defesa de interesses específicos é que será chamada de associativismo procurando contribuir para o debate sobre em que medida esse tipo de instrumento social se constitui em formas de participação que possam contribuir para o regime político dominante.

Analisando o passado político recente do Brasil, a eleição de Tancredo Neves para Presidente da República (numa votação indireta realizada pelo Colégio Eleitoral da Câmara Federal) marcou o fim da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Nesse período de 30 anos de redemocratização do processo político (1985-2015) o Brasil passou por 16 pleitos eleitorais, elaborou uma nova Constituição Federal (1988) e escolheu quatro Presidentes da República pelo voto direto, incluindo nessa perspectiva a possibilidade de reeleição.

Esse breve relato da história política recente do Brasil torna-se necessário para se constatar que, passados 30 anos da reabertura política, não se discute mais a manutenção ou não da democracia enquanto regime político (MOISES, 2012), com as instituições garantindo a relação de força entre os poderes. Nesse sentido, a discussão atual ganha foco sobre a melhoria na qualidade do regime democrático, um dos temas mais estudados no mundo acadêmico contemporâneo.

Dentre as correntes que tratam da qualidade do regime democrático (GUGLIANO, 2013) existe um ponto consoante que merece destaque no meio de tantas divergências de opinião sobre o tema: a presença da liberdade de livre associação (associativismo) como fator fundamental na determinação da qualidade da democracia. Ou seja, uma das condições para que um país seja considerado democrático é a possibilidade da população se reunir para reivindicar e defender seus interesses diante do poder político instituído.

Este artigo pretende problematizar a prática associativista na relação entre reivindicação, participação e representação política. Algumas indagações que orientam o trabalho podem ser assim descritas: quais as características do associativismo enquanto ferramenta de participação política? Qual a representatividade nacional das associações? Quais as características do associativismo realizado no Espírito Santo? Para responder a estas perguntas, o texto é formado, além desta introdução e das conclusões finais, pelas seções sobre o conceito de associativismo, o quadro estrutural do associativismo no Brasil e por algumas práticas do associativismo no Espírito Santo.

A base empírica utilizou como metodologia a análise de dados secundários oficiais (FASFIL, IBGE 2010) e a realização de entrevistas individuais em profundidade com os responsáveis por três associações com atuação no Estado do Espírito Santo.

O conceito de associativismo: reivindicação, representação e participação política

Do ponto de vista semântico, associação significa *ato ou efeito de associar*. E associar, por sua vez, significa “unir, juntar (duas ou mais coisas); reunir em sociedade; estabelecer relação; identificar-se como afim; (DICIONÁRIO AURELIO, 2012, p.73).

As associações se inserem na perspectiva social que se convencionou chamar de terceiro setor e consistem em organizações privadas de interesse público (o primeiro setor é o aparato público e o segundo setor a iniciativa privada). O terceiro setor é composto por entidades não governamentais, que possuem gestão própria, são voluntárias, sem fins lucrativos e legalmente constituídas, ou seja, são pessoas jurídicas.

Do ponto de vista Constitucional, o Art. 5º da Constituição Federal trata da associação nos seguintes incisos:

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas

atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988).

É grande a corrente de autores que afirmam que as associações ganharam força a partir da Constituição de 1988. Ligia Helena Lüchmann, em seu artigo “Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações”, afirma que “há uma grande dificuldade para uma definição precisa de “associação”, ao ponto de perguntarmos se seria possível, frente à multiplicidade de práticas associativas, estabelecer características gerais que permitam algumas distinções sem recair em reduções e simplificações” (LÜCHMANN, 2008, p 61-62). Nesse contexto de heterogeneidade, chama a atenção para a necessidade de entender as ações associativas como formas autônomas e legítimas, porém não necessariamente voltadas para a defesa do fortalecimento dos critérios que definem a qualidade da democracia. Ou seja, pelo fato do associativismo tratar da defesa de interesses de grupos específicos, não necessariamente esses interesses estarão voltados para o fortalecimento das questões democráticas.

Por outro lado, LÜCHMANN, ao discorrer sobre o papel do movimento associativo no processo político democrático, identifica perspectivas que:

Apontam que as associações contribuem para a promoção de bons cidadãos; fortalecem laços coletivos pautados em confiança, cooperação e espírito público; representam grupos e setores mais vulneráveis e excluídos; publicizam demandas e problemas sociais; e promovem e ocupam espaços de gestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas”. (LÜCHMANN, 2013, p.1).

Uma das características principais da prática do associativismo é o seu caráter institucional, que procura trabalhar através da constituição de uma pessoa jurídica. Sobre esse aspecto, Paul Hirst é citado por Lüchmann (2012), no que diz respeito ao posicionamento estratégico da atuação das associações no cenário atual:

Não são os indivíduos e nem certa ideia de sociedade civil dispersa e formada por grupos periféricos que vão garantir, frente a um mundo econômico operado por corporações poderosas e um sistema político sobrecarregado por burocracias estatais, uma reforma pautada na boa administração e na responsabilidade pública nos diferentes domínios sociais.[...] São as associações voluntárias autogovernadas, constituídas, portanto, por mecanismos internos democráticos [...] há um conjunto de necessidades individuais que não podem ser satisfeitas

pela ação privada de indivíduos isolados, e certas liberdades que só podem ser perseguidas de maneira coletiva (2012, p. 68).

Do ponto de vista jurídico, o conceito de associação está contido dentro do termo ONG (Organização não-governamental), “organizações da sociedade civil, as organizações privadas, separadas do Estado, sem fins lucrativos e que desenvolvem atividades com o intuito de propiciar benefícios para a sociedade ou para grupos específicos” (BRELAZ, 2008, p. 1).

Leonardo Avritzer afirma que a prática da participação política através de associações da sociedade civil fortalece a consciência cívica, permitindo que o cidadão participe da vida política sem necessariamente ter que se candidatar a algum cargo eletivo, defendendo a maior integração entre a representação e a participação, trazendo o conceito de públicos participativos, também preocupado com o caráter cívico da participação política.

Evelina Dagnino cita “uma nova face do processo de relação entre Estado e a Sociedade Civil”, caracterizada pelo aumento do associativismo e a emergência de movimentos sociais organizados (dentre outros fatores), se expressando através de “uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta” (DAGNINO, 2002, p. 13).

Não é objetivo deste artigo encontrar formas de superação do modelo representativo vigente nos regimes democráticos, especialmente no Brasil. As críticas que porventura venham a ser feitas ocorrem de maneira a contribuir para a melhoria do regime político vigente através de uma visão pragmática de entendimento da realidade, especialmente considerando o associativismo como um mecanismo democrático útil e atuante na busca pela melhoria da qualidade do regime político vigente.

Autores como Boaventura Santos possuem uma avaliação negativa sobre o modelo representativo ao mesmo tempo em que são favoráveis ao modelo participacionista, cogitando inclusive uma maior complementariedade entre os dois modelos democráticos:

O modelo hegemônico de democracia (democracia liberal representativa), apesar de globalmente triunfante, não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social. Paralelamente a este modelo hegemônico de democracia, sempre existiram outros modelos, como a democracia participativa ou a democracia popular, apesar de marginalizados ou desacreditados (SANTOS, 2002, p. 32).

O modelo representativo atual não atende ao fluxo de demandas sociais, mas como uma atividade de reivindicação de direitos que possa complementar e aperfeiçoar o modelo político representativo vigente. Num processo de vida social cada vez mais complexo, o associativismo é capaz de proporcionar maior senso de responsabilidade cidadã, na medida em que leva as pessoas a pensarem, se organizarem e agirem na defesa daquilo em que acreditam. Por outro lado, ações coletivas não necessariamente podem ser consideradas benéficas para a sociedade, na medida em que podem reivindicar direitos que firam o conceito de cidadania de terceiros. Existe uma relação direta entre a prática associativa e o fortalecimento da democracia? A hipótese trabalhada nesse artigo é para uma resposta positiva a esse questionamento.

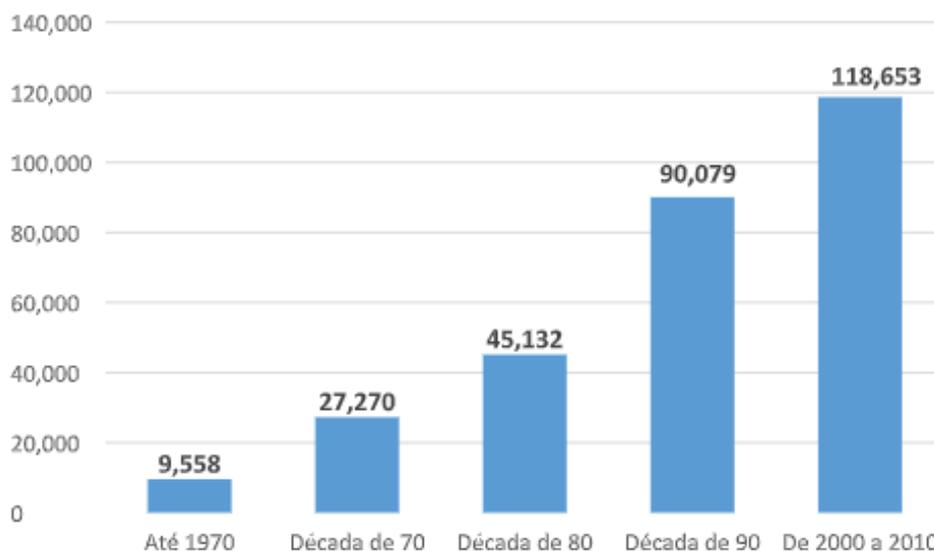
A próxima seção trata do quadro estrutural do associativismo no Brasil, na tentativa de diagnosticar a sua representatividade e as áreas de atuação das instituições no Brasil pós-redemocratização.

O quadro estrutural do associativismo no Brasil: heterogeneidade e desconectividade na atuação associativa

O crescimento do associativismo no Brasil pós-constituição de 1988 é notável. A principal referência de informações encontrada é o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL (IBGE 2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), numa parceria com a Associação Brasileira e Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Este estudo teve como objetivo mapear o universo associativo e fundacional, no que se refere a sua finalidade de atuação e distribuição geográfica no Brasil.

Em 2010 o Brasil totalizou 290.692 associações formais. Deste total, 208.732 foram formadas a partir da década de 90, o que representa uma proporção de 71,8% de todas as fundações em atividade no país, ou seja, quase a maioria absoluta das associações nasceram a partir das leis contidas na Constituição de 1988, fortalecendo a prática associativa no Brasil.

Gráfico 1 – Evolução no número de Associações no Brasil - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as faixas de ano de fundação



Fonte: IBGE – Estudo FASFIL 2010.

Heterogeneidade é a palavra que define o universo de associações no Brasil, com destaque para a religião (28,5%), para os partidos políticos e associações patronais/sindicais (15,4%), e Desenvolvimento e Defesa de direitos (14,6%), conforme as informações da tabela 1:

Tabela 1 – Associações por finalidade de atuação - Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos

Grupos	Nº Associações	(%)
Religião	82.853	28,50
Partidos Políticos, Sindicatos, Associações patronais e profissionais	44.939	15,46
Desenvolvimento e Defesa de direitos	42.463	14,61
Cultura e Recreação	36.921	12,70
Assistência Social	30.414	10,46
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26.875	9,25
Educação e Pesquisa	17.664	6,08
Saúde	6.029	2,07
Meio Ambiente e proteção animal	2.242	0,77
Habitação	292	0,10
Total	290.692	100

Fonte: Estudo Fasfil 2010

Num esforço de refinar as associações dentro do foco deste artigo, será considerada apenas a categoria “desenvolvimento e defesa de direitos” para análise, sob a justificativa de que o referencial teórico trabalha a atuação da associação enquanto instrumento de participação política. E nesse aspecto nesta categoria “desenvolvimento e defesa de direitos” encontramos as seguintes subclassificações:

Tabela 2 – Subclassificação da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos”

Subclassificações	Nº associações	(%)
Centros e associações comunitárias	20.071	47,3
Associações de Moradores	13.101	30,9
Defesa de direitos de grupos e minorias	5.129	12,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2.133	5,0
Desenvolvimento Rural	1.522	3,6
Emprego e treinamento	507	1,2
Total - Desenvolvimento e defesa de direitos	42.463	100

Fonte: Estudo Fasfil 2010. Elaboração do autor

Dentro das subclassificações contidas na tabela 2 apenas a subclassificação “emprego e treinamento” não poderia ser considerada dentro do escopo de análise deste artigo. Num esforço de refinamento e utilizando um critério de classificação mais rigoroso, utilizar-se-ia, para efeito de análise, apenas a subclassificação “defesa de direitos de grupos e minorias” e “outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos” como a subclassificação que representa o conceito de participação e representação política dentro do escopo deste artigo.

Segundo o IBGE, estão contidas nessa subclassificação as associações de defesa de direitos das mulheres, de crianças, adolescentes, pessoa com deficiência, pessoa portadora do vírus HIV, negros, população indígena, GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros); as associações de donas de casa; as associações de estudantes e os diretórios acadêmicos; as associações de veteranos e de aposentados; e as associações de anistiados.

Uma vez definido o público-alvo e retomando a análise sobre o setor associativo no Brasil, é possível identificar uma concentração destas instituições na região Sudeste.

Tabela 3 - N° de associações da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos”, segundo as regiões do país

	N° de associações	(%)
Brasil	5.129	100
Sudeste	1.750	34,12
Nordeste	1.610	31,39
Sul	1.298	25,31
Centro-Oeste	268	5,23
Norte	203	3,96

Fonte: Estudo Fasfil 2010. Elaboração do autor.

Diferente do quadro geral nacional apresentado pelas organizações como um todo, quando analisamos especificamente o quadro de associações no desenvolvimento e defesa de direitos, as regiões Sudeste e Nordeste se destacam em comparação às demais. O refinamento na análise por subclassificações permite enxergar realidades diferentes entre as regiões do país, o que novamente qualificaria uma prática de fomento e estímulo à prática associativa nacional, através da identificação de fragilidades e potencialidades regionais e sugere que podem existir vocações associativas em cada Estado brasileiro que precisam ser identificadas e potencializadas. O debate sobre o novo marco regulatório das organizações civis² não trata especificamente da categorização e áreas de atuação das associações, se atendo basicamente às questões jurídicas de financiamento junto ao setor público e aspectos sobre a prestação de contas das organizações civis. Uma das características da natureza de funcionamento das associações que são foco deste artigo é exatamente a autonomia financeira com relação tanto a iniciativa privada quanto ao setor público, fazendo com que a discussão sobre o marco regulatório fique fora do escopo de análise.

² <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/mrosc>

Tabela 4 – Proporção de associações por pessoas, segundo classificação por Unidade da Federação

Localizações	Nº de FASFIL	População	Relação Pop/FASFIL	(%)
Brasil	290.662	190.755.799	656	100,00
Norte	14.128	15.864.454	1.123	4,86
Rondônia	2.373	1.562.409	658	0,82
Acre	738	733.559	994	0,25
Amazonas	2.360	3.483.985	1.476	0,81
Roraima	332	450.479	1.357	0,11
Pará	6.187	7.581.051	1.225	2,13
Amapá	391	669.526	1.712	0,13
Tocantins	1.747	1.383.445	792	0,60
Nordeste	66.529	53.081.950	798	22,89
Maranhão	6.648	6.574.789	989	2,29
Piauí	4.276	3.118.360	729	1,47
Ceará	13.002	8.452.381	650	4,47
Rio Grande do Norte	4.153	3.168.027	763	1,43
Paraíba	5.628	3.766.528	669	1,94
Pernambuco	8.933	8.796.448	985	3,07
Alagoas	2.282	3.120.494	1.367	0,79
Sergipe	2.782	2.068.017	743	0,96
Bahia	18.825	14.016.906	745	6,48
Sudeste	128.619	80.364.410	625	44,25
Minas Gerais	36.759	19.597.330	533	12,65
Espírito Santo	6.393	3.514.952	550	2,20
Rio de Janeiro	25.881	15.989.929	618	8,90
São Paulo	59.586	41.262.199	692	20,50
Sul	62.633	27.386.891	437	21,55
Paraná	20.739	10.444.526	504	7,14
Santa Catarina	16.517	6.248.436	378	5,68
Rio Grande do Sul	25.377	10.693.929	421	8,73
Centro-Oeste	18.783	14.058.094	748	6,46
Mato Grosso do Sul	3.733	2.449.024	656	1,28
Mato Grosso	4.070	3.035.122	746	1,40
Goiás	6.609	6.003.788	908	2,27
Distrito Federal	4.371	2.570.160	588	1,50

Fonte: Estudo Fasfil 2010 – Elaboração do autor

Pensando na criação de alguns indicadores de desempenho, e considerando que em 2010 o Brasil contava com aproximadamente 190 milhões de pessoas, é possível trabalhar com a proporção de uma associação para cada grupo de 656 pessoas em nível nacional, conforme os dados apresentados na tabela 3. Considerando a relação popula-

ção x associações, é possível afirmar que quanto menor o resultado desta relação, maior é a presença de associações na referida localização. Tomando esse conceito como parâmetro, é possível afirmar que a Região Sul é a mais ativa do ponto de vista associativo, apresentando o indicador de 437 pessoas por associação. Em contrapartida, a Região Norte apresenta o maior indicador (1.123), apresentando uma baixa atividade associativa do ponto de vista de quantidade de associações. O Estado com a maior postura de prática associativa é Santa Catarina (378) e o Estado com a menor postura é Amapá (1.712). A relação de pessoas por associação é um indicador de desempenho que pode contribuir para a identificação de práticas associativas de sucesso, assim como pode ser utilizado como uma referência para identificar os estados deficitários e conhecer as razões por apresentarem taxas tão díspares entre si.

O Espírito Santo aparece 5º lugar (550), ficando atrás apenas dos três estados da região sul e de Minas Gerais. O Espírito Santo tem maior atividade associativa que a média do país (656) e que a média da própria região Sudeste (625).

As informações apresentadas permitem constatar que, a despeito do crescimento vertiginoso das ações e instituições à partir da Constituição de 1988, é nítido constatar a heterogeneidade e a desconexão das práticas associativas no Brasil. Essas duas características explicam as contradições sociais na defesa dos interesses públicos específicos. Características por sua vez totalmente legítimas na prática democrática. O ponto principal dessa discussão é em que medida o fortalecimento do associativismo fortalecerá as instituições democráticas. Essa discussão merece outro estudo, em outro momento.

Voltando para a identificação das características do universo associativista, também é possível constatar as diferenças entre as posturas associativas entre os Estados da Federação; as diferenças entre as posturas associativas quando se considera cada prática associativa isoladamente. À primeira vista, o marco regulatório trata basicamente da forma de remuneração e relacionamento das associações com o setor público e privado dedicando pouca ou nenhuma importância para as características estruturantes e estruturais do setor associativo no Brasil.

Associativismo no Espírito Santo: espaço de participação política

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre as ações associativas, foram entrevistadas pessoas responsáveis pela atuação de três instituições localizadas no Espírito Santo, tendo como unidade de análise associações que tenham a defesa de interesses

específicos como forma de melhorar as práticas dentro do sistema político vigente e que tenham como características ações de caráter reivindicativo a partir de uma articulação e interlocução com os poderes constituídos. O roteiro (semiestruturado) contou com um total de seis perguntas, sendo o primeiro bloco considerado mais conceitual sobre democracia, participação e representação. O segundo bloco, mais pragmático e voltado para a ação associativa, perguntou sobre as ações, resultados e perspectivas dos movimentos que hoje representam.

Quadro 1 – Roteiro semiestruturado

1º Bloco – Conceitos gerais

- 1.1 - Qual a sua visão sobre os conceitos de Democracia, Representação e Participação Política?
- 1.2 - Qual a sua avaliação sobre o funcionamento do regime político atual?
- 1.3 - Quais são as perspectivas sobre o futuro da representação e da participação política no Brasil?

2º Bloco – Atuação associativa: funcionamento, resultados e perspectivas de futuro

- 2.1 - Como funciona a sua associação pensando na representação e participação política?
 - 2.2 - Quais são os resultados alcançados pela associação desde a sua fundação?
 - 2.3 - E quais são os objetivos e metas para os próximos anos?
-

Além das entrevistas individuais em profundidade, foram objetos de análise os respectivos Estatutos Sociais das instituições; notícias e pesquisas de opinião que retratem ou confirmem os argumentos aqui apresentados e relatórios de atividades anuais, que se trata de um documento formal de prestação de conta das instituições.

Quadro 2 – Instituições alvo do estudo de caso

Associação	Foco	Abrangência
ES em Ação	Contribuir para o desenvolvimento do Espírito Santo	Estadual
Transparência Capixaba	Acompanhamento dos gastos públicos	Estadual
Quilombola: Sapê do Norte	Defesa dos interesses dos negros descendentes de escravos	Estadual

Fonte: elaboração do autor

Associação ES em Ação - em sua apresentação institucional, o ES em Ação se descreve como uma “instituição atuante e incentivadora das boas práticas de desenvolvimento sustentável, formada por empresas, empresários e intelectuais que

acreditam no Espírito Santo” (RELATÓRIO ANUAL 2013). Os valores descritos no seu propósito são: Democracia, Educação e Construção da Consciência Cidadã, Ética e Transparência, Moralização das Relações Público-Privadas, Economia de Mercado e Respeito ao Estado de Direito. Os associados do *ES em Ação* são em sua maioria diretores e executivos de grandes e médias empresas situadas no Espírito Santo. A aderência do ES em Ação com o tema do estudo fica explícita quando se destaca o seu objetivo de implementação de políticas públicas com alcance econômico, político e social, a construção de uma rede de relacionamento empresarial, e de formar lideranças que sustentem a formação de ideias inovadoras e coerentes com o futuro que planejamos. Não obstante, ser do segmento empresarial não significa necessariamente apenas defender os interesses dos empresários. Um resultado mais expressivo das ações desta instituição foi promover a retomada das práticas de governança pública ao Estado do Espírito Santo após eleições municipais de 1998.

Sobre a percepção democrática, participativa e representativa, o entrevistado do ES em Ação respondeu:

Não temos um modelo único de democracia. São várias formas em estágios diferentes. Você tem a democracia americana com toda uma história. Tem uma história de democracia diferenciada em cada país: França e Itália, por exemplo. Você tem a Espanha, com todo o movimento agora que é uma espécie de contraposição à representatividade tradicional. E tem o 05 Estrelas, na Itália.

Eu acho no curso prazo difícil mudar o modelo institucional, nós tivemos as grandes manifestações de 2013. Foi um impulso naquele momento, já estava bem clara a insatisfação da população. De certa forma aquela insatisfação não conseguiu chegar nas eleições. Ela não influenciou tanto as eleições. (Entrevistador interrompe a resposta e pergunta: mas você não acha que essas ações do judiciário é uma resposta àquelas reivindicações das manifestações pelo fim da corrupção?) lógico, tem esse lado. Teve uma influência no Judiciário, mas se você olhar para o lado do Executivo e Legislativo, nada se mudou. O legislativo está cego ao que a sociedade demanda. Tem um deslocamento entre Brasília e a Sociedade. Pega as falas dos deputados no impeachment da Presidente Dilma por exemplo, os deputados falaram de tudo, menos do povo.

Veja bem, essa questão de representatividade não é só no capital político. É inclusive no campo das organizações privadas. Tanto na indústria, na federação do comércio, o que existe de representação é porque o estado estruturou algo que é quase...um modelo do século passado.....o modelo atual não está

adequado ao modelo de funcionamento da sociedade. ...a Marta Zorzal (professora da UFES) discute essa questão faz tempo. Além de não ter poder de representatividade, são estruturas enrijecidas.

Sobre as ações associativas e os benefícios para o regime democrático, o entrevistado do ES em Ação faz referência ao documento constitutivo do instituto:

Elementos Constitutivos da Crise Atual: a – a crise política e institucional, com perda, por parte do governo do estado, de credibilidade e capacidade de liderança. b - a situação de ruptura nas relações público – privado: crise de interlocução; c- existe uma clara crise de representação política, com o descolamento dos representantes políticos dos anseios da população. d- ausência de um projeto para o Estado e- Ausência de lideranças empresariais com capacidade de mobilizar reações à crise (Documento Síntese 2002).

Associação Transparência Capixaba: a Transparência Capixaba é uma entidade não-governamental, sem vínculo político-partidário e que não recebe verbas públicas. Foi criada em 2001 com o objetivo de lutar pela transparência pública, combater a corrupção, defender o controle social técnico e da sociedade, defender a participação popular e estimular a conscientização sobre esses temas. A proposta inicial foi buscar dar alguma contribuição para ajudar a resolver o problema e não esperar somente por uma ação do Estado.

Sobre os conceitos de democracia, representação e participação:

Nós temos um problema sério de crise de democracia representativa. Não apenas no Brasil, como também em nível internacional. Nós temos uma sociedade muito complexa hoje. Interesses e demandas muito amplas. Uma diversidade muito grande de questões que são colocadas, e o poder público tem se mostrado incapaz de responder a isso. Eu fico me lembrando, tem um sociólogo americano, Daniel Bell, que faz uma discussão sobre a globalização, que diz que “o Estado é muito grande para atender as pequenas questões do cidadão, e muito pequeno para enfrentar os grandes problemas que a humanidade apresenta”. Então esse é o grande dilema!

Sobre a prática participativa da população, o entrevistado da Transparência Capixaba respondeu:

A população precisa participar até das decisões macro. Lógico, o encaminhamento operacional de como você vai transformar as decisões macro em políticas públicas. É difícil para o cidadão participar desse processo. Com sociedade de massa. Aqui mesmo no município de Vila Velha. Mas nas questões macro é que ainda mais importante. Hoje não acontece essa participação. Ocorre um pouco no processo eleitoral. Apesar de existir uma contaminação por um certo personalismo (político), que caracteriza uma disputa entre personalidades. E acaba que as discussões fundamentais ficam um pouco perdidas.

Nós precisamos construir mecanismos que permitam essa discussão de uma forma mais efetiva. Para o cidadão não se sentir como se tivesse dado um cheque em branco. Seja para o Legislativo seja para o Executivo. Hoje o cidadão vota no seu representante e não tem retorno.

A proposta da Transparência Capixaba consiste em mobilizar a sociedade capixaba para que os casos de corrupção no Espírito Santo que ficam, muitas vezes, sem punição e caem no esquecimento por falta de empenho das autoridades e de cobrança social não sejam esquecidos. No entanto, a Transparência não pretende substituir as instituições capacitadas para combater a criminalidade e a corrupção, mas sim mostrar à sociedade que a administração pública pode funcionar desde que haja controle e que os cidadãos exerçam vigilância constante. O perfil dos associados é predominantemente formado por profissionais ligados à área jurídica, especialmente advogados, juizes, professores universitários, jornalistas e membros da promotoria pública.

A aderência das ações da Transparência Capixaba com o tema do estudo fica explícito quando se destaca o seu objetivo de lutar pela transparência pública, combater a corrupção, defender o controle social técnico e da sociedade, defender a participação popular e estimular a conscientização sobre esses temas. Para a Transparência Capixaba a proposta inicial é buscar defender os interesses do cidadão de uma maneira específica e da sociedade de uma maneira geral, com relação às práticas de governança e utilização dos recursos públicos. O objetivo da Transparência é promover o debate e estimular a participação popular com relação ao uso dos recursos públicos, sem com isso ocupar o lugar institucional dos poderes instituídos.

Associação Quilombola: segundo o INCRA, as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas. Até a década de 1970, na região do Sapê do Norte, como era conhecida a região nordeste do estado do Espírito Santo – municípios de Conceição da Barra e São Mateus – existiam cerca de 10 mil famílias negras rurais, reunidas em aproximadamente 100 comunidades. Hoje, restam apenas cerca de 1.500 famílias negras rurais, reunidas em 20 comunidades, que vêm resistindo a todo tipo de pressão para manterem suas minúsculas propriedades e sua cultura.

Para a entrevistada desta instituição, a maior luta é pelo reconhecimento dos moradores da sua comunidade pelo título de cidadão. A luta pela democracia nesse momento tem o foco para a garantia de direito ao acesso mínimo aos serviços do estado:

Existe a questão da estruturação do movimento. O CONAQ que existe há 20 anos. Focou mais na organização da estrutura do movimento e menos na organização das próprias comunidades.

Hoje o reconhecimento ao movimento Quilombola existe. Todos os espaços reconhecem, na Universidade Federal do Espírito Santo tem muita gente fazendo pesquisa, na conversa com as pessoas, tem as políticas do governo.

A aderência das ações da comunidade do Sapê do Norte com o tema do estudo fica explícito na sua luta pela conquista ao direito de cidadania, através do reconhecimento da sua herança com as terras que ocupam e com o passado de escravidão ao qual os ancestrais da comunidade foram submetidos. A entrevistada do Sapê do Norte deixa claro que a proposta inicial é buscar defender os interesses básicos (direito a saúde, educação, benefícios sociais como qualquer brasileiro).

Análise das entrevistas individuais

A análise dos estatutos das associações entrevistadas chama a atenção para seus respectivos perfis serem todas de instituições não governamentais, não terem vínculo político e partidário e, terceiro, não receberem verbas nem do setor público e nem do setor privado, o que garante a autonomia reivindicativa.

Essas três características ao mesmo tempo em que fazem parte do conceito jurídico de uma associação, afastam o associativismo dos critérios que definem a teoria deliberativa, que determina uma relação mais integrativa com o setor público. Pelas entrevistas realizadas o associativismo exige um grau de independência e de autonomia em suas ações que a deliberação (decidir junto com o poder público) não permite.

Por outro lado, a prática associativa encontra limites em sua esfera de atuação. Por exemplo, o Movimento ES em Ação ter decidido intervir no quadro político estadual não deu à associação o poder de determinar o vencedor no processo eleitoral. E ter contribuído com o Plano Estratégico do ES não deu ao ES em Ação autonomia para decidir sobre as decisões governamentais.

A primeira impressão deixadas nas entrevistas é que as associações podem ser descritas como mecanismos de defesa ao regime democrático, funcionam de maneira independente e estão sempre prontas a atuar à medida que alguma ameaça ao sistema aparece: a Transparência Capixaba e o ES em Ação surgem no mesmo momento político e pelas mesmas razões, porém com objetivos institucionais diferentes. O Movimento Quilombola por sua vez surge para legitimar uma história e integrar na perspectiva cidadã um segmento social específico da sociedade.

As associações precisam de uma condição mínima de funcionamento, como por exemplo a legalidade das suas ações à partir de um modelo jurídico reconhecido e a possibilidade de auto funcionamento, ou seja, é necessária a independência financeira para garantir a autonomia das suas ações e um ordenamento jurídico que garanta a legalidade das suas reivindicações. Por isso o afastamento do setor público e dos seus arranjos institucionais.

As ações associativas ora são fortalecidas pelo *status quo* do regime político e ora acabam fortalecendo esse mesmo *status quo*, num movimento nem sempre simples de se observar e aparentemente contraditório, mas que faz sentido se pensarmos o regime democrático enquanto processo, enquanto mecanismo vivo sempre em busca de melhorias. Assim nos parece ser a atuação do associativismo enquanto mecanismo de participação e de representação política. Uma prática reivindicatória em busca de direitos que possam garantir, em última análise, a própria manutenção do regime democrático.

Essa questão da representação política merece um parágrafo especial, na medida em que na gramática política atual a representação é atribuída a uma decisão eleitoral através do voto. Não obstante, a prática associativa é legitimada não necessariamente através do voto e sim respaldada na sua formação jurídica, garantida por lei na Constituição Federal.

Torna-se importante descrever essa relação entre participação e representação política através da prática associativa. Por um lado os entrevistados afirmam existir uma crise de representatividade no sistema político democrático e essa crise parece ser um dos pontos de atuação do associativismo, quer seja trabalhar as questões de baixo para cima, tentando apoiar o sistema político e institucional na solução tanto das pequenas quanto das grandes questões. Por outro lado, a chancela jurídica e não eleitoral limita os poderes de atuação do associativismo, que precisa encontrar respaldo em ferramentas de negociação junto aos poderes instituídos para fazer valer as suas pautas de reivindicações. As entrevistas foram importantes na melhoria do entendimento sobre a visão do movimento associativo com relação à sua postura diante dos poderes instituídos. O movimento associativo pesquisado se enxerga como uma instância de participação e de representação política local e os resultados das suas ações reforçam essa percepção.

Considerações finais

Esse artigo procurou discutir o associativismo numa perspectiva de contribuição ao regime político democrático vigente, debatendo qual a importância do associativismo enquanto ferramenta de participação política, qual a representatividade nacional das associações através da análise de dados secundários e os exemplos de ações concretas do associativismo através de estudos de caso junto à três associações com atuação no Espírito Santo.

As associações pesquisadas apresentaram exemplos concretos de mudança em alguma parte do setor governamental em função das suas respectivas ações, onde o ES em Ação cita o acompanhamento de um processo eleitoral como forma de reestabelecer o quadro de governança do poder político local. A Transparência Capixaba cita a presença da adoção de novas práticas governamentais para permitir o acesso irrestrito do cidadão comum a qualquer informação sobre os gastos públicos, atitude que levou a própria gestão pública a rever as suas práticas de gestão, possibilitando assim maior aproveitamento dos recursos públicos. A comunidade do Sapê do Norte fala do reconhecimento da cidadania do negro que mora nas comunidades Quilombolas, contando com repasses financeiros institucionais para as prefeituras onde as comunidades estão inseridas.

Esses três exemplos procuram evidenciar a utilidade do associativismo em ajudar no monitoramento das práticas do poder público institucionalizado e que não necessariamente as associações precisam estar dentro do poder instituído para realizar tais práticas. O fato de estarem afastadas das instituições formais é o que permite a essas associações uma postura de reivindicação mais concreta.

A análise empírica das informações permitiram identificar que o funcionamento da associação não necessariamente guarda vínculo direto com a questão social, no que se refere por exemplo a distribuição de renda e redução das desigualdades sociais. As entrevistas realizadas indicam que o associativismo guarda vínculo com a questão de defesa de interesses. A Transparência Capixaba tem como objetivo evitar a corrupção. O ES em Ação tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social. Os Quilombolas querem que o reconhecimento se transforme em benefícios historicamente negados a eles. O associativismo não necessariamente nasce com o espírito de combater a desigualdade social. O associativismo também é motivado para colaborar na resolução dos problemas de funcionamento dos poderes instituídos, em outras palavras, um problema que o associativismo enxerga como uma ameaça direta para a sociedade.

O associativismo estudado usa dos critérios democráticos de direito civil e de liberdade individual para garantir a sua pauta de reivindicações, ao mesmo tempo em que fortalece esses mesmos critérios dentro do regime político. Essa característica do associativismo leva a reflexão sobre um novo indicador da qualidade democrática, que seja quantitativamente o número de associações de natureza reivindicatória, suas áreas de atuação e as conquistas para a sociedade de tais ações e, do ponto de vista qualitativo, mensurar as razões pelas quais o associativismo nasce e se mantém tão vivo no seio da sociedade, sendo conduzida por grupos de indivíduos das mais diversas formações profissionais e sociais.

Em função da metodologia de pesquisa adotada (estudo exploratório e estudo de caso com ênfase em entrevistas individuais) todas as considerações realizadas nesse momento não possuem poder de generalização para o setor associativo. Ou seja, as informações não são conclusivas acerca do tema. Serão necessárias novas pesquisas dada a importância das informações levantadas. Por exemplo, uma das questões de pesquisas que poderão ser trabalhadas a posteriori é se o movimento associativo aconteceria mesmo se a representação institucional fosse aprovada. Em outras palavras, mesmo se a crise institucional que originou duas das associações entrevistadas não tivesse acontecido, o movimento associativo aconteceria independente da avaliação sobre o quadro político institucional?

Ademais é possível pensar numa agenda de pesquisa que tenha como objetivo investigar o perfil de formação dos associados; as áreas de atuação e as práticas associativas no Espírito Santo; a visão dos líderes das associações com relação à participação e representação política; identificar os principais gargalos na manutenção do associativismo e nas perspectivas futuras; identificar as oportunidades e ameaças ao associativismo, para ficar em alguns exemplos de questões pertinentes que surgiram ao longo da pesquisa desta dissertação. Outra linha de pesquisa é a caracterização do setor, a partir de uma classificação das atividades que possam de fato diferenciar as associações de outras instituições não governamentais mas que possam, sobretudo, diferenciar as atividades dentro das próprias associações que tem como finalidade a defesa de algum interesse específico.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. (Capítulo 11)

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo. Revista Lua Nova. Nº 39. 1997

BRELAZ, Gabriela. Os Desafios da Participação e da Representação: Uma Análise da Comissão de Legislação Participativa. Encontro de Administradores Públicos e Governança. 2008.

DAGNINO, E (organizadora) – Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8ª edição. Curitiba: Positivo, 2010.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro (2013). Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. Revista Debates, v. 7, n. 1, p. 229-243.

IBGE: As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010. Rio de Janeiro, 2012.

LÜCHMANN, Ligia M. Modelos Contemporâneos De Democracia e o Papel Das Associações. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. 59-80, out. 2012.

_____. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 20, Nº 43: 59-80 OUT. 2012

_____. Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. Campinas, SP. 2002

_____. Impactos democráticos do associativismo: questões teóricas e metodológicas: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Abril: 2013. UNESP

MOISÉS, José Álvaro (2010). *A confiança e os seus efeitos sobre as instituições democráticas*. MOISÉS, José Álvaro (org.). Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP.

_____. In Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil. LAPOP.

Movimento Empresarial ES em Ação: <http://www.es-acao.org.br/>

Movimento Quilombola: <http://www.palmares.gov.br/>

PATEMAN, Carole (1992). *Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole: uma teoria participativa da democracia*. PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática, São Paulo: Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura S. (org.) Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002

Transparência Capixaba: <http://transparenciacapixaba.org.br/>

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007

Recebido em 02/02/2017.

Aprovado em 10/10/2018.

Pensamento ameríndio e a ideia de América Latina

Gabriel Pietro Siracusa¹

Resumo: O artigo visa discutir a noção “América Latina”. Após passar brevemente pelas origens do termo e seus usos variados no decorrer da história, tentaremos defender a possibilidade de uma visão da América que parta dos povos originários. Como o pensamento Ameríndio conceberia nosso subcontinente? A partir de quais pressupostos? Qual seria, enfim, a visão de Caliban a respeito de si e de sua ilha, para falarmos com a metáfora shakespereana? Nossa sugestão será que a partir da reflexão Ameríndia podemos propor uma noção de América Latina mais ampla, capaz de abarcar a diferença e o Outro, em contraposição à visão recorrente na história de uma América Latina branca e elitista.

Palavras-Chave: Caliban, Pensamento Ameríndio, Pensamento Latino-americano, Identidade, Diferença

Abstract: The article aims to discuss the notion of “Latin America”. After briefly passing through the origins of the concept and its diverse uses throughout history, we will try to defend the possibility of a vision of America that departs from the native peoples. How would Amerindian thought conceive our subcontinent? From what assumptions? What, in short, would Caliban’s vision of himself and his island be, to speak of the Shakespearean metaphor? Our suggestion will be that from Amerindian reflection we can propose a broader notion of Latin America, one capable of embracing difference and the Other, as opposed to the recurring vision of a white and elitist Latin America.

Keywords: Caliban, Amerindian thought, Latin-American thought, Identity, Difference

¹ Graduado em Relações Internacionais pela USP, mestre e doutorando em Ciência Política pela USP. E-mail: gsiracs@gmail.com.

Preâmbulo

A ideia de América Latina foi utilizada de diversas maneiras no decorrer da história, na maioria delas com o intuito de criar uma unidade que pudesse se contrapor a um inimigo externo. Essa tendência à uniformização acaba gerando certos efeitos colaterais. Em geral, a noção foi pensada e posta em circulação por uma elite crioula branca que buscava uma origem latina para si – na França, na Espanha, em Portugal etc. – e excluía parcelas da população: indígenas, negros, mestiços (MIGNOLO, 2005). Não à toa, o Caribe – e o Haiti em especial, primeira revolta anticolonial bem-sucedida – não é pensado como fazendo parte do grande grupo América Latina². Talvez, mais do que buscar nossas raízes em algum passado idealizado fosse mais importante começar a tentar construir um futuro de fato comum, capaz de abarcar a multiplicidade aqui existente. Para isso, é preciso uma categoria de América Latina que não elimine as diferenças. Mais: precisamos de uma ideia de América Latina que exija a diferença, que saiba reconhecer que a diferença – o Outro – é parte constitutiva de quem somos e não pode ser eliminada – nem no plano das ideias, nem no plano concreto. Talvez pudéssemos, então, construir uma América Latina de fato plural e justa, capaz de respeitar os diferentes modos de vida das populações que aqui habitam e de garantir uma vida digna para todos. Gostaríamos de sugerir, então, que a contribuição que a América pode dar ao mundo não se encontra em suas raízes ibéricas (MORSE, 1988 [1981]), mas em outro lugar: nos povos ameríndios. Tirar os olhos da Europa. Olhar com atenção para a América.

Nosso percurso será o seguinte: passaremos brevemente pelas primeiras formulações do termo, ressaltando o uso instrumental do adjetivo “latino” progressivamente substantivado, com o objetivo de construir uma unidade – por cima – e defender as independências recém-conquistadas frente a ameaças externas – Estados Unidos e, por vezes, a própria Europa. Após, lembraremos algumas contribuições que em certa medida problematizaram a “unidade forçada” que a ideia de “América Latina”, quando pensada pela elite crioula branca e europeizada, carrega. Por fim, abordaremos o que consideramos uma forma outra – possível – de se pensar a região. Recorreremos, para tanto, a um diálogo interdisciplinar, buscando mobilizar a contribuição que a antropologia pode nos dar para refletir a respeito de uma visão ameríndia da “América Latina” – um conceito cujo conteúdo, então, deixaria de corresponder à sua forma³.

² Podemos pensar que, ao menos em algumas situações, os termos aparecem juntos, denotando certa proximidade. Por exemplo, na criação da Comunidade de Estados latino-Americanos e Caribenhos em 2010, ou então na própria CEPAL: “Comissão Econômica para América Latina e Caribe”.

³ A bem da verdade, analisar as metamorfoses que a ideia de América Latina sofreu durante a história nos

Introdução

O termo “América Latina” foi pensado pela primeira vez na França de Napoleão III, no contexto das disputas imperialistas entre EUA e França. Fazia parte de um esforço ideológico de contrapor uma “suposta unidade linguística, cultural e ‘racial’ dos povos latinos” à herança germânica da porção norte do continente (MORSE, 1988 [1981], p. 14). Neste contexto, as elites criolas dos países recém-independentes buscavam aproximar-se de intelectuais e tradições europeias, num esforço de construção nacional e de apagamento do passado colonial. A ideia de uma América “Latina” lhes permitia se desvincular de seu passado mais recente e abraçar suas raízes anteriores, latinas e europeias. Como resultado, “‘Latin’ American Creoles turned their backs on Indians and Blacks and their faces to France and England” (MIGNOLO, 2005, p. 66-8).

Em 1856 temos os primeiros usos do termo, com o nicaraguense Francisco Bilbao (1995 [1856] e o colombiano José Maria Torres Caicedo (1857 [1856]). Ambos se colocam contra incursões imperialistas dos EUA na porção meridional do continente e defendem uma espécie de “segunda independência”, uma emancipação mental a partir da “raza latino-americana”, que assegure a “unidad de la América del Sur” (BILBAO, 1995 [1856], p. 56). Decerto, o termo aparece ainda de forma titubeante, hesitante. Porém, serve para marcar um contraste com o que Bilbao chama de “individualismo yankee” (BILBAO, 1995 [1856], p. 53-4). Os Estados Unidos figuram como “nuevos opressores”, “traidor”; a “sajona raza” como “enemiga mortal que ya amenaza” a liberdade da “raza de la América latina” (TORRES CAICEDO, 1857 [1856], VIII e IX).

Esta posição que enfatiza a diferença entre “las dos Americas” (TORRES CAICEDO, 1857 [1856]), ao mesmo tempo que homogeneiza cada uma sob o signo “latina” e “saxã”, irá proliferar (DARÍO, 1920 [1896], 1998 [1898]; GROUSSAC, 1897, 1898) e chegará ao auge com a publicação, por José Enrique Rodó, de “Ariel”, em 1900. Observamos nestes textos uma argumentação que parte da peça “A Tempestade” como uma fonte de símbolos, identificando “Caliban” com os Estados Unidos e “Ariel” com a América Latina – sempre, obviamente, com restrições, como ao Haiti e ao próprio Brasil. As alegorias visavam a consolidar o projeto que tais intelectuais tinham para o futuro do

leva a crer que o conteúdo do conceito jamais correspondeu à forma, isto é, o conceito de América Latina jamais abarcou, de fato, toda a região, das américas, com origens latinas. Como lembra Mignolo (2005, p. 94), “when the relation between the name and the subcontinent is called into question, the political projects that brought ‘Latin’ America into being have to co-exist with political projects originating among the silenced population, who do not see themselves as they have been constructed and do not care to belong to the ‘Latin’ ethos”.

subcontinente: a educação das massas, a libertação espiritual, um governo de sábios, etc. Assim, o latino-Ariel aparece como representante de um espiritualismo desinteressado, em contraste com o yankee-Caliban símbolo do materialismo utilitarista e disforme do Norte anglo-saxão. Mais do que saber se a América Latina foi uma invenção europeia ou não, nos importa aqui ressaltar que se trata de uma construção que busca homogeneizar a região com base em certos critérios e que, nesse processo, exclui reiteradamente um outro não desejado, em especial ex-escravos negros de origem africana e indígenas. A elite crioula branca procura criar uma América à sua imagem e semelhança e irá buscar esta imagem na Europa (MIGNOLO, 2005).

Essa posição, ainda que matizada por outros argumentos e intenções, chega até fins do século XX, na obra *O Espelho de Próspero*, de Richard Morse. Não se trata mais, aqui, de “América Latina”, mas de “Ibero-América”. Ou seja, procurando dar mais exatidão aos termos, o estadunidense irá buscar a especificação: não somos herdeiros de toda a tradição latina, mas de uma parte específica dela, a Península Ibérica, o que de forma alguma resolve o problema que estamos colocando, talvez apenas o acentue. A partir daí, o autor buscará delinear o que considera a contribuição da Ibero-américa para o “Grande Desígnio Ocidental” (MORSE, 1988 [1981]).

A ausência reiterada das figuras do negro e do indígena – absolutamente centrais para a construção do que conhecemos hoje por América Latina – só será matizada naquilo que foi chamado de “Momento Caliban”, quando a figura do nativo disforme e selvagem passa a ser identificada com o povo latino-americano e valorizada⁴.

O Momento Caliban

Aimé Césaire e Frantz Fanon irão pensar a questão da identidade em outros termos. A partir da inversão operada por Octave Mannoni (1950), segundo a qual Próspero não seria mais um intelectual benevolente, mas um colonizador neurótico, os dois martinicanos irão criticar a obra do francês, assumindo um tom deliberadamente

⁴ Isto ocorre nas obras de Roberto Fernández Retamar (2005 [1971]; 2005 [1993]) e Aimé Césaire (1969) – neste, com uma mudança explícita operada na personagem Caliban em sua releitura da peça de Shakespeare. Podemos considerar, ademais, que a valorização da negritude em Fanon (2008 [1952]) e a valorização da figura do indígena com Oswald de Andrade (1990 [1924]; 1990 [1928]) contribuam para combater o apagamento que apontamos nas perspectivas anteriores. Por fim, vale apontar que Césaire cita, em seu “Discurso sobre o colonialismo”, as figuras do “índio, dos amarelos e dos negros” como as vítimas fatais da empreitada colonial e racista do ocidente (CÉSAIRE, 1972 [1955], p. 2), dialogando com a proposta que aqui delineamos.

anticolonial. Ao colocar em primeiro plano o problema do colonizado – e do negro, do proletariado, em outras palavras, do oprimido –, Fanon e Césaire podem nos ajudar a desestabilizar as categorias de América Latina que excluem a maior parcela da população – pobre, negra e indígena – da região.

Quando Césaire afirma que a civilização ocidental é incapaz de solucionar as duas principais questões que foram postas nos dois séculos de domínio burguês – a questão colonial e o problema do proletariado –, abre grandes avenidas para uma crítica da forma de pensamento ocidental. A Europa, segundo Césaire, é “indefensável”, moral e espiritualmente (CÉSAIRE, 1972 [1955], p. 1). De certo modo, levamos a sério sua perspectiva quando sugerimos que a contribuição que podemos dar ao mundo não se encontra em nossas raízes ibéricas, mas no modo de pensar ameríndio. Falaremos mais disto adiante.

Césaire irá colocar o passado colonial europeu no centro de sua reflexão. Depois de ler suas linhas, ignorar as agruras do que foi o colonialismo tornou-se impossível. Segundo o martinicano, é preciso concordar com o que a colonização não foi:

[...] neither evangelization, nor a philanthropic enterprise, nor a desire to push back the frontiers of ignorance, disease, and tyranny, nor a project undertaken for the greater glory of God, nor an attempt to extend the rule of law. (CÉSAIRE, 1972 [1955], p. 2)

Depois, devemos admitir que os atores decisivos no empreendimento colonial foram

[...] the adventurer and the pirate; the wholesale grocer and the ship owner, the gold digger and the merchant, appetite and force, and behind them, the baleful projected shadow of a form of civilization which, at a certain point in its history, finds itself obliged, for internal reasons, to extend to a world scale the competition of its antagonistic economies. (CÉSAIRE, 1972 [1955], p. 2)

Neste processo, o pensador irá retirar todos os véus de ilusão que ainda, porventura, cerquem as menções ao fato colonial – como, por exemplo, a perspectiva de Mannoni, sobre o complexo de dependência do colonizado. Ao mesmo tempo, Césaire enfatiza a necessidade do contato entre diferentes civilizações – colocando em movimento o mesmo princípio da diferença que marca o pensamento ameríndio. Não se trata, portanto, de valorizar abstratamente as formas de pensar e de estar no mundo dos índios e negros pré-colonização, ou de defender que estes devem se isolar do contato com o dito Ocidente. Para Césaire, “a civilization that withdraws into itself atrophies; [...] for civilizations, exchange is oxygen [...]” (CÉSAIRE, 1972 [1955], p. 2). No entanto, o contato promovido

pela colonização foi o pior possível: foi aquele que levou à destruição das civilizações que apareceram pelo caminho – Cortez no México, Pizarro no Peru etc. Para Césaire, colonização e civilização são quase opostos: a colonização desciviliza o colonizador, o degrada, o leva a tomar as ações mais vis e a praticar os atos mais violentos e desprezíveis. De fato, o colonialismo talvez tenha sido o maior retrocesso, em termos civilizacionais, de que tenhamos notícia em toda a história universal.

Fanon, por sua vez, descobre a impossibilidade de se aplicar, mecanicamente, as formas europeias de pensar e interpretar aos países de passado colonial. E, ao fazê-lo, põe em cheque uma concepção de América Latina que não tenha em seu centro este próprio passado colonial, de exploração e opressão. A certeza de pertencer a uma vasta comunidade de oprimidos, os “condenados da terra”, dá força à obra fanoniana. Ela diz respeito à Argélia, mas também à América Latina. Nos “Condenados...”, que é seu livro mais conhecido, “[...] encontramos no pocas observaciones válidas para nosotros los latino-americanos, pues aunque el libro se dirige de preferencia a los pueblos africanos, contempla el horizonte general de nuestros países todos, con problemas comunes en no pocos puntos” (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2016 [1965], p. 81).

Talvez esta unidade na luta, que Fanon explicita em seu pensamento e vida, possa servir de lição para um conceito mais revolucionário e inclusivo de América Latina, ainda que o martinicano não tenha pensado diretamente a respeito de nosso subcontinente. Fernández Retamar ressalta este aspecto, ao dizer que:

[...] la verdadera patria de un colonizado es una colonia en revolución. Nuestras revoluciones son una sola revolución, y *por eso* nuestros países, al parecer heterogéneos, forman una unidad. ¿Y cuáles son esos países nuestros? Indudablemente, los que ahora llaman subdesarrollados o del tercer mundo; los que Marx nombró alguna vez ‘secundarios’, y son conocidos, en general, como las colonias. (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2016 [1965], p. 78-9)

Oswald de Andrade, por sua vez, retoma a metáfora calibanesca utilizada anteriormente por outros autores para defender uma espécie de canibalismo cultural. O poeta procura enquadrar a vida nacional no contexto internacional, sem hierarquias rígidas: coloca a ideia de que a colônia deve devorar a metrópole, degluti-la e propor uma nova concepção, mais original, de cultura nacional. Essa mistura do arcaico com o novo – associada com a própria inversão do duplo civilização e barbárie, já proposta por Montaigne no século XVI e retomada por Roberto Fernandez Retamar no século XX, num contexto especificamente latino-americano, dialogando com Sarmiento – será a base da originalidade que Oswald busca na cultura brasileira. É preciso destacar que Fanon vai ainda mais longe da inversão deste duplo, afirmando com clareza que

O colonialismo e o imperialismo não estão quites conosco por terem retirado de nossos territórios suas bandeiras e suas forças policiais. Durante séculos, os capitalistas comportaram-se no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra. As deportações, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão foram os principais meios empregados pelo capitalismo para aumentar suas reservas de ouro e diamante, suas riquezas e para firmar seu poderio. (FANON, 1968 [1961], p.80)⁵

A riqueza dos países imperialistas é também nossa riqueza. No plano universal, esta afirmação, é de presumir, não pretende absolutamente significar que nos sentimos tocados pelas criações da técnica ou das artes ocidentais. Bastante concretamente a Europa inchou de maneira desmedida com o ouro e as matérias-primas dos países coloniais: América Latina, China, África. De todos esses continentes, perante os quais a Europa hoje ergue sua torre opulenta, partem, há séculos, em direção a esta mesma Europa os diamantes e o petróleo, a seda e o algodão, as madeiras e os produtos exóticos. A Europa é literalmente a criação do Terceiro Mundo. (FANON, 1968 [1961], p. 81)

A inversão fanoniana é material e dupla. Por um lado, a beleza e o esplendor da civilização europeia se devem, ao fim e ao cabo, à extração de riquezas das colônias; por outro, a avaliação dos crimes e devastações, isto é, a barbárie, deve ser julgada não pelo que ocorre na Europa – e nos Estados Unidos, acrescenta Retamar –, mas pelo que foi feito nas colônias: “no en Europa, sino en el Congo; no en los Estados Unidos, sino en Vietnam. Solo el tercer mundo conoce en toda su integridad el horror del capitalismo” (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2016 [1965], p. 82).

Por fim, vale destacar uma menção explícita que Fanon faz à América Latina. Se um exame das aventuras desta categoria na história demonstra a situação de dependência mental que se encontrava a elite crioula recém independente no momento de sua formulação (MIGNOLO, 2005), Fanon destaca a situação de dependência material em que se encontravam as burguesias dos países africanos que buscavam – e realizavam naquele momento – suas independências, utilizando-se de exemplo latino-americano:

Em seu aspecto decadente, a burguesia nacional será consideravelmente ajudada pelas burguesias ocidentais que se apresentam como turistas enamorados do exotismo, das caçadas, dos cassinos. A burguesia nacional organiza centros de repouso e recreação, lugares de divertimento da burguesia ocidental. Essa atividade tomará o nome de turismo e será equiparada a uma indústria nacional. Se se deseja uma prova dessa eventual transformação dos elementos da burguesia ex-colonizada em organizadores de *parties* para a burguesia

⁵ Fanon ecoa, de maneira quase explícita, embora sem citar, o famoso capítulo de Marx sobre a acumulação originária.

ocidental, vale a pena evocar o que se passou na América Latina. Os cassinos de Havana, do México, as praias do Rio, as meninas brasileiras, as meninas mexicanas, as mestiças de treze anos, Acapulco, Copacabana, são estigmas dessa depravação da burguesia nacional. Porque não tem ideias, porque está encerrada em si mesma, separada do povo, minada por sua incapacidade congênita para pensar no conjunto dos problemas em função da totalidade da nação, a burguesia nacional assumirá o papel de gerente das empresas do Ocidente e praticamente converterá seu país em lupanar da Europa. (FANON, 1968 [1961], p. 127-8)

Como se vê, a burguesia nacional de certos países subdesenvolvidos nada aprende nos livros. Se tivesse prestado atenção aos países da América Latina, teria sem nenhuma dúvida identificado os perigos que a espreitam. [...] Nos países subdesenvolvidos a fase burguesa é impossível. (FANON, 1968 [1961], p. 143-4)

Para os países dependentes, periféricos, neocolônias, etc., a solução que apresenta Fanon é revolucionária. Sartre afirma, em seu prefácio, que “[...] Fanon explica a seus irmãos da África, da Ásia, da América Latina: realizaremos todos em conjunto e por toda a parte o socialismo revolucionário ou seremos derrotados um a um por nossos antigos tiranos” (SARTRE, 1968 [1961], p. 7). Talvez seja preciso explicitar que Fanon não estava se referindo à experiência soviética – e isto ele deixa muito claro em diversas passagens do livro, como, por exemplo: “Os países subdesenvolvidos [...] devem agora recusar instalar-se nesta competição [entre o sistema capitalista e o sistema socialista]. Não deve o Terceiro Mundo contentar-se com definir-se em relação a valores que o antecederam” (FANON, 1968 [1961], p. 78). Mas qual seria esta revolução de que nos fala Fanon? Ora, o martinicano coloca o problema da seguinte forma:

Ao contrário, devem os países subdesenvolvidos esforçar-se por dar à luz valores que lhes sejam próprios, métodos e um estilo que lhes sejam específicos. O problema concreto diante do qual nos achamos não é o da escolha entre o que custar entre o socialismo e o capitalismo, nos moldes em que foram definidos por homens de continentes e épocas diferentes. Sabemos, é certo, que o regime capitalista, quanto ao modo de vida, não pode permitir-nos cumprir nossa tarefa nacional e universal. A exploração capitalista, os trustes e os monopólios são os inimigos dos países subdesenvolvidos. (FANON, 1968 [1961], p. 78-9)⁶

⁶ Formulação muito próximo à de Mariátegui: “No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indoamericano. He aquí una misión digna de una generación nueva” (MARIÁTEGUI, 1928).

Como pensar – e tentar resolver – tal tarefa hoje, levando em conta nosso contexto específico? Creio que o pensamento ameríndio e os diversos modos de vida postos em prática por populações originárias ao redor do globo têm muito a nos ensinar a este respeito. Gostaria, na próxima e última seção, de refletir um pouco a respeito da contribuição que a filosofia ameríndia pode dar para pensarmos nosso estar-no-mundo latino-americano.

Caliban fala

Tentarei, então, radicalizar os posicionamentos anteriores – do “momento Caliban” – e me perguntar, para seguir na alegoria shakespeariana, se esta perspectiva emancipatória que Fanon pensa poderia ser buscada junto a Caliban. Devemos especificar agora o que queremos dizer quando falamos de Caliban; não se trata do povo latino-americano, como para Fernández Retamar, pois acreditamos que esta concepção, na forma como a elabora o cubano, acaba por reduzir a diversidade de posicionamentos, culturas, histórias e lutas que temos no continente americano – embora a intenção declarada do autor seja exatamente a oposta⁷. Para nós, trata-se de pensar junto com os povos originários, os nativos, que sobreviveram a reiteradas tentativas de erradicação, ao mais violento genocídio já realizado na história, e que continuam, hoje, pensando e lutando⁸.

Tonico Benites traz, em uma tese de doutorado inspiradora, a luta dos Guarani-Kaiowá para recuperar suas terras tradicionais – os *tekohã* - e para manter vivos seus modos de organização e de luta política, em especial suas assembleias, os *Aty Guasu*, momento de discussão política e rituais religiosos (*jeroky*) (BENITES, 2014). Poderíamos lembrar e trazer inúmeros outros exemplos da luta indígena recente (Mingolo (2005) por exemplo traz uma porção destes). Mas gostaríamos de nos concentrar, já nos encaminhando para o fim deste trabalho, sobre uma possível contribuição que a filosofia ameríndia poderia dar para o modo de pensar ocidental e para pensar nossa própria identidade enquanto diferença permanente. Talvez, a solução ideológica que buscava Morse para o “Grande

⁷ Importante lembrar que no posfácio de 1993 o autor esclarece sua concepção de mestiçagem num sentido muito mais próximo à noção de diferença que aqui propomos (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2005 [1993], p. 94-7).

⁸ Fernández Retamar coloca, já em 1993, a presença de milhões de descendentes diretos dos habitantes originários da América como algo extraordinário. Cita os exemplos de Peru e Equador, onde os índios são mais que um terço da população, e a Guatemala e a Bolívia, onde são mais que a metade (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2005 [1993], p. 96).

Desígnio Ocidental” estivesse de fato em terras americanas, mas não na anglo-américa, nem na ibero-américa, e sim na América indígena.

Mas precisamos prosseguir com cuidado. Partimos da análise que Claude Lévi-Strauss realiza dos mitos ameríndios e de seu princípio comum, que o antropólogo denomina “ideologia bipartite dos ameríndios” (LÉVI-STRAUSS, 1993 [1991]). Nos auxiliará em nosso percurso a interpretação que Beatriz Perrone-Moisés faz da obra de Lévi-Strauss, em especial de seu *História de Lince*, último livro de Lévi-Strauss dedicado à mitologia ameríndia, publicado em 1991, e no qual podemos observar a filosofia ameríndia em operação⁹. Levaremos em conta o alerta que faz a antropóloga brasileira, quando nos lembra que “as ‘coisas’” que determinado povo agencia para pensar “são retiradas de um conjunto de ‘coisas’ postas pelo lugar do planeta em que a cultura que os conta [que conta os mitos] se situa – elementos do meio ambiente, por exemplo -, e pelas ‘coisas’ postas por essa cultura particular – instituições, classificações, cosmologias etc” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 244).

Neste sentido, os mitos em geral – e os estudados por Lévi-Strauss em particular – não são um reflexo da realidade destes povos, nem de suas culturas e, embora eles nos digam muito acerca das sociedades de onde provêm e nos auxiliem a pensar seus mecanismos de funcionamento (LÉVI-STRAUSS, 1971), não se trata aqui de estudá-los para compreender a estrutura das sociedades ameríndias. As questões centrais pensadas nos mitos são “compreensíveis para humanos de culturas diversas daquelas que contam os mitos” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 244), ou seja, pode-se, a partir delas, tecer reflexões que vão além de seu contexto de origem. Assim, trata-se de buscar qual contribuição o pensamento ameríndio pode nos dar para compreender nossa condição latino-americana hoje.

As cosmologias ameríndias já floresciam aqui muito antes desta parte do mundo ser denominada América. Em que se baseia este pensamento? O princípio basilar do pensamento ameríndio é: “a ideia de que a dualidade, a diferença, são fundamentos do cosmos e condição de sua existência que se expressa nas formas de organização social na relação com o outro” (NOVAES, 2006, p. 15). Contrapõe-se, assim, ao “princípio da unidade e da identidade do pensamento ocidental”, o qual “resultou em uma vasta empresa de erradicação violenta das alteridades nativas” (NOVAES, 2006, p. 15). Como se vê, já

⁹ A antropóloga brasileira propõe esta reflexão em um contexto que não nos é alheio: tratava-se, então, de propor visões sobre a América Latina e, neste sentido, é uma contribuição central para o debate a que nos propusemos aqui (PERRONE-MOISÉS, 2006).

temos posta aqui a contribuição central da filosofia ameríndia: contra um pensamento unificador, homogeneizante, que apaga as diferenças, um pensamento da diferenciação, que as valoriza.

A questão que se coloca “a todos os humanos, da relação entre a identidade e a diferença, entre o eu e o outro, entre princípios opostos”, recebe duas respostas distintas nas cosmologias ameríndias e europeia-ocidental. Na perspectiva ocidental, “as diferenças podem ser anuladas, pela obliteração de um polo, pelo englobamento, pela hierarquia, pela diluição” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 245). Ou, para lembrar Pierre Clastres, refletindo sobre a “singular selvageria que o Ocidente traz consigo”, que afirmou que “a muito notável intolerância da civilização ocidental diante de civilizações diferentes, sua incapacidade de reconhecer e aceitar o Outro como tal, sua recusa em deixar subsistir aquilo que não lhe idêntico” (CLASTRES, 1968, p. 87). Na filosofia ameríndia, por outro lado, as diferenças podem “ser mantidas, amplificadas, multiplicadas, e seus movimentos recíprocos ser considerados mola mestra de tudo, condição de existência de tudo” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 245).

Um dos casos de mitos mais profícuos para compreender o pensamento ameríndio em movimento são os mitos de gêmeos. Lévi-Strauss nos mostra como mitos com notáveis semelhanças em suas tramas – por exemplo, aquele contado pelos tupinambás da costa brasileira, registrado pela primeira vez no século XVI, e o mito grego dos dióscuros Castor e Pólux – podem refletir a respeito da gemelaridade de modos opostos: “as diferenças entre os gêmeos tupis são continuamente enfatizadas, inclusive sob a forma da oposição aberta (briga entre eles), ao passo que as diferenças originais entre os dióscuros vão-se apagando, eles são extremamente unidos (brigam juntos contra outros), suas aventuras têm a marca da cooperação” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 247). Enquanto no final do mito tupinambá os gêmeos se opõem radicalmente, no grego eles se tornam iguais¹⁰.

Os mitos da tradição dita ocidental se preocupam sempre com a resolução lógica da diferença, “seja com o desaparecimento de um dos gêmeos, seja com a progressiva anulação das diferenças iniciais entre eles no correr do relato, como no caso dos dióscuros”. Por seu turno, os mitos ameríndios seguem caminho contrário. Eles desenvolvem uma espécie de jogo de diferenças, que se torna o eixo central de sua reflexão. É um movimento constante que jamais pode chegar a um equilíbrio, ou a alguma espécie de síntese dialética. Pelo contrário, o desequilíbrio, a diferença inicial, deve, se possível, ser reiterada, intensificada,

¹⁰ Os gêmeos tupis serão Sol e Lua – ou seja, sempre desunidos no tempo e no espaço – já os dióscuros comporão uma única constelação, permanecendo sempre unidos.

multiplicada, sempre reposta. “A ideologia bipartite dos ameríndios afirma a diferença como essencial e fundante, mola do universo e força geradora, sob todas as suas formas. E correlativamente afirma que a identidade é estéril, que um mundo sem diferenças seria um mundo inerte, morto” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 255-6).

Lévi-Strauss analisou uma gama considerável de mitos ameríndios, chegando a conclusão que estes estavam sujeitos a uma lógica específica que é a mesma que rege o pensamento humano em geral. Para ser mais específico, o antropólogo está, nesse raciocínio, contrariando a divisão, por vezes reiterada, entre um “pensamento ‘primitivo’, pré-lógico e fundamentalmente diverso do que opera entre ‘civilizados’ ou ‘modernos’” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 242). Rompe, assim, tanto com o “evolucionismo ingênuo”, quanto com o “sagaz”, esboçados no debate Morse x Schwartzman (MORSE, 1988 [1981]; 1989; SCHWARTZMAN, 1988; 1989). Joga pelos ares, inclusive, a própria formulação oswaldiana, já que não existiriam, mais, atrasados e avançados para serem invertidos, apenas distintos princípios de organização da reflexão, pois, embora pensem do mesmo modo, os humanos pensam coisas incrivelmente diversas (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 242).

Como Lévi-Strauss observa, em vários mitos ameríndios os personagens “candidatos à união” são reiteradamente afastados. O pensamento ameríndio se recusa a unificá-los. O fundamento deste pensamento reside na oposição, no afastamento, na diferença e esta é a base de tudo o que fazem (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 249). O princípio da diferença reaparece sob outras formas nas cosmologias ameríndias: os matsiguengas do sopé dos Andes contam que o mundo é resultado da oposição entre dois princípios criadores: o “sopro todo poderoso do alto” e o “sopro todo poderoso de baixo”. A terra onde vivemos seria o resultado do choque entre os dois princípios: as montanhas encontram-se ligadas ao princípio de baixo, a bacia fluvial onde habitam os matsiguengas, ao de cima (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 249).

Como se vê, a filosofia ameríndia caracteriza-se então por uma “abertura para o outro”. Outro exemplo em que isto se manifesta é a alternância entre dia e noite, um dos elementos mais centrais nos mitos ameríndios estudados por Lévi-Strauss. Um código facilmente acessível, que nos permite entender com clareza como funciona este modo de pensar: “opostos, dia e noite se alternam e é preciso que mantenham sua oposição e sua alternância, para o bom andamento do mundo. Não se pode, assim, estabelecer uma hierarquia entre os dois” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 253).

Os mitos ameríndios pensam

como seria impraticável um mundo sem essa alternância, sem essa oposição, sem essa diferença. [...] Dizem, todos, que é preciso haver dia e noite, e que é preciso que se alternem. Pois é a relação entre os opostos, aqui sob a forma da alternância, o fundamental. A filosofia ameríndia não parte do princípio de que basta haver diferenças [...]. É preciso que diferenças existam e que se relacionem, mas é também preciso que se mantenham diferentes, pois é a distância entre opostos, seu potencial de diferença, que constitui o mundo. (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 254).

O que está em jogo não é a diferença em si, mas “a relação diferencial e o processo de diferenciação” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 255). Nesta relação, os opostos geram formas intermediárias, graus de diferenciação que permitem uma imensa variedade de configurações –para além do dia e da noite, a madrugada, o crepúsculo, o amanhecer, enfim, um gradiente de possibilidades de diferenciação que serão continuamente repostas. Lévi-Strauss nota “a facilidade com que tribos afastadas, sem relação entre si, integraram os brancos em sua mitologia, e quase nos mesmos termos”. Isto se explica, afirma, apenas com a assunção de que

[...] o lugar dos brancos já se encontrava marcado em vazio em sistemas de pensamento baseados num princípio dicotômico que, etapa após etapa, obriga a desdobrar os termos a cada etapa; de modo que a criação dos índios pelo demiurgo tornava automaticamente necessário que ele tivesse criado também não-índios. (LÉVI-STRAUSS, 1993 [1991], p. 200)

Várias cosmologias ameríndias desenvolvem a ideia de que “o outro é destino do eu, seu oposto e seu futuro, instituindo equivalências entre mortos, inimigos, deuses, brancos, fundadas na relação de oposição” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 251). Não é mais do que afirmar, de outro modo, que são “as relações entre diferenças que fazem o cosmo, a vida, a condução humana, e de pensar a diferenciação como processo fundante” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 251).

Como vimos, o pensamento ameríndio opera com diversos graus de alteridades, de modo que uma diferença mínima já basta para que não haja a identidade (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 253). No caso dos brancos, eles foram situados num lugar lógico pré-existente, aquele destinado ao “Outro”. Parte-se, neste caso, da alteridade. Os europeus, por sua vez, duvidaram, em um primeiro momento, da humanidade dos índios. Os mataram e escravizaram. Depois, os classificaram como representantes de outra época, como pertencentes a um tempo que já passou. Primitivos. Arcaicos. Neste modo de pensar, afirmamos, parte-se da identidade. O europeu se esforça por destruir, de alguma forma, aquele que não lhe é idêntico, seja fisicamente, seja culturalmente – “tudo aquilo que não

é ela própria [à Razão ocidental] encontra-se em ‘estado de pecado’ e cai então no campo insuportável do desatino” (CLASTRES, 1968, p. 87). Uma forma de pensar narcísica, para a qual é feio o que não é espelho, lembrando a canção de Caetano. Assim, o conceito de “latinidade” pensado por intelectuais franceses ou pela elite crioula hispânica operou por meio de uma identidade histórica e cultural que supostamente incluía a todos, mas que na realidade produziu um “effect of totality that silenced the excluded. ‘Latinidad’ produced a new type of invisibility for Indians and for people of African descent in ‘Latin’ America” (MIGNOLO, 2005, p. 89).

As cosmologias ameríndias se projetam para a multiplicidade. O pensamento ocidental, para a unidade (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 251). Pelas ironias da história, em nosso continente houve o encontro de duas formas radicalmente distintas de compreender o mundo e os cosmos. Deste (des)encontro, resultou a erradicação quase completa de uma dessas formas, aquela que preza pela diferença. A ideia de América Latina, em sua constituição original – como projeto político da elite crioula e branca, que excluía negros, pobres, indígenas, caribenhos, etc. – é uma manifestação clara dessa forma de pensamento. Desde os primeiros contatos, os europeus se propuseram a erradicar a diferença indígena, com graus variados de violência. Um conceito de América Latina que não abarque explicitamente os povos originários e os oprimidos em geral repete essa violência.

Como coloca Beatriz Perrone-Moisés,

Quando encarada como um problema, a diferença tem de ser eliminada, e os índios tinham de deixar de ser não-brancos. E isso não é apenas parte de nosso passado: ecoa no presente, de formas não menos violentas, diga-se de passagem. Também não por acaso, os ameríndios, ao contrário, mostraram-se, desde os primeiros contatos, interessados na diferença dos europeus, abertos, como sempre, para mais essa figura da alteridade e para o poder gerador de seus afastamentos diferenciais. A diferença é, para eles, tudo menos um problema a ser anulado ou superado. (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 256).

Felizmente, nenhum dos projetos de erradicação da diferença indígena foi completamente bem-sucedido. Mesmo a ideia de América Latina tem sido problematizada e questionada por movimentos diversos, que estão modificando, pouco a pouco, o ethos excludente da latinidade pensada como identidade (MIGNOLO, 2005, p. 91-4). Os indígenas, afinal, resistiram: “Mitos gerados pelo princípio do dualismo fundante, da diferença fértil, da oposição geradora são ainda contados nas mais de cem línguas indígenas faladas atualmente em território brasileiro, que ecoam outras dezenas e dezenas

de culturas indígenas na América” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 257). Com isso, temos diante de nós um modo outro de ver o mundo e de estar nele, distinto tanto da herança francesa, quanto ibérica – e, decerto, distinto também da herança anglo-saxã do Norte. Qualquer forma cultural humana deve ser protegida e respeitada por nós. As visões ameríndias, para além deste valor intrínseco, nos coloca uma escolha: “podemos pensar a diferença como um problema, ou como potencial gerador, na figura de Castor e Pólux, ou na figura de Tamendonare e Aricoute¹¹. Ainda bem, nos ensina a filosofia ameríndia, que não estamos reduzidos ao um” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 257).

Neste sentido, os mitos ameríndios, além de ajudar a explicar como funcionam as sociedades que os contam, nos lembram que nossa própria sociedade poderia ser diferente¹². Tais cosmologias são, por um lado, uma visão *da* América Latina e são compartilhadas por inúmeros povos que aqui habitam. Por outro, é uma perspectiva que *transborda* a América latina, tanto no tempo, quanto no espaço: “no tempo, porque a antecede e continua vivendo nela. No espaço, porque seu solo é o continente, do estreito de Bering ao de Magalhães” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 241). Podemos pensar, por fim, como uma visão *a respeito da* América Latina, isto é, como um conjunto de perspectivas *sobre* a região, “visto que a tudo, em princípio, pode ser aplicada” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 241).

Conclusão

Quando Fanon se coloca em pé de igualdade com os Argelinos, estabelece uma ligação entre os colonizados do planeta. De certa forma, trata-se de construir uma unidade, porém uma unidade na multiplicidade. Fanon sabia que não podia deixar de lado os indígenas – aliás, os argelinos seriam, a bem da verdade, os indígenas em questão, o povo originário que luta contra o invasor externo que lhe quer dominar. De Fanon, podemos pensar a unidade na luta, na prática cotidiana. Uma perspectiva que permita conectar as resistências à opressão que já era, em sua época, conectada. Fernandez Retamar observa bem este ponto, fazendo a conexão entre a luta latino-americana da revolução cubana com a obra de Fanon:

¹¹ Gêmeos tupis.

¹² Basta lembrarmos de Oswald de Andrade e pensar com teria sido, se os índios tivessem despedido os portugueses, em vez de serem vestidos por estes.

En la América Latina conocemos bien este préstamo de grandes figuras de una tierra a otra, y es posible que ningún otro país nuestro, a lo largo de su historia, se haya beneficiado más con esto que la propia Cuba: el dominicano Máximo Gómez que dirigió nuestras tropas contra España; el venezolano Carlos Aponte, que después de pelear en las filas de Sandino murió junto a Guiteras, y el argentino Ernesto Che Guevara son solo algunos ejemplos. (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2016 [1965], p. 78)

A possibilidade de pensar nossa região a partir da filosofia ameríndia é a possibilidade de pensar sem nos reduzirmos ao um (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 257). Pensar a América – Latina, Ibérica, Hispânica, Nossa, etc. – sem reduzi-la a uma falsa unidade, sem proceder a uma nova violência contra aqueles que foram, reiteradamente, excluídos desta história. Mais: propor uma noção de América que leve em conta esta diferença, que a torne produtiva, não em algum sentido abstrato de mestiçagem, mas que considere a importância de se garantir a existência e os modos de existir de povos diversos. Talvez em algum desses modos, possamos encontrar as saídas que Morse já anunciou como urgentemente necessárias.

Bibliografia

ANDRADE, Oswald. “Manifesto Pau-Brasil”. In: *A Utopia Antropofágica*. São Paulo: Editora Globo, 1990 [1924]

_____. “Manifesto Antropofágico”. In: *A Utopia Antropofágica*. São Paulo: Editora Globo, 1990 [1928]

_____. “A Crise da Filosofia Messiânica”. In: *A Utopia Antropofágica*. São Paulo: Editora Globo, 1990 [1950]

BENITES, T. *Rezando e Lutando: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus Tekohã*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014

BILBAO, Francisco. “Iniciativa de la América. Idea de un Congreso Federal de las repúblicas”. In: ZEA, Leopoldo (Org.). *Fuentes de la cultura latino-americana*. México: FCE, 1995 [1856]

BONFIN, Manoel. *América Latina: males e origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1903]

CÉSAIRE, Aimé. *Une Tempête*. Paris: Éditions du Seuil, 1969

_____. *Discourse on Colonialism*. Trad. Joan Pinkham. Monthly Review Press: New

York/London, 1972 [1955]

CLASTRES, Pierre. “Entre o silêncio e o diálogo”. In: *Lévi-Strauss*. São Paulo: L’Arc Documentos, 1968

DARÍO, Rubén. Los raros. “Edgar Allan Poe”. Madrid: Editorial Mundo Latino, 1920 [1896].

_____. “El triunfo de Calibán”. In: *Revista Iberoamericana*. V. 64, n. 184-185, 1998 [1898].

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

_____. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1961]

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. “Fanon y la América Latina”. In: *Pensamiento Anticolonial de Nuestra América*. Buenos Aires: CLACSO, 2016 [1965]

_____. “Calibán”. In: *Todo Calibán*. Bogotá: ILSA, 2005 [1971].

_____. “Posdata de enero de 1993”. In: *Todo Calibán*. Bogotá: ILSA, 2005 [1993].

GROUSSAC, Paul. *Del Plata al Niagra*. Buenos Aires: La Biblioteca, 1897.

_____. “Discurso del sr. Groussac”. In: *España y Estados Unidos*. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billtetes de Banco, 1898.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mythologiques IV: L’homme nu*. Paris : Plon, 1971

_____. *História de Lince*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1991]

MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1981].

_____. “A miopia de Schwartzman”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 24, julho, 1989.

NOVAES, Adauto. (Org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2006

_____. “Perto de um mundo distante” In: _____. (Org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2006

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Mitos ameríndios e o princípio da diferença”. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2006

RODÓ, José Enrique. “Ariel”. In: *Ariel y Motivos de Proteo*. Caracas: Biblioteca

Ayacucho, 1993 [1900].

SCHARTZMAN, Simon. “O espelho de Morse”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, no 22, outubro, 1988.

_____. “O gato de Cortázar”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, no 25, outubro, 1989.

TORRES CAICEDO, José Maria. “Las dos Américas”. In: *El Correo de Ultramar*. Paris, 15 de fevereiro de 1857 [1856]. Link: www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm [último acesso: 28 de junho de 2018]

Recebido em 11/09/2018

Aprovado em 20/12/2018

O processo eleitoral para escolha de gestor (a) escolar em Abaetetuba/PA

Benedito Antonio Nonato Pinheiro¹

Resumo: O presente estudo evidencia o Processo Eleitoral para escolha de Gestor (a) Escolar no contexto educacional da Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA. Abordando, para tanto, aportes teóricos e legais, como: ARAÚJO (2011), BRASIL (2004), DOURADO (2006), GADOTTI (2014), FERRANTI (2013), PARO (2015), Lei Municipal 182/2004. Assim como, elucida Dados Estatísticos, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação, o Quadro Demonstrativo de Processos Eleitorais do contexto educacional em foco e a necessidade de toda a comunidade escolar participar ativamente do processo ensino-aprendizagem.

Palavras chave: Gestão Democrática – Processo Eleitoral – Lei Municipal 182/2004.

Abstract: This study evidences the Electoral Process for the Choice of School Manager in the Educational Context of the Abaetetuba/PA Municipal Public Education Network. In order to do so, theoretical and legal contributions, such as: ARAÚJO (2011), BRASIL (2004), DOURADO (2006), GADOTTI (2014), FERRANTI (2013), PARO (2015), Municipal Law 182/2004. As well as, elucidates Statistical Data, the IDEB - Education Development Index, the Demonstration Chart of Electoral Processes of the educational context in focus and the need of the whole school community to participate actively in the teaching-learning process.

Keywords: Democratic Management - Electoral Process - Municipal Law 182/2004.

¹ Mestre em Educação; Pedagogo; Téc. de Referência do Novo Mais Educação (2017-2018), Coord. dos Conselhos Escolares (2009-2016) da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/PA; Coordenador Pedagógico na Secretaria de Estado de Educação do Pará (2012-2018); e-mail: bn.pinheiro@bol.com.br

Considerações Iniciais

Vários instrumentos e ações contribuem para a efetivação da Gestão Democrática enquanto normas e atitudes relevantes para que a liderança seja exercida na sua essência objetivando o compartilhamento de decisões e atitudes de corresponsabilidades.

O processo eleitoral para escolha de gestor (a) escolar é um desses instrumentos, através do qual membros de uma comunidade escolar elegem um (a) na perspectiva de que o (a) mesmo (a) irá mediar as ações educacionais, motivando-os na caminhada coletiva em busca de avanços necessários ao processo ensino-aprendizagem.

Portanto, este estudo evidencia a relevância do Processo Eleitoral para Escolha de Gestor (a) Escolar no percurso da efetivação da Gestão Democrática Educacional. Mas, para acontecer de maneira exitosa, necessita que o referido processo traga em si inúmeros aspectos.

Utiliza-se, para tanto, como pano de fundo o contexto educacional da Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA, o qual já conta com Legislação própria que regulamenta tal processo.

Gestão Democrática e o Processo Eleitoral Para Escolha de Gestor (a) Escolar

Tendo a escola pública a função social de formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o sujeito solidário, crítico, ético e participativo, a mesma deve tornar-se um espaço do exercício de uma autêntica democracia almejando desta forma, a vivência da autonomia.

Autonomia esta, de acordo com (Brasil, 2018), garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 com a instituição da democracia participativa e a criação de instrumentos que possibilitem ao povo exercer o poder (Art. 1º) e o estabelecimento da gestão do ensino público (Art. 206, Inciso VI). Reafirmada, conforme (Brasil, 1996), pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – LCB, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando no Art. 14, Inciso II define como princípio da gestão democrática a participação das comunidades escolar e local, em Conselhos de Escola ou equivalentes, evidenciando assim o fundamento constitucional da autonomia da escola, concretizado na criação de novas relações sociais, pautadas na parceria e na participação.

Com a Gestão Democrática todos os atores envolvidos na educação passam a ter uma visão de grupo, onde juntos, unidos pelos mesmos objetivos, alcançarão melhores resultados, possibilitando desta forma, ao aluno, uma educação de qualidade, que prime pela conquista da cidadania. Neste sentido, compreende-se que,

A gestão democrática é um princípio constitucional que tem como pressuposto o respeito mútuo, a responsabilidade dos atores envolvidos e a efetiva participação nas decisões. Nesse contexto, é fundamental que o plano de educação seja elaborado ou adequado com a participação de todos os atores envolvidos com as questões educacionais. Quanto mais representativa for a participação na elaboração do plano, mais favorecida será a corresponsabilidade nos processos de implantação, execução, acompanhamento e avaliação (Brasil, 2014, p.14).

Democratizar a gestão é partilhar decisões com a comunidade escolar, certos de que no cotidiano irão surgir as respostas adequadas para lidar com pessoas diferentes e ideias divergentes, posto que, na busca de soluções, combinam-se as contribuições e fortalece-se a integração do grupo. Atuar em conjunto é o caminho para enfrentar problemas e encaminhar soluções na Escola.

Para que a tomada de decisão seja partilhada, faz-se necessária a implementação de vários mecanismos de participação, tais como; o aprimoramento dos processos de provimento ao cargo de diretor, a criação e consolidação de órgãos colegiados na escola (Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais e Mestres), o fortalecimento da participação estudantil (Grêmio Estudantil), a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola, a progressiva autonomia da escola, entre outros.

De um tempo para cá, sente-se a necessidade de uma gestão e um contexto escolar, que não somente vislumbrem, mas de fato, empenhem-se em fazer acontecer uma educação a qual,

[...] como apropriação da cultura é direito universal e se apresenta como necessidade intrínseca ao desenvolvimento da sociedade e ao fortalecimento da democracia. Como direito público, sua realização na escola básica, lugar por excelência de seu provimento pelo Estado, deve pautar-se em princípios públicos, ou seja, universalizantes e democráticos [...] (PARO, 2015, p. 63).

Desta forma, a escola pública por excelência não pode eximir-se da tarefa de difundir a democracia, no sentido de estimular a participação e o envolvimento dos agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem, na perspectiva de que assim o façam posteriormente na vida em sociedade.

Para tanto, não basta somente estimular e difundir a democracia e seus princípios, faz-se necessário de fato oportunizar a realização de momentos no contexto escolar por

meio de ações não esporádicas, vez ou outra, nem tampouco, que seja mero discurso, mas que de fato se conviva numa atmosfera democrática.

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalhos, na capacitação dos recursos humanos etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho (GADOTTI, 2014, p. 04)

Os autores, portanto, chamam atenção para a necessidade da compreensão de que pode demandar tempo, de que pode dar trabalho, mas que é extremamente relevante evidenciar com atitudes, momentos e métodos, que de fato pretende-se impregnar a atmosfera escolar com o efetivo exercício da democracia, em especial tendo por ponto de partida a Gestão Democrática.

Cabendo aqui, assim, elucidar acerca da conceituação da Gestão Democrática, temática considerada recente no contexto educacional e escolar, mas que traz em si inúmeros aspectos que precisam e devem ser cada vez mais elucidados, para que a mesma não fique apenas no papel, nas leis ou discursos, mas se concretize e possa contribuir para o desenvolvimento da educação e de seus atores.

O autor (DOURADO, 2006) argumenta que “na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs” (p. 62). Logo, é considerável a necessidade de abrir espaço para que no contexto escolar os agentes envolvidos sejam realmente envolvidos nas discussões, execuções e avaliações das ações, numa perspectiva de coletividade.

Quando há a compreensão de que vários pensando juntos e fazendo acontecer, tende-se a alcançar melhores resultados. Resultados estes que provavelmente contribuirão para o desenvolvimento de um quantitativo representativo de pessoas e não de meros alguns poucos. Mas, obviamente, há de se criar meios para que muitos de fato venham a aderir o processo ensino-aprendizagem, a educação como mola propulsora para o avanço individual e social.

Um desses meios que podem estimular uma dinâmica coletiva e participativa no cotidiano escolar é o Processo Eleitoral para Escolha do (a) Gestor (a) Escolar, haja vista que tende a movimentar a grande maioria dos membros da comunidade escolar, a qual

espera-se que busque aproveitar de maneira devida essa oportunidade em participar e deliberar sobre algo de extrema relevância.

Neste sentido, com o Processo de Eleição para Gestores, a própria Comunidade Escolar analisará criteriosamente, para posteriormente depositar confiança em alguém que deverá realizar satisfatoriamente a grande articulação da escola, com o envolvimento de todos, ao delegar tarefas, distribuindo trabalho e responsabilidades, entre outros.

O gestor necessita atuar sendo fiel aos objetivos da educação que visa a formação de sujeitos cidadãos. Deve estar respaldado pela comunidade escolar, contar com a ajuda de todos os atores envolvidos, e melhor ainda quando assume o cargo por meio de eleição direta.

Todavia, não se deve atribuir à eleição, por si só, a garantia da democratização da gestão, mas referendar como um instrumento importantíssimo. Neste sentido,

Não queremos, todavia, atribuir à eleição, por si só, a garantia da democratização da gestão, mas referendar essa modalidade como um importante instrumento, a ser associado a outros, para o exercício democrático. Isso implica que, aliado à eleição, é fundamental enfatizar conjuntamente a forma de escolha e o exercício da função. Assim, a forma de provimento no cargo pode não definir o tipo de gestão, mas, certamente, interferir no curso desta. Nesse contexto, a eleição deve ser vislumbrada como um instrumento a ser associado a outros na democratização possível das relações escolares. (Brasil, 2004, p. 40)

Não basta somente promover o Processo Eleitoral por Escolha do Gestor Escolar, torna-se relevante a existência de outros aspectos para que de fato a gestão esteja pautada na coletividade, na democratização das decisões e uma delas é em especial a atuação do Gestor enquanto líder, enquanto aquele ou aquela que fomenta com palavras e ações para que todos os demais agentes do processo sintam-se e comportem-se também como responsáveis pelo processo.

O sujeito não somente participa do poder; mas usufrui da autonomia de forma consciente, responsável e comprometida, sendo efetivamente colaborador da construção de uma educação humana e cidadã.

Para tanto, a Gestão Democrática necessita realmente trabalhar vislumbrando a humanização do homem, onde o mesmo torna-se sujeito histórico-político. Além do compromisso do gestor com a efetiva prática de Gestão Democrática, faz-se necessário o Poder Público vislumbrar em seu Paradigma Educacional, a Organização Escolar, no intuito da realização de um processo que contribua para a efetivação da cidadania.

Cidadania esta que também perpassa pela participação, por exemplo, dos membros da comunidade escolar no processo de escolha do (a) gestor (a) escolar. Neste sentido,

busca-se neste estudo evidenciar alguns aspectos do processo eleitoral para escolha de gestor (a) escolar na rede pública municipal de ensino de Abaetetuba/PA. Antes, porém, torna-se válido evidenciar sobre o município de Abaetetuba e o contexto educacional de sua rede pública municipal de ensino.

Abaetetuba: Uma terra Acolhedora e Encantadora

Palavra de origem tupi-guarani, Abaetetuba significa “lugar de pessoas fortes e valentes”. Distante em linha reta 51 km da capital Belém, a cidade de Abaetetuba está localizada à margem direita do Rio Marataúira, um dos afluentes do Rio Tocantins. O Rio Marataúira em frente à cidade recebe as águas do Rio Abaeté e vai desaguar na Baía de Marapatá.

Localizado na mesorregião do nordeste paraense, o município limita-se ao norte com Barcarena e o Rio Pará; ao sul com Igarapé-Miri; a leste com Moju e a oeste com Limoeiro do Ajuru e a Baía de Marapatá.

Possui ligação com a capital por via terrestre através de rodovias estaduais e federais e também por via fluvial tendo o tempo de duração de cada viagem de cerca de duas horas com saídas diárias e frequentes.

Apresenta em 2015 área de unidade territorial de 1.610,408 (km²) e uma população estimada em 150.431 habitantes, sendo assim o 7º município mais populoso do Estado do Pará.

Abaetetuba representa uma encantadora surpresa para quem a visita pela primeira vez. Seu povo é alegre, bastante hospitaleiro e sobretudo, apaixonado por sua terra. Esta afirmação é relatada por grande maioria dos visitantes, sendo que entre os quais alguns resolvem fixar residência na cidade.

Tem uma extensa rede hidrográfica, com rios navegáveis em quase toda a sua extensão, além de incontáveis furos e igarapés. O principal é o Rio Tocantins, que em terras do município, pela margem direita, recebe as águas do Rio Meruú, também conhecido como Marataúira.

Na geografia, de acordo com Abaetetuba (2017), “o município possui uma rede hidrográfica bastante vasta, navegável em quase toda a sua extensão. Existem cerca de 72 ilhas que constituem a chamada Região das Ilhas”. É na região das ilhas onde estão estabelecidos os ribeirinhos, às margens dos inúmeros rios, igarapés e furos.

Moradores estes que também já vivenciam aspectos típicos do desenvolvimento urbano como: energia elétrica, casas em alvenaria, televisor com parabólica e/ou canais pagos, assim como mazelas sociais como a criminalidade e as drogas.

É comum observamos famílias inteiras em suas “rabetas, lanchas, rabudos» (embarcações motorizadas), trafegando através dos inúmeros igarapés, furos e rios, que existem entre as inúmeras ilhas, com destino à cidade ou outra localidade nas mais diversas ocupações ou atividades. Se observarmos o porto de Abaeté pela manhã, constaremos isso.

Sua história apresenta ligações aos jesuítas que tinham a missão de evangelizar os povos, em especial aqueles ainda não haviam passado pelo processo civilizatório.

O Município de Abaetetuba está relacionado com a história da Vila de Beja, que constituem Vilas distintas; posteriormente, foram incorporadas e passaram a pertencer geograficamente ao mesmo município. Os frades capuchos de Santo Antônio, após fundarem o Convento do Una, em Belém, em 1617, passaram a percorrer as terras onde habitavam os índios remanescentes da tribo Mortiguar, e nesse território construíram uma aldeia com caráter de missão religiosa. O Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado denominou a nova aldeia de Samaúma. Tempos depois, a aldeia de Samaúma foi instalada como Freguesia, com o nome de São Miguel de Beja. A Vila de Abaeté, assim como Beja, foi fundada por religiosos que lá residiam (Abaetetuba, 2015a, p. 16).

Assim como os jesuítas, que povoaram a Vila de Beja, hoje distrito e relevante ponto turístico, pois possui a Praia de Beja, bastante procurada, especialmente no mês de julho (férias escolares) pelos munícipes e turistas vindos de vários municípios do Estado (Pará), os portugueses também têm papel importante nesse processo civilizatório de Abaetetuba, porém vieram com o intuito de descobrir para tomar proveito das terras e possíveis riquezas, algo bastante comum no processo de colonização dos povos que compõem a nação brasileira.

O português, Francisco de Azevedo Monteiro, ganhou do Governo uma Sesmaria, a sua escolha, na região do Baixo-Tocantins. Em 1745, Francisco Monteiro e sua família seguiram numa embarcação à procura de um lugar que lhe agradasse e servisse para o estabelecimento de sua Sesmaria. Antes de chegar a Beja, um temporal interrompeu, desviando-o da rota, conseguindo chegar a uma ponta de terra chamada de Jarumã, localizada às margens do rio Marataura, onde aportou e resolveu se radicar, após ter enfrentado uma forte tempestade. Devido o perigo da tempestade e por ter feito uma promessa a nossa Senhora da Conceição, o mesmo ergueu uma capelinha de palha com a ajuda dos poucos moradores da redondeza, e ali colocou a imagem da virgem de Conceição. Com o passar dos anos, não encontrou terras ricas em cravo – uma das “drogas do sertão” – desiludido, Francisco de Azevedo Monteiro desistiu da Sesmaria e retornou a Belém com sua família (Abaetetuba, 2015b, p. 16).

Então, este território vai gradativamente sendo povoado e desta forma passa também a querer ter legalmente direito de ser considerado como povo autônomo e pleno de seus direitos, conforme bem destacam os relatos históricos,

Estando anexada ao território de Belém, a freguesia de Abaeté passou a receber, em vários aspectos, grande influência da Capital. Assim, houve um rápido desenvolvimento e cogitou-se da possibilidade de uma Vila de Abaeté. Em 1880, José Araújo Danim, Governador Provincial, desmembrou o território de Abaeté, incluindo Beja, do da capital e o transformou em município autônomo, elevando a antiga freguesia à categoria de Vila. [...] a 23 de março de 1883 [...] foi juridicamente instalada em Abaeté a sede do município de mesmo nome.

A 15 de agosto de 1895 o Dr. João Hozanah de Oliveira, procurador geral do Estado, procedeu à instalação da Cidade. [...]

Um ano depois, em 1881, o presidente interino da Câmara em Belém, José Cardoso da Cunha Coimbra instalou no município a Câmara Municipal de Abaeté. A 15 de agosto de 1895 o Dr. João Hozanah de Oliveira, procurador geral do Estado, procedeu à instalação da Cidade. [...] (Machado, 2016a, p. 13-15).

Neste sentido, observa-se que este povo gradativamente vem conseguindo evoluir enquanto território e legitimação. Por meio do Decreto Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, foi instituído o nome Abaetetuba.

Também a partir dos aportes do referido autor, tem-se que até o início da década de 1980, a economia do município se baseava, fundamentalmente, na produção de cachaça nos vários engenhos existentes no município, na fabricação de produtos de cerâmicos em geral (como telhas, tijolos, tachos, alguidás, potes etc).

A economia também era baseada na fabricação de embarcações dos mais variados tipos e portes, de forma artesanal, nos diversos estaleiros existentes no município, no comércio de regatão, na agricultura (no cultivo da cana-de-açúcar, por exemplo, para ser utilizado nos engenhos para produção da cachaça), e no extrativismo vegetal (como do açaí e do palmito, fruto e caule, respectivamente do açazeiro, de madeiras) e de minerais não metálicos (principalmente o barro utilizado na fabricação de produtos cerâmicos nas olarias).

Ocupavam-se ainda da caça e da pesca, bastante farta nesse período. Uma parte do que era produzido no município era destinada para o abastecimento do comércio local, e outra parte era comercializada com outras cidades do Estado, e até de fora do Estado, via regatão (Machado, 2016b, p. 24 e 25).

A atividade econômica predominante no município é o setor terciário (comércio e serviços), que conta com uma ampla rede de estabelecimentos das mais diversas atividades.

Tendo pequena participação na economia abaetetubense a atividade industrial compõe-se sobretudo do ramo alimentício e de beneficiamento de produtos agro-florestais.

De um modo geral as indústrias da cidade são de médio e pequeno portes, e distribuem-se principalmente nos ramos de bebidas, moveleiro, madeireiro e oleiro-cerâmico. A cidade conta também com metalúrgicas e estaleiros.

No setor agro-florestal o município destaca-se como o segundo maior produtor de açaí do Pará, como 3º maior produtor de bacuri e cupuaçu, e como o maior produtor de manga do estado. Outras culturas também marcam fortemente a cadeia vegetal abaetetubense, como mandioca, coco, miriti e bacaba.

Ao contrário da população ribeirinha, a população da zona rural “centro” normalmente sobrevive, basicamente, da agricultura, da pecuária, e da produção artesanal de farinha de mandioca e outros. Para escoar seus produtos fazem uso dos ônibus, dos paus de arara, de carros, de motos, e o que não é incomum, da bicicleta, através dos diversos ramais, os quais permitem o intercâmbio com a cidade. É comum, pela manhã, vermos carros, motos e ônibus, além de bicicletas, lotados em direção à cidade. São por meio desses veículos que circulam entre o campo e a cidade mercadorias e pessoas no dia a dia do município de Abaetetuba.

Em se tratando de dias atuais, Abaetetuba destaca-se por suas lendas; seus encantos naturais; sua engenharia naval, com grande número de estaleiros e habilidosos carpinteiros; e especialmente com o artesanato de miriti, que tem repercussão nacional com o Círio de Nazaré em Belém e chegando a ser divulgado até mesmo em outros países, a ponto de ser considerada a Capital Mundial do Brinquedo de Miriti.

O miriti é o braço das folhas de miritizeiro, palmeira que prolifera em quantidade no município. Sua utilidade é imensa, tudo se aproveitando; a fruta faz parte de nosso cardápio alimentício, dela se faz o vinho que se bebe com peixe assado, camarão, além de doces sorvetes, tintas usadas pelos artistas plásticos, e o tronco da árvore serve para a construção de estiva (pequena ponte) usada como via de transporte que vai do porto até a casa dos ribeiros [...] (Lobato, 2001a, p. 21).

Árvore esta que, portanto, torna-se de grande serventia para os ribeirinhos, haja vista que, pode ser utilizada de inúmeras maneiras.

Entre essas diferentes maneiras, a que tomou maior destaque foi a produção e comercialização do Brinquedo de Miriti, levando a um reconhecimento nacional e internacional e a Criação do MIRITIFEST, Evento Anual no qual se realiza a exposição e comercialização de vários produtos feitos a partir do Miriti e em especial os Brinquedos, este em nível regional, uma vez que em nível internacional já ocorre a participação dos artesãos abaetetubenses na Feira Artesanal, uma das Atividades do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará.

Os brinquedos de miriti sempre apresentam uma marcante peculiaridade cultural e regional, resultante da influência dos tempos e do meio, com traços e pontilhados revelados pelos tons das cores primárias, retratam a originalidade do artista, oferecendo meios de subsistência dos artesãos (Lobato, 2001b, p. 14).

Muitas pessoas ainda sobrevivem do trabalho informal, na feira do comércio, nas praças e esquinas da cidade, como vendedores de lanche, carregadores, guardadores de bicicleta, carro, moto, nas portas de lojas supermercados, hospitais etc. Ou, como fazem centenas de homens das mais variadas faixas etárias, trabalham como mototaxistas - condutores de motos que cobram um valor para levar passageiros de um lugar para outro.

Na região do campo percebe-se que as pessoas trabalham em atividades voltadas para o trabalho em olaria, cultivo da mandioca, manejo do açaí, peconheiros, produção de farinha, pesca artesanal, extração do miriti, artesanato, roçado e cultivo da cana, lavoura, criação de animais de pequenos portes, rabeteiros além do trabalho doméstico para garantir a sobrevivência dos moradores dessas localidades.

Abaetetuba é um município com uma população trabalhadora que desenvolve inúmeras atividades e serviços formais e informais que fortalecem a economia local e contribuem para o engrandecimento do município como um todo e que quando se une em prol de um mesmo objetivo geralmente tem conseguido grandes resultados, como gradativamente se observa no contexto educacional.

O Contexto Educacional Abaetetubense

No que se refere a uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão, faz-se necessário ressaltar que, no território abaetetubense, um caminho já se vem percorrendo nesta direção, haja vista que há alguns anos o território municipal conta com Instrumentos e Espaços Participativos, bem como com Recursos repassados pelo Governo Federal e políticas em Regime de Colaboração:

- Conselho Municipal de Educação;
- Fórum Municipal de Educação;
- Conselho Municipal do FUNDEB;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- Comissão Gestora do PCCR - Plano de Cargos Carreira e Remuneração;
- Comitê Municipal do Pacto pela Educação;

Abaetetuba tem em seu território a Rede Municipal, a Rede Estadual, a Rede Federal (Campus de Abaetetuba da UFPA - Universidade Federal do Pará e do IFPA - Instituto Federal do Pará), a Rede Privada, as quais ofertam Ensino em Creches, Educação Infantil, Ensino Fundamental Menor e Maior, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante e Ensino Superior.

O Contexto Educacional de Abaetetuba, portanto, historicamente tem vivenciado ações que estimulam e buscam fortalecer a gestão democrática, como por exemplo, no que se refere ao processo eleitoral para escolha de gestor escolar temos a experiência significativa do Colégio São Francisco Xavier da Rede Estadual.

É considerado um feito inédito no Estado a realização das eleições diretas para a escolha de seu diretor, ainda na década de 1980. Neste âmbito, o Colégio São Francisco Xavier foi efetivamente o primeiro em todo o Estado do Pará a exercer de forma legítima este mecanismo de democratização por meio da eleição direta. Feito que deve ser considerado, pois, somente, na administração do governo popular do Estado do Pará (de 2007 a 2009), aproximadamente 27 anos, após a primeira eleição para escolha de diretores, realizada na escola é que a rede estadual de ensino torna legítima e legaliza essa forma de escolha dos diretores.

[...] Seu primeiro diretor eleito pela comunidade educativa foi o professor Athaide Feio Neves, no ano de 1983. A Escola contabiliza hoje uma hoje uma seqüência de 14 diretores eleitos e legitimados pela comunidade (Araújo, 2012, p. 41-42).

Evidenciando desta forma a garantia da participação da comunidade escolar no processo de escolha do (a) Gestor (a) Escolar, incentivando outras unidades de ensino a também proporcionarem essa que se torna uma relevante conquista coletiva.

A Escola Dom Ângelo Frosi da Rede Municipal de Ensino, por exemplo, anos depois também realizou processos democráticos para escolha do (a) gestor (a). Ressaltando que essas duas escolas ousaram, pois tanto a Rede Estadual quanto a Rede Municipal de Ensino ainda não contavam com Legislação específica que norteava o Pleito Eleitoral.

Como este estudo tem por foco o processo eleitoral democrático para escolha do (a) gestor (a) escolar na rede pública municipal de ensino de Abaetetuba/PA, cabe então, apresentar algumas informações relevantes da referida Rede de Ensino.

Atualmente, a Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA conta com **173** Unidades de Ensino, das quais (42) localizadas na Cidade (131) e no Campo (Estradas/Ramais - 49 e Ilhas-82). Oferecem Atividades Educacionais para Alunos da Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e EJA – Educação de Jovens e Adultos (1ª e 2ª Etapa do Ensino Fundamental) para **23.248** Alunos.

Tabela 01 – Demonstrativo de Alunos – Matrícula Inicial/2018

	EDUCAÇÃO INFANTIL					ENSINO FUNDAMENTAL					EJA		TOTAL			
	Berçário	Maternal I	Maternal II	Período I	Período II	TOTAL	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TOTAL		1ª ETAPA	2ª ETAPA	
Cidade	170	408	1087	1279	1231	4175	1377	1265	1635	1542	1368	7187	390	312	702	12.064
Ilhas	0	0	201	681	785	1667	719	804	1124	1038	918	4603	233	179	412	6.682
Estradas e ramais	0	22	359	469	480	1330	484	473	647	564	564	2732	245	195	440	4.502
TOTAL	170	430	1647	2429	2496	7172	2580	2542	3406	3144	2850	14522	868	686	1554	23.248

Fonte: Coordenação de Estatística-Secretaria Municipal de Educação/Abaetetuba, 2018a

Observa-se que a Educação Infantil atende a 7.172 alunos; o Ensino Fundamental por sua vez 14.522 e a Educação de Jovens e Adultos 1.554. Assim como, que mesmo tendo o quantitativo menor de escolas, a cidade possui 12.064, o maior número de alunos da rede, enquanto a área de Ilhas com 82 Escolas apresenta 6.682 alunos.

Rede municipal de ensino esta que felizmente vem apresentando avanço quanto ao Índice de Desenvolvimento Educacional – IDEB, verificando no 4º/5º Ano, conforme (Brasil, 2018), evidenciado no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Tabela 02 – IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Resultados e Metas da Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA

ANO	META	IDEB
2005		2.8
2007	2.8	3.1
2009	3.2	3.6
2011	3.6	3.9
2013	3.8	4.0
2015	4.1	4.4
2017	4.4	

Fonte: INEP/Brasil, 2018

A Tabela, portanto, demonstra que o IDEB alcançado vem sempre superando as metas projetadas para cada ano de verificação, situação contribuída mais ainda no ano de 2015 quando várias unidades de ensino conseguiram alcançar meta projetada para 2017, 2019 e até mesmo para 2021.

Entre vários aspectos que vêm contribuindo para que esses índices sejam obtidos pode-se dizer que é o processo eleitoral para escolha de gestor (a) escolar, no sentido de que o mesmo incentiva comprometimento coletivo, ou seja, a grande maioria dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, percebem que necessitam e devem contribuir participando e acompanhando as ações do cotidiano escolar.

O processo eleitoral para escolha de gestor (a) escolar na rede pública municipal de ensino de Abaetetuba/PA

A rede pública municipal de ensino de Abaetetuba/PA, conta com o processo de eleição para gestores de escolas da rede municipal, tendo por instrumento normatizador a Lei Municipal 182 de 3 de dezembro de 2004, fomentando assim, uma das ações relevantes para a efetivação da perspectiva de Gestão Democrática no âmbito educacional.

Art. 2º – Os Diretores das Escolas Públicas Municipais serão eleitos, em votação direta, pela Comunidade Escolar de cada Unidade de Ensino, que tenha a partir de 240 alunos;

Art. 4º - Estarão aptos a votar todos os que compõem a comunidade escolar, professores, especialista em educação, pessoal de apoio, alunos maiores de doze anos, pais ou responsáveis por cada aluno, membros do Conselho Escolar, todos, devidamente cadastrados pela Comissão Eleitoral no período fixado no Regimento Eleitoral (Abaetetuba, 2004a).

A referida Lei preceitua que o Conselho Escolar da Unidade de Ensino Municipal que possua a partir de 240 alunos matriculados (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA) e possa realizar o Pleito para Escolha Direta do (a) Gestor (a) Escolar, contando com a participação dos agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Esse quantitativo de alunos tem sido um grande entrave, haja vista que poucas Unidades de Ensino do referido Contexto Educacional apresentam o número mínimo exigido em Lei, especialmente as localizadas na Área do Campo (Estradas/Ramais e Ilhas), inviabilizando o respaldo legal para realização de tão relevante Processo Democrático.

Em se tratando de números torna-se relevante aqui demonstrar alguns números acerca de Processos Eleitorais para Escolha de Gestor (a) Escolar ocorridos no contexto em questão.

Tabela 03 - Demonstrativo de Processos Eleitorais Realizados na Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA (2005 a junho/2018)

Nº	ESCOLA	LOCALIDADE	QUANTITATIVO DE PROCESSOS ELEITORAIS
01	Carlaide Cardoso Ferreira Jorge	Cidade	04
02	Comandante Germano	Cidade	04
03	Cônego Luís Varela	Cidade	03
04	Criança Esperança	Cidade	02
05	Dom Ângelo Frosi	Cidade	03
06	Dr. Francisco Leite Lopes	Cidade	02
07	Dr. Vicente Maués	Cidade	03
08	EMEI Algodoal	Cidade	01
09	Francisco Marques Ferreira	Cidade	04
10	Gov. Magalhães Barata	Cidade	01
11	Joaquim Mendes Contente	Cidade	01
12	Laura dos Santos Ribeiro	Cidade	03
13	Maria Zaide Cardoso	Cidade	04
14	Mariuadir Santos	Cidade	03
15	Maximiano Antônio Rodrigues	Cidade	03
16	Pedro Ferreira Costa	Cidade	04
17	Santa Anastácia	Cidade	03
18	Santa Clara	Cidade	02
19	Santa Luzia	Cidade	02
20	São José	Cidade	01
21	Dr. João Miranda	Colônia Velha	01
22	Maria do Carmo	Vila de Beja	02
23	Nossa Senhora da Paz	Rio Arumanduba	01
24	Nossa Senhora do P. Socorro	Rio Quianduba	01
25	São João Batista	Rio Campompema	01

Fonte: Coordenação de Conselhos Escolares – Secretaria Municipal de Educação/Abaetetuba, 2018b

O Quadro acima evidencia que na rede pública municipal de ensino de Abaetetuba/PA, de 2005 até junho de 2018, já ocorreram **59** Processos Eleitorais, contemplando **25** unidades de ensino.

Das 25 unidades de ensino que realizaram o processo eleitoral para escolha do (a) gestor (a) escolar, 20 são da cidade e cinco do Campo (três – Ilhas e dois – Estradas/Ramais), o que reforça a necessidade de atualização da referida lei para alteração do quantitativo de alunos, para que um número bem maior de escolas possa realizar, com respaldo legal, o tão necessário e relevante processo democrático de escolha do (a) gestor (a) escolar.

Em relação a este relevante aspecto que denota sobre gestão democrática na rede pública municipal de Abaetetuba,

[...] a escolha dos diretores se deu por meio de eleição direta, uma demonstração da autonomia da comunidade educativa que chegava às diversas escolas e localidades. A exemplo temos a primeira diretora empossada, por eleição direta, no dia 07/05/2006, que foi a professora Silene André Barreto, da Escola Nossa Senhora da Paz, localizada no Rio Arumanduba, região ribeirinha (Ferranti, 2013, p. 81).

Fato este que pode-se considerar não uma mera coincidência mas uma justa homenagem aos moradores das Ilhas de Abaetetuba, haja vista que, historicamente, têm sido incansáveis na luta organizada e participativa, visando garantir que suas vozes e opiniões sejam ouvidas e respeitadas, fruto da forte participação nos movimentos promovidos pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, aliando aspectos religiosos e sociais.

[...] Como traço substancial da nova internalização favorecida pelas CEBs encontra-se uma nova relação com o sagrado, que implica agora a centralidade da conscientização, um novo compromisso ético e político e ênfase na participação em lutas populares. O sentimento de pertença à comunidade traz consigo uma nova visão de mundo, uma nova simbologia e outras práticas coletivas. [...] (Coutinho, 2009, p. 182).

Desta forma, Comunidade Eclesial de Base deve preocupar-se em aliar religiosidade e consciência social, no sentido de poder participar e opinar sobre as ações que devem beneficiar a população, como por exemplo, a redução do quantitativo exigido em lei para que mais unidades de ensino da rede pública municipal de ensino de Abaetetuba/PA possam realizar o pleito eleitoral para escolha diretora do gestor escolar, haja vista que pouquíssimas na região das Ilhas alcançam o quantitativo de alunos exigido em lei.

Ainda versando acerca do quantitativo mínimo exigido em Lei para a realização do processo democrático de eleição para gestor escolar, até mesmo as escolas da cidade vêm enfrentando problemas, devido a diminuição no número de alunos, algumas não mais enquadram-se no respaldo da legislação municipal, que preceitua sobre essa matéria, deixando assim de realizarem o pleito.

Por outro lado, mesmo tendo o número de alunos compatível com o exigido em lei, há ainda escolas que por inúmeros fatores, infelizmente, não fazem uso do direito e respaldo legal e preferem não realizar o pleito democrático para escolha do gestor escolar, optando assim, em ter um (a) gestor (a) nomeado pelo poder público local.

Há de se implementar estudos e discussões visando a urgente e necessária atualização da legislação em questão para que ocorram mudanças significativas na condução do processo. Preconizado por meio PME – Plano Municipal de Educação

(2005-2025), na Meta 14 sobre Gestão Democrática e Financiamento da Educação e devidamente reiterado pela IV Conferência Municipal de Educação realizada no ano em curso.

14.11 – Promover através do Fórum Municipal de Educação as discussões mediante participação da sociedade, de forma democrática, sobre alterações legislativas das Leis Municipais: Lei Orgânica, Regimento Unificado das Escolas Municipais, Regime Jurídico único, Lei 182/2004 (Lei para Eleição de Gestores Escolares Municipais) [...];

14.12 – Assegurar o processo eleitoral para escolha de Gestores das Escolas do território abaetetubense, conforme Legislação vigente; (Abaetetuba, 2015c, p. 229-230)

Reduzir o quantitativo de alunos mencionados em lei objetivando respaldar a realização do processo eleitoral para escolha do (a) gestor (a) escolar é relevante sim, bem como o fato de que os profissionais que participarem e vencerem os pleitos necessitam exercer efetivamente a postura de Gestores Democráticos, sendo líderes, motivadores, profissionais que coloquem-se na condição de mediadores, recebendo o devido apoio, tanto da gestão municipal como da comunidade escolar que os (a) elegeram, para que desta forma, consigam conduzir as melhorias necessárias.

Demonstrando desta forma que sentiram-se motivados pela possibilidade de ampliação na Jornada de Trabalho de 100 para 200h, com a devida remuneração, conforme preceitua a referida Lei em seu Art. 3º, Inciso VI – “Tenha disponibilidade para o cumprimento de regime de trabalho de 200 (duzentas horas mensais)”, como também pela oportunidade em contribuir significativamente com o sucesso do processo ensino-aprendizagem nos seus mais diversos aspectos.

Assim, estarão deixando suas marcas na história da escola e da comunidade, pois devido ao forte impacto que uma educação de qualidade provoca na vida dos estudantes e dos que os cercam, aqueles que observam o comprometimento passam a admirar e tendem a valorizar o (a) determinado profissional, gerando a possibilidade de estender um pouco mais a atuação na gestão, haja vista que, a Lei Municipal 186/2004 que rege o Processo Eleitoral para Escolha do (a) Gestor Escolar assegura um mandato de 03 anos e a reeleição.

Art. 16 – Da eleição e posse do (a) novo diretor (a):

I – A eleição para a escolha do Diretor terá mandato por 03 (três) anos, podendo ser reeleito somente uma vez.

II – Se o Diretor eleito não corresponder às funções para o cargo que fora eleito, o Conselho Escolar poderá analisar o caso e deliberar através de Assembleia

Geral com a comunidade escolar o que fazer para solucionar a problemática.
(Abaetetuba, 2004b)

Por outro lado estimula a comunidade escolar além de contribuir com o sucesso da gestão escolar a também exercer a fiscalização, até por se tratar de uma instituição pública e que não apenas é mantida com recursos públicos, como também muitas vezes lida com recursos públicos repassados pelo Governo Federal ao Conselho Escolar, órgão este composto por representantes das diferentes categorias de atores do processo ensino-aprendizagem que necessita, caso seja, necessário intervir e evitar a prática de gestores centralizadores de decisões e que queiram tirar proveito da coisa pública.

Em suma, o Processo Eleitoral deve contribuir para que a gestão escolar seja efetivamente democrática, alicerçada em decisões coletivas, fomentando a participação e o envolvimento da comunidade do entorno. Comunidade esta que envolvida tende a sentir-se e atuar enquanto maior beneficiada pelo sucesso obtido quando da oferta de uma educação, de fato, de qualidade, comprometendo-se enquanto corresponsável lutar para que o alunado usufrua de atividades escolares que o auxiliie a se desenvolver tanto na formação quanto na conscientização de que pode e deve ser protagonista de sua história e do meio que o cerca.

Considerações Finais

Em todo grupo para que as situações ocorram obedecendo a uma determinada organização, alguém ou algumas pessoas necessitam assumir o papel de liderança. No contexto educacional ou escolar não é diferente. Faz-se primordial que haja uma liderança, e nos dias atuais, bem mais do que antes, preferencialmente de maneira coletiva, democrática.

Assim, sinaliza uma gestão compartilhada, na qual o que prevalece é a ideia e necessidade da maioria, reforçada pela concepção de Conselho Escolar enquanto colegiado formado por representantes das diferentes categorias da comunidade escolar e local; da elaboração e implementação coletiva do Projeto Político Pedagógico; da Associação de Pais e Mestres; do Grêmio Estudantil e do Processo Eleitoral para Escolha do (a) Gestor (a) Escolar, espaços coletivos de grande relevância para a efetivação da Gestão Democrática no contexto escolar.

O presente estudo evidenciou portanto um desses espaços coletivos, o processo eleitoral para escolha de gestor (a), em especial, no contexto educacional da rede pública

municipal de ensino de Abaetetuba/PA, com ênfase em aspectos como: o quantitativo de processos já ocorridos; a necessidade em implementar estudos no intuito de atualizar a Legislação Municipal que preceitua o referido processo; a redução no quantitativo do alunado, ampliando o leque de unidades de ensino que poderão, com respaldo legal, realizar o pleito.

Pleito este, que efetivamente, consiga contribuir com a gestão democrática tornando-se um mecanismo de incentivo à coletividade, ao compartilhamento das tarefas e decisões, numa perspectiva de corresponsabilidade, onde mesmo em meio a uma “disputa”, haja inicialmente a preocupação em fortalecer e unificar o espaço escolar, para posteriormente ocorra o engajamento com a luta por avanços significativos, que proporcionem, em especial, êxito no processo ensino-aprendizagem.

Referências

ABAETETUBA (2015). *Lei 437/2015 - Plano Municipal de Educação*. Abaetetuba/PA: Gabinete da Prefeita Municipal de Abaetetuba em 24 de junho.

_____ (2004). Câmara Municipal de. *Lei nº 182/2004 de 03 de Dezembro de 2004 -Eleição Direta de Diretor nas Escolas Públicas Municipais*. Promulgada em 03 de dezembro de 2004. Abaetetuba/PA.

_____ (2018). *Demonstrativo de Alunos – Matrícula Inicial*. Abaetetuba/PA: Coordenação de Estatística, Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal.

_____ (2018). *Demonstrativo de Processos Eleitorais realizados na Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA (2005 a junho/2018)*. Abaetetuba/PA: Coordenação de Conselhos Escolares, Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal.

_____. Geografia. <http://www.abaetetuba.pa.gov.br/portal/abaetetuba/cidade/geografia>. (Consultado em 21/08/2018).

ARAÚJO, Maria Auxiliadora Maués. *A Gestão Premiada: A experiência de gestão do C.E.E.M.R.C. São Francisco Xavier em Abaetetuba – Pará, 2011, 220f*. Tese de Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, 2012. repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2739/1/Tese_GestaoPremiadaExperiencia.pdf (Consultado em 27/07/2018).

BRASIL (2004). *Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania*. Elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.] - Brasília: MEC/SEB - Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. vol.01.

_____. IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) – Resultados e Metas. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://ideb.inep.seam.?cid=142793> (Consultado em 30/07/2018).

_____. Planejando a próxima década: Alinhando os Planos de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - MEC/SASE. http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_alinhando_planos_educacao.pdf (Consultado em 31/07/2018).

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998-CF/88. www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (Consultado em 29/09/2018).

_____. (1996). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: *Diário Oficial da União*, 23 de dezembro.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. Comunidades Eclesiais: presente, passado e futuro. *Interações – Cultura e Comunidade*, v. 4, n. 6, p. 173-185, 2009. <file:///F:/COMUNIDADE%20ECLESIAIS%20DE%20BASE.pdf> (Consultado em 28/07/2018).

DOURADO, Luis Fernandes (2006). *Conselho Escolar; Gestão Democrática da Educação e Escolha de Diretor*. – Brasília: MEC, SEB, novembro - Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. vol. 05.

FERRANTI, Adelino (2013). *A Política Educacional no Município de Abaetetuba (PA) no período de 2005-2008: Realidade e limites*. 122f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém: Instituto de Ciências e Educação – Universidade Federal do Pará - UFPA.

GADOTTI, Moacir (2014). *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione.

LOBATO, Maria de Nazaré Carvalho (2001). *Nossa Arte, Nossa Vida*. 1ª ed. Abaetetuba/PA.

MACHADO, Jorge (2016). *História de Abaetetuba: com referências na história social e econômica da Amazônia*. Abaetetuba/PA: Edição do Autor.

PARO, Vitor Henrique (2015). *Diretor Escolar (Livro Eletrônico): Educador ou Gerente?* São Paulo: Cortez - Coleção Questões de nossa época; vol.56. pdf.

Recebido em 22/11/2018

Aprovado em 22/12/2008

Mortes violentas no México no século XXI: uma drástica mudança de cenário

Ricardo Caldas Cavalcanti Filho¹

Resumo: O México tornou-se uma das nações mais violentas do mundo e os indicadores de violência, que até então eram baixos, alcançaram os patamares mais elevados já mensurados até então. Entre os anos de 2006 e 2012 ocorreram cerca de quarenta e sete mil homicídios relacionados ao conflito entre organizações criminosas e o Estado. Em 2010, os homicídios relacionados à guerra às drogas representaram 45% de todos os homicídios cometidos no país. De acordo com Rios, um dos autores utilizados nessa pesquisa, a cidade de Juarez chegou a marca de 216 homicídios por grupos de cem habitantes, valor superior a territórios em zona de guerra como Bagdá, a capital do Iraque. Este trabalho possui como objetivo central analisar a ascensão da criminalidade violenta, com foco nos homicídios, no México, tendo como base a tipologia de Moser, cujos fatores políticos/institucionais, econômicos e sociais, aparecem como categorias centrais após décadas com baixos índices de criminalidade.

Abstract: Mexico became one of the most violent nations in the world and indicators of violence, which until then were low, reached the highest levels ever measured. Between the years of 2006 and 2012 there were about forty-seven thousand homicides related to the conflict between criminal organizations and the State. In 2010, drug-related homicides accounted for 45% of all homicides committed in the country. Rios says that the city of Juarez reached the mark of 216 homicides by groups of a hundred inhabitants, higher than territories in war zones such as Baghdad, the capital of Iraq. The main objective of this work is to analyze the rise of violent crime, focusing on homicides in Mexico, based on the Moser typology, whose political / institutional, economic and social factors appear as central categories. After decades with low crime rates.

¹ Mestrando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança (NEPS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil; E-mail: ricardocaldas13@gmail.com

Introdução

A vitória de Vicente Fox na eleição para a presidência do México, em 2000, foi um marco. Após setenta anos de domínio político do Partido Revolucionário Institucional (PRI), uma nova força política emergia no comando do país, tendo como centro da agenda política o aprimoramento dos instrumentos democráticos e a modernização econômica. A segurança pública passou ao largo da campanha de Fox. Até então os indicadores de violência mexicanos eram relativamente baixos, se compararmos com os vizinhos latinos. Em 2000, de acordo com dados compilados pelo Banco Mundial, o país teve uma taxa de homicídios de dez casos por cem mil habitantes, os mais baixos desde o ano de 1995, onde a taxa foi de 17. Em cinco anos, os casos de homicídios no México caíram quase que pela metade.

Já em 2006, Fox foi sucedido por um candidato de sua agremiação, o Partido da Ação Nacional (PAN), Felipe Calderón. Em um dos seus primeiros atos no controle do país, Calderón declarou guerra aos cartéis e tornou a questão da segurança pública um problema de responsabilidade federal. O exército e a Polícia Federal foram enviados para intervir nos estados onde os cartéis estavam estabelecidos e exerciam o poder local, como nos estados de Guerrero, Nuevo Laredo e Chihuahua. A partir desse momento, iniciou-se um conflito até então sem precedentes na história do país.

O México tornou-se uma das nações mais violentas do mundo e os indicadores de violência alcançaram os patamares mais elevados já mensurados. Entre os anos de 2006 e 2012 ocorreram cerca de quarenta e sete mil homicídios relacionados ao conflito entre organizações criminosas e o Estado. Em 2010, os homicídios relacionados à guerra às drogas representaram 45% de todos os homicídios cometidos no país. A cidade de Juarez chegou a marca de 216 homicídios por grupos de cem habitantes, valor superior a territórios em zona de guerra como Bagdá, a capital do Iraque (Rios, 2012).

Diante deste cenário, este artigo possui como objetivo central analisar a ascensão da criminalidade violenta no México concatenando as principais explicações presentes na literatura especializada. Com isso, buscaremos contribuir para um campo de estudos que, embora seja vasto, apresenta um escasso volume de pesquisas que articulem mais de um nível explicativo na elucidação de questões relativas à criminalidade violenta, gerando, em alguns momentos, a produção de algumas explicações que sub-representam certos fatores e/ou supervalorizam outros.

A base para este empreendimento será a tipologia de Moser (2004), cujo intento foi gerar categorias de análises que contribuem na elucidação dos tipos de violência

impetrados e suas respectivas formas de manifestações em países Latinos. São três as categorias trabalhadas. A primeira delas é a político/institucional, circunscrita pela autora pela violência estatal e oriunda de instituições formais e informais. São exemplos manifestos: conflitos paramilitares; assassinatos políticos; conflito armado entre partidos políticos; assassinatos extrajudiciais por parte da polícia; abusos de poder judiciário etc. A segunda categoria envolve, sobretudo, ganhos materiais, sendo denominada de econômica. Está associada ao tráfico de drogas e armas, disputas territoriais, como também envolve a formação de grupos de variadas formas organizacionais, amplitudes, e estruturas, que se exteriorizam desde pequenas gangues de bairros passando por grandes cartéis. A terceira é intitulada de social, que abarca crimes interpessoais rotineiros, violência doméstica, brigas e homicídios na esfera pública.

Por que o México tornou-se um país violento? Mudanças políticas, institucionais e fatores econômicos

A literatura que buscou versar sobre a pergunta do atual tópico é praticamente consensual em relação às causas que levaram o México a tornar-se uma nação violenta. Os agentes principais são as organizações criminosas envolvidas no tráfico de drogas e o Estado. São dois os mecanismos explicativos relativos à interação entre ambos, (1) os traficantes lutam pelo controle dos mercados competitivos, e (2) o esforço do Estado para reduzir o tráfico de drogas endurecendo o cumprimento das leis (*Law enforcement*) (Grillo, 2012; Osorio, 2012; Guerreiro, 2013; Rios, 2013; Calderon *et al*, 2014; Dell, 2014).

Como observado por Osório (op.cit) e Grillo (op.cit), a luta entre os cartéis para o controle do mercado e o endurecimento por parte do Estado são fenômenos recentes na história do México. Durante décadas a relação entre o Estado e as organizações criminosas baseou-se em uma estrutura corrupta que garantia proteção aos cartéis, desde o recebimento dos carregamentos de cocaína em zonas portuárias, passando pelos corredores de transporte, as chamadas *Plazas* (praças), até a fronteira com os Estados Unidos.

De acordo com Rios (op.cit) e Osorio (op.cit) este sistema funcionava por que o mercado de drogas operava de forma oligopolista. Existiam apenas dois grandes cartéis, o de Sinaloa e o do Golfo, que durante muito tempo não tiveram disputas de poder internas,

e nem lutaram entre si por territórios, além de não possuírem braços armados com táticas de confrontos paramilitares. Cada organização dominava os seus respectivos territórios, ficando livres para o estabelecimento de acordos que garantiam a operacionalização dos seus negócios.

O Estado baseava-se no estabelecimento de uma rede política de “caciques” locais, que mantinham o controle de seus estados. Tal esquema de governança marcado por um cenário de precariedade no que diz respeito à competição política e no estabelecimento de mecanismos de combate à corrupção. A estrutura de poder do PRI era corrupta, o sistema era baseado em uma rígida hierarquia de comando, o agente público que insurge-se contra esse estado de coisas era rapidamente reprimido. É dessa relação corrupta que surgem as chamadas *plazas*, corredores de transporte de drogas, onde os traficantes necessitavam de proteção policial. Cada *plaza* tinha o seu encarregado de negociar a proteção policial, que era obtida mediante ao pagamento de taxas (Grillo; *op.cit*).

Os aspectos que envolveram o sistema de proteção no âmbito das *Plazas* acabam se tornando mercadorias políticas, nos termos definidos por Misse (2007), onde agentes estatais privatizam serviços públicos e os colocam em negociação com aqueles que se configuram como público alvo. Durante muito tempo as tensões desse tipo de processo foram dirimidas, dando a entender que o México era um país pacificado.

O ponto de virada foi no ano 2000, após setenta anos hegemônicos do PRI, quando Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional (PAN), vence as eleições para a presidência da república. O governo Fox representou o início da fissura desse esquema mantido entre o estado mexicano e os cartéis. Não houve uma declaração formal de guerra por parte do estado, mas uma mudança substancial de postura.

Para Osorio (2012), o processo de democratização além de ampliar o número de partidos políticos com diferentes visões de mundo, também aumenta o número de atores que competem entre si na promoção do bem público. Uma das consequências dessa competição é uma maior ênfase nos mecanismos de controle ao crime, violência e corrupção. O discurso repressivo na campo da segurança pública passou a ocupar os atores políticos que enxergam na implementação desses mecanismos uma oportunidade de se destacar no cenário competitivo e obter o retorno nas urnas (Downs, 1957)

A democratização no México implodiu os acordos de não intervenção do Estado nas atividades dos cartéis. As condições existentes até então demonstravam um cenário de precariedade na competição política, facilitando o trabalho das organizações criminosas. (Osório *op.cit*, Calderón et al,2013; Dell, 2015). Não significa dizer que no período antes

da democratização não existiam conflitos entre o Estado e os cartéis, eles existiram. Para citar alguns exemplos, tivemos a operação condor na década de setenta e a prisão de alguns chefes de cartéis.

Como apontado por Grillo (*op.cit*) e Guerrero (*op.cit*) o grande problema desse período é que não havia um controle sistemático por parte governo mexicano. A visão que a classe política que comandava o país tinha em relação aos cartéis era a de que estes não eram inimigos do sistema, e que a violência por eles produzida eram fruto de disputas internas e não atingiram a população fora desse ciclo.

A democratização do México não modificou apenas a relação entre os cartéis e o estado, mas também entre os próprios cartéis. Anteriormente, a principal característica operacional dos cartéis mexicanos era o oligopólio, no qual cada cartel controlava o seu território, sem que houvesse uma necessidade de estabelecer disputas por posições. As intensificações das prisões dos líderes dessas organizações, dos operadores nas *Plazas*, e o aumento da repressão em certos territórios ocasionou o aumento da competição entre os cartéis, desencadeando uma demanda por imposição, tendo como base o uso da força, como forma de manter o negócio.

Ascensão dos cartéis e suas consequências sociais

Seguindo a investigação elaborada por Grillo (*op.cit*) podemos conectar que o surgimento do narcopoder mexicano está atrelado diretamente à ascensão do proibicionismo nos Estado Unidos. Os traficantes mexicanos sofreram um duro revés com a eleição de Richard Nixon nos EUA. Nixon elegeu-se com um discurso de base conservadora e extremamente negativo em relação ao consumo de drogas. Para combater tal questão, foi criada a DEA. Com um orçamento de milhões de dólares a DEA tinha como objetivo acabar com a demanda e oferta de drogas no território americano e nos países vizinhos. Sendo o principal fornecedor, o México tornou-se o alvo principal.

Os cartéis mexicanos tornaram-se organizações milionárias quando foi sedimentada uma ponte de negócios estáveis com os produtores de cocaína da Colômbia, especificamente com as FARC. Até o começo dos anos noventa os cartéis mais poderosos do mundo eram os colombianos, que tinham como principal ponto de entrada nos EUA, o estado da Flórida. Os traficantes mexicanos até então tinham um papel secundário. Esse cenário se modificou quando os cartéis colombianos deixam de ter acesso à Flórida e entram em guerra contra as instituições colombianas.

Esses episódios enfraqueceram os cartéis colombianos, deixando um espaço vazio no posto de principal abastecedor da demanda dentro dos Estados Unidos, principalmente do mercado da cocaína. Dessa forma, desenhou-se um mapa do mercado das drogas que permanece o mesmo até os dias atuais, onde a Colômbia é a principal produtora, os países da América central funcionam como intermediários entre a Colômbia e o México, e por fim, os cartéis mexicanos controlam a distribuição para o mercado americano. São dois os cartéis que diante desse cenário, adaptaram-se melhor às exigências e emergiram como fonte de poder: o cartel do Golfo e o cartel de Sinaloa.

A primeira grande competição entre cartéis deu-se pelo controle do estado de Nuevo Laredo, dominado até então pelo cartel de Sinaloa. Nuevo Laredo é um estado chave no tráfico de drogas, pois localiza-se na fronteira com o estado americano do Texas. Esse território passou a ser disputado, a partir do ano de 2006, pelo cartel de Sinaloa e o Zetas. Essa contenda, de acordo com o *Secretario Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Publica (SESNSP)*, teve como consequência o aumento de 100% na taxa de homicídio em Nuevo Laredo, entre os anos de 1999 e 2006.

Os Zetas foram inicialmente estabelecidos como um braço de fiscalização/proteção para o Cartel do Golfo no final de 1990. Desertores da força de operações especiais mexicana, conhecida como GAFES (*Grupo Aeromóvil de Fuerzas Especiales*), tornaram-se o braço armado do cartel do Golfo. Uma vez estabelecidos, os Zetas treinaram grupos de soldados, recrutados entre as forças policiais estaduais e municipais e, em alguns casos, as fileiras do exército do México. Estes grupos iniciais de guarda-costas de elite catalisaram uma evolução da força letal e tática usada dentro submundo do crime do México. O incremento desses métodos de repressão trazidos pelos Zetas modificou totalmente as disputas entre cartéis no México. Os métodos de violência tornaram-se mais cruéis e espetaculosos. Matar tornou-se apenas um detalhe, era preciso decapitar, cortar pedaços do corpo etc. Esse padrão estabelecido pelos Zetas passou a ser seguido pelos demais cartéis que envolviam-se em disputas (Sullivan; Logan,2010).

O Zetas e suas táticas espalharam-se por outros territórios através de células autônomas. Uma dessas células foi a chamada “*La familia*” (a família) em Michoacán. Essa aliança foi rapidamente rompida e os Zetas e *La familia* entraram em um confronto pelo controle pelas *plazas* do Estado. O resultado foi semelhante ao que ocorreu em Nuevo Laredo, uma onda de mortes, com requintes de crueldade, e um substancial incremento na taxa de homicídios local. De acordo com *observatório nacional ciudadano (ONC)*, a taxa de homicídio em Michoacán dobrou entre os anos de 2005 e 2007, indo de 20 para 40 mortes por grupo de cem mil habitantes.

Em consonância com o incremento dos métodos de violência, o México vivenciou um processo de urbanização desordenado e, por consequência, precariamente estruturado, gerou comunidades que em sua maioria, não atuam de maneira efetiva no controle social do crime e da violência e que, portanto, geram um baixo nível de eficácia coletiva nas grandes mexicanas. A falta de controle e coesão são facilitadores para o surgimento de organizações criminosas, estruturadas e pouco estruturadas, que acabam obtendo pelo uso da força o controle dessas áreas, tornando-as pontos de venda de drogas e/ou disputas de territórios, além de aumentar a circulação de armas de fogo (Sampson; Groves, 1989; Beato Filho; Da Silva; 2014).

Na perspectiva de Shrik (2011), esse processo de desorganização social de longo prazo acentuou-se notadamente na década de 1990. Com o saldo de milhares de desempregados e diversas empresas retirando os seus investimentos, jovens e adultos viram-se sem emprego e perspectiva de futuro. As grandes cidades mexicanas passaram por um processo semelhante ao vivido pelas *inner cities* americanas, que combinou o aumento dos níveis de vulnerabilidade social e os efeitos disruptivos dos mercados de drogas. A existência de uma demanda interna aumentou as possibilidades de ganhos dos cartéis. Essas organizações também se tornaram um importante polo empregatício para essa nova camada de desviantes que estava sendo formada nas grandes cidades mexicanas. Com mais dinheiro, poder e capilaridade nas metrópoles, os cartéis mexicanos atravessaram a década de noventa e entraram no novo milênio como organizações cada vez mais fortes.

A política repressiva implementada por Calderón e o aumento da competição entre os cartéis

Foi nesse cenário que ocorreu a sucessão presidencial. Felipe Calderón, do mesmo partido de Fox, foi o vencedor do pleito, que ocorreu no ano de 2005. Em sua primeira ação como presidente, Calderón implementou uma política de ação contra os cartéis, que envolveu a polícia federal e as forças armadas. O primeiro estado a sofrer a intervenção federal foi Guerrero. Foram destacados soldados, fuzileiros navais e policiais federais para a cidade de Michoacán (Grayson, 2010). Também sofreram intervenção federal os estados: Baixa Califórnia, Chihuahua e Sinaloa (Ríos, 2012).

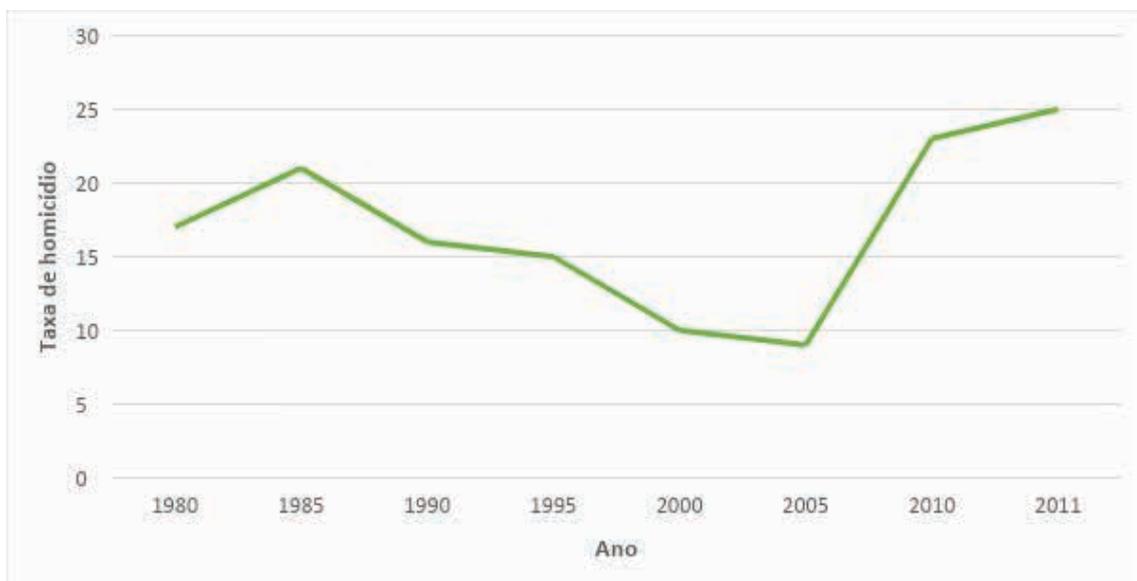
Os objetivos da ofensiva federal eram (1) matar ou prender os funcionários e os chefes dos principais cartéis (2) apreender armas, drogas e veículos (3) queimar plantações de maconha e destruir laboratórios de metanfetamina (4) controlar os territórios de risco

e assegurar a existência do pleno Estado democrático de direito nessas áreas (Osorio, 2012).

Parte da estratégia de envolver as forças federais se deu por conta do cenário de debilidade institucional que se instalou nas polícias estaduais e municipais sobretudo pela falta de ações repressivas e eficientes e pelo cenário de corrupção consolidado ao longo do tempo. Outro grave problema está localizado na ineficiência histórica do judiciário mexicano, marcado pela percepção geral de corrupção sistêmica, práticas obsoletas e autoritarismo (Shrik, op.cit).

O resultado da ação federal em termos do aumento do número de homicídios foi imediato. Como podemos observar na figura abaixo, a curva da taxa de homicídios aumentou continuamente a partir do início das ações. Entre 2006 e 2010 foram registrados 41.648 homicídios ligados ao confronto entre forças federais e os cartéis. Número bastante superior ao registrado entre 2001 e 2006 que foi de 8.901 mil homicídios. Desse total de homicídios, 82% concentram-se em apenas quatro estados: Guerrero, Baja California, Chihuahua, Sinaloa. Justamente os quatro estados que o governo escolheu para intervir de maneira mais direta (Ríos; Shrik, 2011).

Figura 1- Evolução da taxa de homicídio no México (1980-2011)



Fonte: Banco mundial

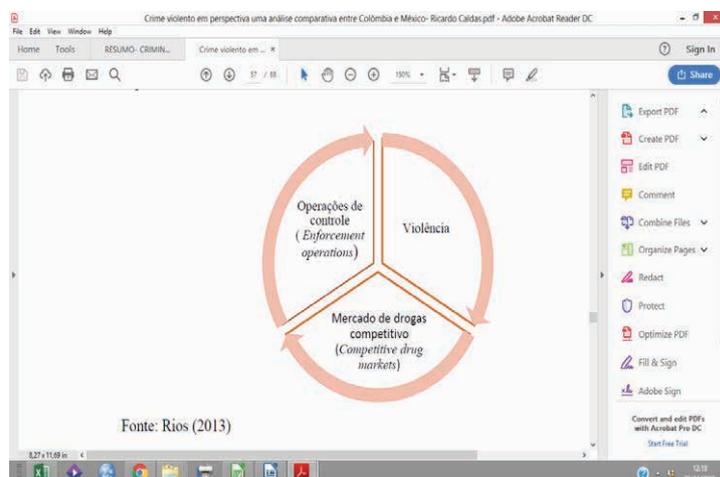
A política repressiva implementada por Calderón tornou-se alvo de um debate acerca de sua eficácia e das consequências causadas por tais ações. Para Guerrero (2011), a política de segurança adotada foi falha. O autor compara os níveis de violência antes e após a prisão de 28 líderes de cartéis. A conclusão do estudo é de que a prisão dessas figuras aumentou o nível de violência nos locais onde elas ocorreram. O processo de

substituição desses atores é complexo. São líderes dos cartéis que estabelecem as rotas de transporte e as redes de confiança. A morte ou prisão de uma dessas figuras pode ocasionar dois tipos de disputas. A primeira é gerada por uma onda de vingança por parte dos cartéis contra as forças do Estado. E a segunda está baseada no fato de que a prisão de um líder é capaz de ocasionar uma disputa interna pelo comando vago. Como também pode ser interpretada como um sinal de vulnerabilidade por organizações rivais, que passam a enxergar uma janela de oportunidade para o início de confrontos por territórios. Um exemplo dessa situação ocorreu no cartel de Sinaloa durante a disputa entre os irmãos Beltrán e El Chapo Guzmán nas cidades de Tijuana e Juárez.

Guerrero também entende que a massiva presença de agentes federais não garante impacto no tráfico de drogas e nos crimes relacionados a essa atividade a longo prazo. É preciso que exista qualidade nas ações e a formação de um corpo policial que não esteja mergulhado em um estado de corrupção sistêmica, o que acaba dando força e poder aos cartéis, deixando a ordem pública fragilizada.

Ríos (2013) segue na mesma linha argumentativa de Guerrero, no que se refere à responsabilidade do Estado no aumento dos índices de criminalidade. Os números levantados pela autora demonstram que o aparato repressivo estatal foi responsável por 80% dos homicídios relacionados às drogas, entre 2006 e 2007. A diferença é que Ríos também coloca a culpa na conta dos cartéis. Sobretudo, por conta da transformação do mercado de drogas de oligopolista para competitivo, o que gerou confrontos por territórios em diversos estados. A figura abaixo elaborada pela autora para descrever o cenário mexicano é representada por um ciclo de violência que se retroalimenta. Quando maior a repressão do Estado maior é a intensificação no grau de competição entre os cartéis e, por consequência, maior também são os níveis de violência.

Figura 2- Ciclo da violência no México



Fonte: Ríos (2013)

Outro autor que segue na mesma linha argumentativa dos anteriores é Osorio (2012). Ele entende que o Estado implementou uma tática de punição generalizada de forma pouco criteriosa contra as grandes organizações criminosas. São quatro os mecanismos que emergem na interação entre Estado e os cartéis, e entre os próprios cartéis. (1) A imposição, que se baseia em táticas coercitivas usadas pelo Estado para manter o monopólio da força. O aparato para execução de tal tarefa são: as forças militares, as polícias, os serviços de inteligência e outras estruturas de imposição da ordem. O principal objetivo do Estado é eliminar as organizações criminosas que afetam o seu movimento de imposição da força.

Esta tentativa de imposição estatal gera outro mecanismo, (2) a contestação. As organizações criminosas estão fundamentalmente interessadas em manter as condições estruturais que lhes permitem assegurar o retorno financeiro em suas atividades. Quem se coloca com o propósito de romper essas condições se torna alvo da força desses grupos. (3) A competição por sua vez, refere-se à luta entre cartéis na tentativa de monopolizar determinado território. E por fim, (4) a sucessão está ligada às disputas entre o alto-comando de uma organização criminosa contra uma camada inferior, dentro dessa mesma organização.

Além desses quatro mecanismos, outro fator citado por Osorio é a geografia. As organizações criminosas buscam ocupar territórios chaves na produção, recebimento e transporte. Foram esses territórios que o Estado buscou, prioritariamente, se impor, e que os cartéis vão competir entre si e contra o estado. Essa é razão que justifica a grande variação subnacional da violência relacionada às drogas no tempo e espaço no território mexicano.

Uma linha dissonante na literatura é a visão de Poiré e Martinez (2011), na qual a intervenção federal não foi a principal responsável pelo aumento da violência. Os autores argumentam que o governo interveio em áreas que já eram violentas, sendo o confronto entre cartéis a principal chave analítica para explicar o cenário epidêmico de homicídios no país.

Outras linhas de estudos têm em comum o uso de técnicas econométricas para tentar medir de maneira instrumental a eficiência das linhas de ação implementadas no governo Calderón contra os cartéis. Dell (2014) tentou mensurar o efeito das eleições municipais e o grau de repressão efetiva. O resultado foi que em cidades onde o PAN, o partido do presidente, venceu por uma pequena margem de votos, há um padrão de ações mais repressivas por parte do chefe do executivo da localidade.

Calderón et al (2012) buscaram medir o efeito das prisões dos chefes dos cartéis e operadores das *Plazas*. Os autores tiveram como base a prisão de 25 chefes e 160 operadores, entre 2006 e 2011. Os resultados alcançados mostram que as prisões dos chefes causam um aumento na violência tanto entre agentes envolvidos no tráfico como também de entre pessoas que não estão ligadas diretamente ao ramo. O que sugere que esses chefes possuem, além do poder repressivo, um forte papel na resolução de conflitos comunitários e na relação entre essas comunidades e os traficantes. Outra importante conclusão que os autores chegaram foi a afirmação que essas prisões produziram um efeito *spillover* entre seis e 12 meses para além do território em que elas ocorreram, mostrando a capacidade de expansão das ações dos cartéis para limites que ultrapassam o território que apenas lhe é de domínio.

Ainda no campo dos estudos econométricos, Castillo et al (2013) buscaram, além da política implementada por Calderón, explicar o incremento da violência no México pela diminuição da área de cocaína cultivada no território colombiano. A premissa utilizada no estudo é de que houve uma diminuição da oferta, com o número de áreas destinadas ao cultivo de coca incineradas na Colômbia, enquanto a demanda não diminuiu.

Esse cenário foi prejudicial aos cartéis mexicanos que passaram a conviver com a diminuição dos carregamentos de cocaína proveniente da Colômbia, forçando-os a entrar em competição entre si nos territórios de recebimento e distribuição de drogas. As estimativas dos autores indicam que a retração do fornecimento colombiano aumentou 37% a taxa de homicídios nas cidades próximas à fronteira com os Estados Unidos, e elevou em 17% a taxa de homicídio em municípios que estão 1000 km da divisa entre os dois países.

Essa pequena revisão da literatura que avaliou os resultados da política de segurança implementada por Calderón nos permite dizer que o modo de ação adotada pelo Estado foi um dos principais fatores que geraram o aumento da violência, em conjunto com o aumento do nível de competitividade entre os cartéis. Cabe dizer que os autores que apontam o Estado com um elemento central nesse esquema explicativo não argumentam que se o Estado não tivesse intervindo a situação do país estaria melhor. Os três grandes cartéis do país apossaram-se de determinados territórios, e neles estabeleceram o controle da ordem. Era necessário que um conjunto de ações por parte do executivo fossem impetradas. O ponto de discussão refere-se ao tipo de estratégia de intervenção que foi adotada.

De cunho estritamente punitiva, a estratégia adotada pelo executivo mexicano visou punir o maior número de organizações criminosas, sem levar em conta os efeitos

que estas ações teriam sobre os níveis de violência. Em contraste, uma estratégia de dissuasão incide sobre o envio de mensagens a organizações criminosas para desencorajar os comportamentos e ações que têm custos mais elevados em termos de vida humana e o bem-estar social violenta. Comumente, a estratégia punitiva, procurando punir como muitos criminosos favorece a impunidade generalizada devido à dispersão das suas capacidades limitadas e recursos nos campos de aplicação jurídica e direito (Guerrero, op.cit).

Neste contexto de incerteza, criminosos não possuem incentivos para desistirem do uso da violência. Pelo contrário, como mostram os fatos, a violência gerada pelo crime organizado aumentou e se dispersou. Embora a estratégia punitiva tenha sido bem-sucedida no desmantelamento de organizações criminosas, os espaços deixados foram rapidamente preenchidos por organizações menores e mais violentas.

Portanto, longe de ter espaços públicos recuperados, a atual estratégia levou a um declínio na segurança e liberdade de movimento em áreas de terra cada vez maiores. Este processo de expansão das áreas de influência do crime organizado é dramaticamente acelerado desde 2008. Finalmente, com uma estratégia punitiva o governo não pode gerir os seus recursos e capacidades de forma eficiente, tal como é aplicado em nenhuma ordem particular, sem objetivos e prioridades claras. Daí as ações decorrentes desta estratégia são frequentemente fracas e sem impacto (Guerrero, op.cit).

Resultados da nova forma de atuação do governo federal e as mudanças nas formas de ação das organizações criminosas

Passados dez anos de guerra entre os cartéis e o Estado, o pico da taxa de homicídio nacional foi entre os anos de 2006 e 2010. Nesse período houve um aumento de 300% no número de pessoas assassinadas por grupo de cem mil habitantes, um salto de oito para 24. Após esse período crítico, houve uma retração de 50% entre 2007 e 2013, com os números permanecendo estáveis entre 2014 e 2015 (Gagne, 2016).

Tal redução deu-se por conta do desmantelamento de alguns cartéis (Guerrero, 2016). Também houve avanços institucionais, como a reforma no poder judiciário. Tal reforma consistiu em alterações aos artigos da Constituição contendo disposições em matéria de justiça criminal e segurança pública. No início de 2000, o governo do presidente Vicente Fox (2000-2006) apresentou uma iniciativa formal para reformar o sistema em um contraditório sistema de justiça criminal, uma iniciativa que não obteve

consenso político e foi rejeitada pelo Congresso. Esta primeira tentativa de reformar o sistema de justiça mexicano, embora falha, inspirou alguns estados de promulgar suas próprias reformas devido à ameaça do crime organizado. Durante o governo do presidente Felipe Calderón (2006-2012), uma iniciativa foi apresentada que atraiu sobre as reformas propostas anteriormente, mas contidos novas disposições destinadas a reforçar a estratégia empreendida contra o crime organizado. O congresso aprovou o pacote de reformas em 2008 e definiu um período de oito anos para a sua plena aplicação a nível nacional.

Também podemos citar como importantes avanços institucionais a criação da Comissão de Segurança Nacional, que funcionou como ente responsável por coordenar as ações no campo da segurança pública. Uma das ações de maior êxito foi o fortalecimento da divisão anti-sequestro. No campo da prevenção criminal, houve uma melhoria na geração de diagnósticos e na elaboração de informações quantitativas e qualitativas (Guerrero, 2016).

A eleição de Peña Nieto aprofundou uma mudança que já tinha começado de forma incipiente em anos anteriores. O seu governo passou a atuar de forma mais seletiva na captura dos líderes dos cartéis. Essa mudança envolveu uma redução da intensidade das capturas e outras ações contra o crime organizado. Por exemplo, nos primeiros 11 meses do governo de Peña Nieto foi uma redução de 33% nas prisões, e metade das apreensões de armas em comparação com Calderón em 2012. O envio de forças militares e da Polícia Federal continua a ser o componente central das intervenções em todas as entidades enfrentam desafios de segurança graves. Também deve-se notar que a permanência das Forças Armadas na realização de tarefas de segurança reflete tanto o caráter limitado teve a *Gendarmerie* o pouco progresso no fortalecimento da polícia estadual e municipal (Guerrero, 2016).

Apesar dos avanços citados, o México ainda enfrenta diversos problemas no combate ao crime organizado. O país ainda se encontra em conflitos entre organizações criminosas por imposição em determinados territórios. Uma das principais consequências da manutenção da estratégia estatal em seguir tentando acabar com os grandes cartéis foi a fragmentação seguida de um processo e dispersão geográfica de expansão violência. As organizações que se originam dessa fragmentação, de maneira geral, não possuem a estrutura requerida para entrar no tráfico de drogas. Diante dessa limitação, as atuações desses grupos concentram-se em atividades como: roubo de automóveis, extorsões, sequestros etc.

Outra tendência que se tornou visível foi a mudança de comportamento dos cartéis. Essas organizações buscam sair do foco do aparato estatal, sobretudo na zona da fronteira

com os Estados Unidos. O centro foi a região que passou a ser habitada pelas principais organizações criminosas do país. A dispersão geográfica teve como principal resultado a emergência de novos focos de violência, e o aumento de municípios que registraram homicídios relacionados ao tráfico de drogas. De acordo com Guerrero (op.cit), entre os anos de 2007 e 2011 o aumento esteve na ordem de 277%.

Esse deslocamento geográfico tem causado novos males em várias regiões do país, especialmente com o movimento de criminosos para as periferias das cidades e localidades rurais. Fora das cidades as gangues atuam extorquindo empresários nos setores da pecuária, agricultura e mineração principalmente, que em muitos casos optaram por financiar “grupos de autodefesa” para proteger suas famílias e do patrimônio. Estes grupos não são apenas uma resposta para as atividades criminosas de organizações criminosas que afetam os interesses dos empresários rurais (agricultores, criadores de gado e mineiros), mas a consequência natural da presença limitada do Estado Mexicano em grandes áreas do país. Apesar desses grupos terem relações tênues com organizações criminosas, apenas 12% dos grupos de autodefesa estão relacionados com organizações criminosas, guerrilheiros ou paramilitares. Os confrontos entre organizações criminosas e grupos de autodefesa (ou policiais comunitários) levaram ao aumento da violência em algumas áreas rurais. Na visão de Guerrero (op.cit), isso é preocupante porque a visibilidade dos crimes cometidos no meio mundo rural é menor, dificultando uma resposta mais eficaz por parte da sociedade ou das instituições. (Guerrero; op.cit; Mazzei; 2009).

Considerações finais

Este trabalho apresenta claras limitações por se tratar de um estudo majoritariamente especulativo com *déficits* empíricos fator este que não garante o concatenamento das categorias que trabalhamos como correspondentes reais no desenvolvimento dos crimes violentos no cenário mexicano. Todavia, o que buscamos foi ampliar o debate e empreender uma explicação que versou sobre a questão da criminalidade violenta como sendo fomentada por desdobramentos em múltiplas esferas. O quadro abaixo representa uma síntese dos fatores que elencamos ao longo deste trabalho e suas relativas categorias.

Tabela 1 - Síntese dos mecanismos fomentadores da criminalidade violenta e suas respectivas formas de manifestação no México.

Categorias	México
Institucional/Político	Efeitos do processo de democratização; implosão das redes de corrupção; escolha de uma estratégia punitiva via polícia e forças militares.
Econômico	Organizações criminosas estruturadas (Cartéis) inseridas em um mercado competitivo e lutando contra o Estado.
Social	Desorganização social; alto poder de cooptação das organizações criminosas no âmbito das grandes cidades mexicanas.

Fonte: Elaboração própria a partir da tipologia de Moser (2004)

Por fim, faz-se necessário destacar algumas questões importantes que não fomos capazes de delinear apontamentos no curso deste artigo e também possíveis problemas de pesquisas futuras. Pensando nos mecanismos fomentadores da criminalidade violenta no Brasil, em que medida é possível estabelecer diferenciações e aproximações em comparação com o caso mexicano? Ao mesmo tempo, podemos também questionar, em que medida o atual processo de crescimento do crime organizado no país se assemelha ao que podemos observar no México, em outros termos, estaria o Brasil se tornando um Narcoestado?

Referências

- BEATO FILHO, Claudio Chaves; DA SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, p. 155-170, 2013.
- BANCO MUNDIAL. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/VC.IHR.PSRC.P5>. Acessado em: 15/02/106.
- CALDERÓN, Gabriela et al. The temporal and spatial dynamics of violence in Mexico. University of California in San Diego (UCSD).
- CASTILLO, Juan Camilo; MEJIA, Daniel; RESTREPO, Pascual. Illegal drug markets and violence in Mexico: The causes beyond Calderón. v. 3, n. 10, p. 2013, 2013
- DELL, Melissa. Trafficking networks and the Mexican drug war. *The American Economic Review*, v. 105, n. 6, p. 1738-1779, 2015.

DOWNS, Anthony. An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

GAGNE, David. Latin America Homicide Round-up. *InSight Crime* (2016).

GRILLO, Ioan. *El Narco: inside Mexico's criminal insurgency*. Bloomsbury Publishing USA, 2012.

_____. *El narco: the bloody rise of Mexican drug cartels*. Bloomsbury Publishing, 2011.

GUERRERO, Eduardo. La inseguridad 2013-2015!. *Nexos*, 1 jan 2016. Disponível em: <http://www.nexos.com.mx/?p=27269>. Acessado em: 15/03/2016.

_____. La raíz de la violencia., *Nexo*, 1 Jun 2011 Disponível em: <http://www.nexos.com.mx/?p=14318> . Acessado em: 11/05/2016.

MAZZEI, Julie. *Death squads or self-defense forces?: how paramilitary groups emerge and challenge democracy in Latin America*. Univ of North Carolina Press, 2009.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos avançados*, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

MOSER, Caroline; HOLLAND, Jeremy. *Urban poverty and violence in Jamaica*. World Bank Publications, 1997.

_____. *Asset-based approaches to poverty reduction in a globalized context*. 2006.

_____. *Urban violence and insecurity: an introductory roadmap*. 2004.

OBSERVATÓRIO NACIONAL CIDADANO. Disponível em: <http://onc.org.mx/>. Acessado em: 05/08/2016.

OSORIO, Javier. Dynamic and structural determinants of drug violence in Mexico. In: *Violence, Drugs and Governance: Conference on Mexican Security in Comparative Perspective*. 2011.

_____. *Democratization and Drug violence in Mexico*. Notre Dame: University of Notre Dame), unpublished typescript, 2012

POIRÉ, Alejandro; MARTINEZ, Teresa. Los homicidios y la violencia del crimen organizado. *Nexo* (01/02/2011).

RÍOS, Viridiana. Tendencias y explicaciones al asesinato de periodistas y alcaldes en México: El crimen organizado y la violencia de alto perfil. *Las bases sociales del crimen organizado y la violencia en México*, Centro de Investigación y Estudios en Seguridad (CIES), Secretaría de Seguridad Pública, México, 2012.

_____. *Why did Mexico become so violent? A self-reinforcing violent*

equilibrium caused by competition and enforcement. Trends in organized crime, v. 16, n. 2, p. 138-155, 2013.

_____.; SHIRK, David A. Drug violence in Mexico: Data and analysis through 2010. Trans-Border Institute, University of San Diego, 2011.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. American journal of sociology, v. 94, n. 4, p. 774-802, 1989.

SECRETARIO EJECUTIVO DEL SISTEMA NACIONAL DE SEGURIDAD. Disponível em: <http://secretariadoejecutivo.gob.mx/index.php>. Acessado em: 05/08/2016.

SHIRK, David A. Justice reform in Mexico: change & challenges in the judicial sector. SHARED RESPONSIBILITY, p. 205, 2010.

_____. The drug war in Mexico: confronting a shared threat. Council on Foreign Relations, 2011.

SULLIVAN, John P.; LOGAN, Samuel. Los Zetas: Massacres, Assassinations and Infantry Tactics. Security Solutions International, November, v. 24, 2010.

Recebido em 21/11/2018

Aprovado em 22/12/2018

Quando o indivíduo se transforma: reflexões a partir de Mead, Goffman e Garfinkel

Guilherme Figueredo Benzaquen¹

Resumo: O artigo pretende refletir sobre como a teoria sociológica aborda a questão da crise no e do indivíduo. Para tanto, irei partir de Mead e suas análises pragmatistas sobre o self para depois abordar, de forma comparativa, as transformações do indivíduo em Goffman e Garfinkel. Os três autores serão postos em diálogo e esse esforço analítico possibilitará uma análise de como desenvolveram suas teorias principalmente suas concepções de indivíduo, ação social e ordem social.

Palavras-chave: Geroge Herbert Mead; Erving Goffman; Harold Garfinkel; indivíduo.

Abstract: This paper is a reflection about how social theory addresses the question about crisis in and of an individual. Therefore, I will start with Mead and his pragmatist analysis of the self. After, I will comparatively address the transformations of the individual in the work of Goffman and Garfinkel. The three authors will be articulated and this theoretical effort will allow us to understand their concepts of individual, social action and social order.

Keywords: Geroge Herbert Mead; Erving Goffman; Harold Garfinkel; individual.

¹ Cientista Social, mestre em sociologia pelo IESP/UERJ. Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: benzaquenguilherme@gmail.com

Introdução: o problema em Mead

Cíclicos ou não, períodos de transformações acentuados são fenômenos históricos recorrentes. A importância da compreensão desses momentos foi percebida pelos principais teóricos sociais – quer o chamem de crises, anomias, rupturas ou revoluções. Assim como cada um desses conceitos têm suas particularidades, o enfoque também varia dando, por exemplo, prioridade para explicações causais, tentando descrevê-los ou propondo superações. O começo da sociologia é fruto de um desses momentos e a compreensão das transformações da modernidade foi central em todos autores considerados clássicos. Essa questão se faz tão importante porque através dela se pensa a própria história, em suas rupturas e continuidades. Irei, nesse ensaio de teoria social, modestamente me juntar a esse esforço, fazendo uma análise das contribuições de três autores já canônicos da sociologia.

De forma mais específica, partirei de uma questão levantada por George Herbert Mead que em seus termos formulou: como o self se reconstrói quando há um problema que impede sua continuidade? O que significa que aqui a crise e sua superação serão pensadas no âmbito dos indivíduos. Se esse é um problema muito importante para a psicologia, defendo que a sociologia é uma disciplina que muito tem a dizer sobre o tema, o que ficará claro desde o começo com a análise da concepção de self social de Mead. Depois de formulada a questão que nos concerne e como Mead a soluciona, poderemos partir para a análise de como Erving Goffman e Harold Garfinkel deram continuidade a uma teoria da reconstrução do indivíduo. A estratégia adotada foi a de sistematização de conceitos relevantes para a resposta da pergunta apresentada, tentando perceber as proximidades e as distâncias entre os autores. Essa busca teórica me possibilitará trabalhar como os autores desenvolveram suas teorias, principalmente suas concepções de indivíduo, ação social e ordem social.

Em qualquer contato com a obra de Mead, fica claro quão central era para o autor o problema do self – basta lembrarmos que sua compilação de textos mais conhecida se chama *Mind, Self and Society* (1972). Ele acreditava que uma resposta correta a essa questão o permitiria fazer uma defesa das ciências sociais como ciência. Mead argumenta que se as ciências sociais fossem exatas como a matemática, o self seria pensado da mesma forma que objetos físicos. Elas ainda não teriam se desenvolvido a ponto de conseguirem realizar essas definições, porém esse foi um dos grandes esforços teóricos do autor (MEAD, 2011), pois, assim como outros autores clássicos da sociologia, havia nele um esforço para demarcar os objetos, objetivos e limites da disciplina.

O self como objeto das ciências sociais é uma relevante contribuição do autor por conta de sua concepção do self social. Começamos, portanto, pelo surgimento do self nos indivíduos. Mead argumenta que a formação do self no bebê é tardia e é construída baseada na experiência de outros selves. No começo, as crianças percebem apenas parcialmente seus selves, assim como percebem parcialmente suas mãos e pés. O self só surge quando, em interação com outros selves, a criança se torna um objeto ao poder identificar e analisar seus próprios gestos, atos e condutas (MEAD, 2011, p. 67). Ou seja, um self para existir requer tanto a interação quanto a capacidade de se colocar como objeto. O que significa que esse é um conceito que permite a articulação entre o individual e o social e que está baseado na capacidade humana de comunicação. Nós temos a capacidade de imaginar o papel desempenhado por outros selves e é devido a essa capacidade que conseguimos interagir em sociedade. Portanto, todo self é formado por e forma outros selves.

Aqui se faz necessário incorporar a nossa discussão os conceitos de eu e mim que estão em relação direta com o de self e são fundamentais para a percepção dele tanto como sujeito quanto como objeto. Mead descreve o mim como o self consciente que pressupõe um eu. O self nunca aparece conscientemente nos indivíduos como um eu, ele é um objeto, um mim. Se, por um lado, o eu age em direção a si mesmo e a outros, por outro, o mim é o alvo da ação do eu. O eu é o momento da criatividade - que será, como veremos adiante, central para a concepção pragmatista da ação. Já o mim é a sociedade introjetada no indivíduo e como ele vê a sociedade. O mim é constantemente transformado pelo eu, o que faz com que haja na obra de Mead uma dinâmica de transformação interna. Além disso, essa interação entre esses conceitos revela que o self age com referência a outros, mas é também imediatamente consciente da sua ação, ou seja, é reflexivo.

Voltando para o conceito de self e seguindo Wiley (1994), é possível afirmar que essa noção tem em Mead cinco características marcantes. (1) É formado em diálogo e está sempre em relação com outros selves, ou seja, é dialógico tanto internamente quanto interpessoalmente; (2) o que conseqüentemente o torna social, público e político. (3) É pensado de forma igualitária, pois os equipamentos psicológicos dos seres humanos são tidos como iguais. Formulação importante na luta pela democracia e de combate a teorias racistas que vigoravam na época. (4) É voluntarista porque os indivíduos têm a capacidade de auto-determinação, de poderem escolher. (5) E, por fim, o self é cultural, pois está relacionado às capacidades simbólicas humanas.

É importante frisar que Mead se contrapõe a uma ideia de um indivíduo auto-centrado. O indivíduo só é constituído a partir do outro, pois as relações sociais

influenciam o self. Essa influência leva em consideração que o self é um interpretador ativo das relações com os outros e, dessa maneira, ele entra na vida social interpretando e reformulando em sua mente as atitudes do outro generalizado. A esse respeito vale relembrar o já clássico recurso argumentativo de Mead da brincadeira e do jogo para explicar o outro generalizado. Enquanto que a brincadeira é pensada como interação ainda muito espontânea, o jogo requer regras e organizações. No jogo age a consciência para saber o seu papel e o indivíduo só compreende seu papel a partir da percepção do papel dos outros, de forma simultânea e a partir de regras. O outro generalizado surge dessa interação de gestos e é, em grande medida, fruto da linguagem. Ele tem como uma de suas premissas a abstração das particularidades (SILVA, 2007). É possível afirmar que o outro generalizado são as regras gerais da vida social, o que significa que o mundo social é visto como algo construído na interação dos símbolos.

Agora que está exposta a concepção de self e de outro generalizado, é necessário fazer uma breve explicação sobre a teoria da ação de Mead para podermos lidar com o problema da reconstrução do self. Segundo Joas (1993), a teoria pragmatista da ação fez com que fosse possível olhar para formas de ação que estavam sendo ignoradas e olhar para as já estudadas de uma nova forma. Há no pragmatismo de Mead um questionamento acerca da ideia de que a interrelação entre indivíduos seja somente a interconexão de suas ações utilitariamente orientadas ou baseada em um consenso normativo. O pragmatismo não aceitou o modelo da ação racional como tipo ideal histórico nem como pressuposto psicológico. Há toda uma tradição de interpretação da ação que não cai nesse dualismo, mas que se centra no caráter criativo da ação humana: o pragmatismo norte-americano se encaixa aqui. A sua metáfora guia é a solução criativa de problemas por uma inteligência que experimenta. Como explica Silva (2007), para o pragmatismo, quando há algum empecilho ou tendências conflitivas em um ato, surge um problema. A sua resolução requer a reconstrução criativa da situação: muitas possibilidades de resposta são consideradas pelo indivíduo que decide por aquela que lhe parece mais adequada para a resolução do problema. Portanto, na teoria da ação desenvolvida por Mead, a criatividade é central.

Essa forma de pensar a ação como resolução de problemas é a ponte para pensarmos a reconstrução do self. Quando é mera organização de hábitos o self não é auto-consciente, porém, ao surgir um problema que obstaculiza sua continuidade, há uma crise em sua organização, pois aspectos particulares do self são questionados e aparecem diferentes tendências de reconstituição da normalidade. Depois desse processo de reestabelecimento moral surge um self transformado que está relacionado com a sua capacidade de auto-objetificação. Ele se coloca como objeto, na interação entre o mim e

o eu, para poder lidar com os obstáculos que encontrou. Nesse intermédio há uma disputa de valores defendidos pelo self em crise e em transformação. Porém a resolução não vem da tensão dos aspectos do self ligados a papéis específicos, mas da reconstrução que desenvolva uma personalidade que melhor corresponda às novas situações. O indivíduo se engaja em um processo de construção de um novo mundo harmonizador dos conflitos e de um self que se encaixe nesse mundo (MEAD, 2011). É importante destacar que essa reconstrução do self é vista como um processo de transformação em que quando o novo estado é atingido, ele durará até o surgimento de um novo obstáculo intransponível na normalidade daquele self.

Essa formulação teórica é distinta da dos outros autores, que a pensam de forma mais contingencial e flexível. Porém, ela fornece alguns parâmetros para continuarmos a análise e focaremos agora nas formulações de Goffman.

Goffman: as rupturas na dramaturgia

Goffman teve uma influência grande de Mead, porém retrabalhou suas questões de maneira própria. Sua obra é comumente associada às ideias de interacionismo simbólico, o que, de forma bastante resumida, se dá devido à ênfase das suas análises nas interações simbólicas entre os indivíduos, e de dramaturgia, devido ao seu esforço de pensar a vida social através de uma analogia com o teatro. Ele se colocou como questão o que torna as interações possíveis e encontrou um modelo para respondê-la a partir das representações cênicas. Esse modelo tem limitações – algumas reconhecidas pelo próprio autor - porém se mostra bastante elucidativo de uma série de interações face a face, que são definidas por três características: se passam em um breve período de tempo, têm uma extensão limitada no espaço e são eventos restritos àqueles que interagem. Dessa maneira, Goffman faz uma sociologia das ocasiões, pois está interessado em analisar uma estrutura estabilizada normativamente que é mutante, dependendo das chegadas e partidas dos que interagem. Portanto, o elemento da copresença é fundamental para suas análises, pois mais do que entender o indivíduo em sua particularidade, o objetivo é perceber as relações que surgem dos atos de pessoas presentes umas com as outras (GOFFMAN, 2011). Ou seja, Goffman se importa com como os atores agem (conscientemente ou não) em interação e como as pessoas percebem essa ação.

Em uma primeira aproximação, trabalhar o conceito de self em Goffman apresenta algumas dificuldades. A primeira é o fato da sua concepção de indivíduo ter uma possível recepção polêmica, pois muitas vezes Goffman ressalta o lado sombrio dos seres humanos,

como a manipulação e o cinismo. Porém, essa dificuldade é superada quando percebemos que a sua teoria é muito mais complexa e engloba ações de caráter mais ritualístico. Uma dificuldade que persiste mesmo depois de uma leitura atenta é a de que em Goffman o uso de conceitos como self, indivíduo e pessoa muda no desenvolvimento de sua obra – algo bem analisado por Smith (2006).

Em suas discussões sobre os indivíduos, Goffman defende que a sociologia também lide com questões relativas à personalidade. Ele tenta constantemente estabelecer as bases sociais dos indivíduos, que surgem principalmente da ideia de ordem interacional. A definição de Goffman de ordem pode ser resumida na seguinte frase: “o mundo, na verdade, é uma reunião” (GOFFMAN, 1975, p. 41). A ordem interacional garante sua continuidade através das restrições impostas pelas necessidades dos selves em copresença. Essa é uma inversão das definições mais comuns da ordem restringindo as manifestações dos selves. Ele argumenta, baseado em sua noção de apresentação do self, que as necessidades da interação e do self social são fontes de restrições para o social. Se a noção de self social já estava em Mead, o seu avanço é perceber como isso gera restrições para a ordem interacional (RAWLS, 1987). Goffman, inclusive, menciona várias vezes Mead, porém o critica por sua suposta fixidez do self, e ao definir esse conceito o atrela à necessidade das interações, uma conceituação que se assemelha ao de seu antecessor pragmatista. Com isso questiona as concepções de um self soberano perante a sociedade e também as concepções da unicidade dos indivíduos. Mais do que uma definição ontológica dos seres humanos, Goffman está interessado nas evidências empíricas que tornam os selves visíveis. Ele acaba concebendo os indivíduos de forma extrínseca, ou seja, pensa as características que geralmente são definidas como pessoais (as emoções, por exemplo) como influenciadas pelas interações exteriores. Aqui fica clara a centralidade das interações para Goffman: mais do que pensar os indivíduos psicologicamente, interessa-o entender as suas interações, ao ponto de importar prioritariamente as características que possibilitam as relações. É perceptível que há uma clara influência de Mead porque ambos estão refletindo sobre a experiência dos indivíduos quando agem socialmente. Para ambos, não interessa separar os indivíduos e suas condutas, esses conceitos são mutuamente formativos.

Sobre como esses atores agem socialmente, há uma ênfase constante na obra de Goffman da capacidade dos atores de controlarem as atividades interacionais e gerenciarem as impressões que passam. Isso pode fornecer uma impressão do indivíduo em sua obra como sendo excessivamente maquiavélico, porém há uma outra parte de

suas formulações que deve ser levada em consideração: as interações ritualísticas, nas quais os indivíduos afirmam um respeito pelos outros e pelo que eles acham ser a forma correta de se relacionar. Os atores estão enquadrados em uma escala que tem como casos limites o egoísmo daquele que calcula e manipula estrategicamente suas impressões e o altruísmo daqueles que dão e recebem deferências. Enquanto que um está próximo de um self manipulador, o outro está mais de um performático (SMITH, 2006). No geral, portanto, é possível perceber que a noção de self em Goffman tem um caráter muito mais fragmentário do que a apresentada por Mead. Esse traço será importante para perceber as respostas do autor sobre a questão da transformação do self.

Quando estão desempenhando um papel, os indivíduos requerem dos observadores que levem a sério suas atuações. A fachada é central nesse processo de representação, ela é “a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação” (GOFFMAN, 1975, p. 29). Os que representam podem ter duas formas de pensar suas atuações: estarem compenetrados acreditando que a atuação corresponde aos seus *eus* verdadeiros, os sinceros, ou não estarem compenetrados, não crendo em suas atuações, sendo os cínicos, a quem enganar sua plateia por um bem próprio ou um bem coletivo se justifica. A aproximação de um desses tipos faz com que os atores encontrem garantias para a manutenção de seus papéis, por isso que, mais do que um fingimento, as máscaras colocadas pelos indivíduos são parte do verdadeiro eu deles porque são aquilo que eles gostariam de ser. Nesse sentido, em Goffman, a performatividade é parte central da compreensão do self.

Há uma expectativa de coerência no desempenho da atuação dos atores. Essa coerência deve se dar tanto como continuidade com o papel desempenhado anteriormente quanto com o papel que deve ser desempenhado em determinada situação. Goffman defende que um papel novo é construído a partir do acumulado em outras representações. Uma nova fachada raramente é mesmo uma nova fachada, ela é a escolha entre fachadas possíveis. A mudança de papéis é vista por Goffman como algo corriqueiro, pois todos os indivíduos têm múltiplos papéis de acordo com a audiência. Porém, nas variações entre as plateias, há uma tendência dos atores defenderem que a representação que desempenham no momento é a única ou a mais essencial.

Há casos em que essas mudanças de papéis extrapolam as situações corriqueiras. A ruptura da representação pode ter consequência em três níveis de abstração: personalidade, interação e estrutura social. Do ponto de vista da interação, a situação pode deixar de ser definida adequadamente e os participantes ficarem sem saber como agir. Com relação à

estrutura, ela pode sofrer consequências porque todo ator é identificado com um grupo de colegas, com equipes, e a legitimidade dessas coletividades está em jogo em todas as interações. Quando há uma ruptura, toda essa estrutura pode ficar comprometida. Sobre a personalidade, é possível afirmar que os atores atribuem uma parte significativa de suas concepções de si mesmo à capacidade de manterem determinadas interações. A ruptura pode causar um descrédito sobre a sua capacidade de sustentar determinado papel (GOFFMAN, 1975).

Goffman percebe uma série de formas propositais ou não da ruptura dos papéis. Um dos casos mais paradigmáticos de reconstrução do self se dá em instituições totais. Em manicômios, prisões e conventos, Goffman (1974) pensa os constrangimentos organizacionais do self e as resistências daqueles que não cedem às transformações. Esse é um caso extraordinário de reconstrução do self porque se passa em instituições totais que têm como objetivo justamente transformar a individualidade dos pacientes através de um isolamento do resto do mundo. As características pessoais dos indivíduos antes da entrada nas instituições são descartadas para que eles se submetam à padronização desejada pelas autoridades. Percebendo as mudanças provenientes de medidas institucionais, Goffman chega à conclusão de que os selves são muito vulneráveis e podem ser destruídos e reconstruídos, apesar das resistências pessoais. Levando em consideração que nesse caso os indivíduos estão em uma situação extrema, ainda assim é possível perceber que as formulações de Mead sobre a transformação do self se encaixam parcialmente. Assim como Mead, há uma defesa de que o novo self surge para ser possível uma adaptação com o ambiente, porém, ao contrário dele, a transformação não passa por um esforço individual de solução do problema, mas por constrangimentos externos.

Outra forma de ruptura nos papéis desempenhados surge quando há uma situação de constrangimento (GOFFMAN, 2011). Os atores tentam a todo o momento fazer uma manutenção do controle expressivo, porém, nas interações face a face, há sempre a possibilidade de que a interação saia do seu curso natural, que haja uma ruptura. Esse desvio do estado normal pode ser reconhecido através de pequenos gestos corporais e é uma dificuldade para a continuidade das interações. O constrangimento tem como causa principal uma expectativa com relação à interação não realizadas. Essa dificuldade pode ser rapidamente superada ou pode gerar uma fissura maior, ou seja, pode haver um incidente constrangedor em um evento ou o evento todo pode ser constrangedor. Muitas vezes manter a aparência do não constrangimento é parte fundamental da interação: o constrangido finge não o estar e os outros fingem não percebê-lo. Porém, há momentos de crises acentuadas

que fazem com que haja uma ruptura nos grupos sociais e uma reconstrução dos papéis de cada um dos atores. Essas situações críticas são um agravamento da tendência dos atores a um afastamento de situações constrangedoras. Goffman não elabora como se dá essa reconstrução pós-constrangimento, mas de acordo com o discutido anteriormente, podemos inferir que seja a partir de uma seleção entre diferentes fachadas possíveis. Outra possibilidade de ocorrência do constrangimento que é de interesse para nossas indagações ocorre quando uma pessoa tem dois papéis conflitantes que não podem ser conciliados em uma determinada interação. “Ao demonstrar constrangimento quando ele não pode ser nenhuma das duas pessoas, o indivíduo abre a possibilidade de no futuro poder efetivamente ser uma delas” (GOFFMAN, 2011, p. 108). O constrangimento pode, dessa maneira, ser funcional para o reestabelecimento de uma participação natural na sociedade, para uma reconstrução do self.

Depois dessa sistematização fica evidente que essas formulações de Goffman têm um foco distinto e são um desdobramento muito produtivo das formulações de Mead. Enquanto Mead, um psicólogo social, estava interessado em explicar a origem social do self (a emergência do self), Goffman estava mais preocupado em entender como o self se sustenta ou se mantém nas interações e ao longo da vida. No próximo tópico veremos a teoria de Garfinkel e realizaremos aproximações e distanciamentos com a teoria de Goffman.

O passar-se em Garfinkel

Ao contrário de Mead e Goffman, Garfinkel, o criador da etnometodologia, nos fornece um caso empírico bastante detalhado do passar-se em uma pessoa: o caso Agnes. Nesse texto, Garfinkel (2014) pretende, através de um caso de construção de identidade de gênero, defender a sua teoria de que as pessoas são metodólogos práticas, ou seja, têm a capacidade reflexiva de construir e manipular a normalidade como uma realização contínua e prática. Esse caso serve de parâmetro para uma análise do gerenciamento das “sexualidades normais” porque Agnes apresentou em suas entrevistas consciência da organização e da operação das estruturas sociais necessárias para aqueles que têm seus status sexuais garantidos. Segundo Armitage (2001), no já clássico quinto capítulo dos Estudos em Etnometodologia, o autor teve um duplo objetivo: entender como Agnes conseguiu se passar por uma “mulher normal” e entender os métodos utilizados pelas pessoas no gerenciamento das atividades interpessoais de suas vidas. Realizou também

um duplo feito: forneceu uma demonstração metodológica da natureza contínua da produção social do gênero e um exemplo da hipótese etnometodológica de como as pessoas produzem atividades práticas estáveis e relatáveis no cotidiano.

Para compreender o passar-se temos que primeiro saber quem é Agnes. Ela é descrita como uma garota de dezenove anos criada como garoto que tem todas características de uma “mulher normal”, mas que tem um pênis e um testículo completamente desenvolvidos. Garfinkel faz uma descrição da sua aparência que reforça o seu lugar como “mulher”. Ela nasceu e foi criada como um menino, porém a atribuição de um papel masculino foi desempenhada com dificuldade, o que gerou uma relação de conflito com a escola (da qual saiu aos dezessete anos). Já adulta, mudou-se para Los Angeles, onde arrumou um namorado e trabalhou em uma companhia de seguro. Em cinquenta e nove, conseguiu fazer a operação que removeu seu pênis e escroto e construiu sua vagina. Garfinkel a conhece nesse processo da operação e seu estudo é baseado em uma série de entrevistas realizadas na época. Agnes é um exemplo do que Garfinkel fala sobre a capacidade de explicação dos indivíduos, pois descreve, critica e idealiza as suas situações, ou seja, dá sentido ao mundo. Nesse processo Agnes fez um relato biográfico de uma existência completamente feminina e os traços relacionados a uma educação masculina foram relatados como dolorosos. Em seu relato, o pênis era sempre uma parte do corpo renegada, enquanto que os seios eram uma parte da qual tinha orgulho.

A partir desse caso ficou claro para Garfinkel que os status sexuais são panos de fundo essenciais das práticas cotidianas e que há um controle constante em todas as sociedades da mudança de status das pessoas, principalmente no caso de status sexuais. Agnes tinha uma preocupação prática com a sexualidade feminina competente e concordava com o fato moral de que as pessoas são seres sexuados. Queria, acima de tudo, ser tratada como uma mulher natural, normal. Para entender o que isso significa, Garfinkel elenca uma lista de propriedades das pessoas naturais que está baseada na premissa básica de que quem é normal está em uma das duas categorias dicotômicas: homem ou mulher. São propriedades que estão baseadas no senso comum, mas que também são expressas por autoridades científicas. No limite, o normal baseia-se no que está de acordo com os costumes. Há uma “comunidade de entendimento” sobre a sexualidade natural que defende que a filiação a uma categoria do sexo natural vale para toda a vida do indivíduo, por isso que Agnes teve que lidar com uma série de questões para se legitimar no seu processo de passar-se. Uma de suas primeiras atitudes relativas a isso foi aderir ao discurso do senso comum e defender que ela sempre fora uma mulher e que o erro estava nas pessoas que não haviam compreendido os “fatos reais”.

A operação foi o momento mais paradigmático de um processo duradouro na vida de Agnes. Ela estava envolvida no que Garfinkel chamou de passar-se, ou seja, “o trabalho de adquirir e assegurar os direitos de viver como mulher natural, normal, tendo continuamente que prever a possibilidade de detecção e consequente ruína, implícita nas condições socialmente estruturadas” (GARFINKEL, 2014, p. 106). O passar-se tem um duplo sentido para descrever esse processo. Em primeiro lugar, se refere à transformação de um status sexual masculino, na infância, para um status sexual feminino. Em segundo lugar, há um sentido mais sutil que remete à ideia de se passar: Agnes tinha que cotidianamente se passar por uma mulher natural para garantir seu status. Aqui já podemos perceber uma distinção muito clara com a maneira como Mead resolveu a questão da reconstrução do self, pois ao contrário de Mead que pensava esse processo como irreversível e estabelecedor de uma nova ordem, em Garfinkel, de forma parecida com Goffman, o passar-se requer um esforço constante para manter essa ordem e esse novo status. Isso está de acordo com a teoria de gênero de Garfinkel como realização situada (ARMITAGE, 2001): ser membro de uma categoria sexual se sustenta por uma série de práticas circunstanciais e contingenciais, apesar do autor também preservar o sentido de que essa filiação está relacionada com um fato moral, natural e normal da vida.

Os esforços para adquirir o status de uma mulher natural foram muitos. Uma das maiores dificuldades, e que gerava as outras, era a de conseguir se legitimar socialmente como uma mulher natural. A mudança para mulher aumentou, aos olhos de Agnes, seu próprio status. Para assegurar essa mudança, ela teria que garantir seu papel como mulher legítima, porque a sua feminilidade só poderia ser reivindicada a custo de vigilância e trabalho. Agnes fez um gerenciamento ativo e deliberado de sua aparência como um objeto perante outras pessoas para legitimar sua passagem, e nesse cuidado teve que lidar com muitas contingências conhecidas e desconhecidas. Os riscos eram muito grandes se ela fosse descoberta. Ou seja, o passar-se não era uma escolha para Agnes, ela tinha que fazê-lo. Parte do esforço de Agnes de se colocar como uma mulher natural envolveu um distanciamento dos homossexuais. Em seu gestual e nas suas repostas, Garfinkel encontrou a defesa de que não era possível uma comparação entre o caso de Agnes e dos homossexuais. Essa preocupação com o gestual é algo recorrente na obra de Garfinkel e está relacionada com sua concepção de que há uma linguagem natural (não linguística) que mantém a naturalidade das situações. Em toda essa explicação encontramos em Agnes um exemplo possível das características dramáticas das interações descritas por Goffman. Ela pode ser lida como uma atriz que desempenha um papel perante uma plateia e que

tenta evitar os constrangimentos e as rupturas. Porém, antes de considerarmos as duas teorias como espelhadas, adiantamos que há diferenças que serão discutidas adiante.

Garfinkel elaborou um modelo do jogo para pensar esses esforços no passar-se por esclarecer “várias das ocasiões de passagens de Agnes como uma trama de possibilidades ambientais relevantes e sua estrutura operacional” (GARFINKEL, 2014, p. 109). Durante seu cotidiano, muitas foram as ocasiões do passar-se nas quais ela teve que gerenciar seu status de forma similar ao de um jogo. As principais características do jogo que ela teve que recorrer foram o pré-planejamento e uma confiança instrumental nas regras que ela poderia assumir serem conhecidas pelas várias partes da interação de uma forma mais ou menos similar. Nessas ocasiões, Agnes é apresentada como um indivíduo com uma capacidade muito grande de planejamento, tendo escapado apenas algumas coisas de as suas previsões. Porém há também ocasiões do passar-se que o modelo de jogo não analisa apropriadamente. Nas ocasiões em que Agnes aprendia a ser garota o modelo do jogo não convém porque ela aprendia ao mesmo tempo em que interagia. Os padrões tinham que ser aprendidos em situações que não se podia revelar o aprendizado, ao contrário do que ocorre em um jogo. Em ocasiões estressantes de possível quebra do status, o modelo do jogo também não convém pela falta de confiança no respeito às regras.

Sobre o gerenciamento da reivindicação de ser mulher, Garfinkel faz uma análise comparativa da sua teoria com a de Goffman. Antes é preciso ressaltar que com Agnes estamos lidando com um caso singular, pois há uma diferença significativa entre ela e “pessoas normais”: a alegação de que era mulher, gerava em Agnes um pensamento de como as pessoas receberiam a informação, ao contrário do que ocorre com as pessoas normais. Segundo o próprio Garfinkel, esse gerenciamento tem similitudes com o processo de gerenciar impressões em ordens sociais, estabelecido por Goffman. Porém Agnes não era uma jogadora, não manipulava as impressões de acordo com um papel definido intelectualmente, ela acreditava fielmente no seu status de mulher. Não é, portanto, a partir da ideia de estratégia que podemos entender seu gerenciamento. A grande distinção com a teoria de Goffman, entretanto, é o fato de, no caso de Agnes, ser um fluxo de ação contínuo, não episódico. O que significa que é necessário levar em consideração o tempo (interno e externo) nesse gerenciamento dela. Garfinkel concorda com uma leitura goffmaniana sobre a importância da dissimulação no caso de Agnes para manter as interações sociais e sobre como ela apresenta um grau de gerenciamento de impressões elevado. Porém discorda do grau de generalidade de Goffman ao atribuir isso a todos os membros da sociedade. Outra discordância mais fundamental, é o fato de que para Agnes

esse controle era problemático, ela não desejava estar atenta ao seu gerenciamento em todos os momentos da sua vida, mas necessitava assim fazer, ao contrário dos manipuladores de Goffman. Extrapolando as comparações feitas pelo próprio Garfinkel, podemos afirmar que sua leitura de Goffman está muito centrada nos atores cínicos quando há na obra dele uma parte significativa destinada a entender os atores sinceros. O caráter episódico das interações faz com que as atuações variem, por isso não concordamos com Garfinkel quando ele atribui a generalidade da manipulação entre os indivíduos, ela é geral em todos os indivíduos, porém não é geral na vida de um indivíduo.

Agnes era um indivíduo em constante esforço de adaptação, ela tinha uma noção maior do que os outros indivíduos das estruturas necessárias para manter a normalidade das situações e esse conhecimento empresta às ações de Agnes um sabor manipulativo. Ela desenvolveu uma série de modos de reter informações nos seus relatos: eufemismo, usar generalidades, alusões, falar no modo impessoal, exigir descrições acuradas do que havia dito antes de dar uma resposta, tentar extrair a resposta da própria pergunta. Quando podia, Agnes tentava prever as possibilidades de cursos possíveis do acontecimento e tentava direcionar para a que mais lhe favorecesse. Aqui percebemos a concepção de Garfinkel da ação como prática de atores cognoscentes. É importante para ele saber o conhecimento utilizado em uma dada ação, mais do que a motivação da ação (JOAS; KNOBLE, 2009).

Esse estudo sobre Agnes é baseado em seus relatos e ao analisar como Agnes constrói seus relatos, Garfinkel chega a uma série de conclusões. Essa questão é importante porque para a etnometodologia a capacidade de relatar dos indivíduos é uma característica que permite aos atores sociais se comunicarem e tornarem as práticas sociais compartilháveis, é portanto o fundamento da intersubjetividade. Algumas características identificadas foram: Agnes a todo mundo momento lidava com projeções (cujo marco principal era a operação) e com a comparação com os eventos reais que se sucederam. Ela não se dava a “jogos de palavras” de pensar como o mundo poderia ser de outra maneira, pois mais do que mudar o mundo, o interesse dela era se adaptar ao mundo que existia. Nesse sentido, a normatividade de Agnes estava próxima às formulações de Mead sobre a reconstrução do self como busca do self que melhor se adapte ao contexto. Ela tinha também uma capacidade de apreensão dos eventos (seus ritmos e progressões) que conferia a sua narrativa um caráter bastante realista. E, por fim, sua forma de definir o certo e o errado estava baseada na autoridade daqueles que concordavam com ela.

A grande conclusão de Garfinkel com esse estudo é que Agnes revela muito sobre o funcionamento das situações consideradas normais, ou seja, as que não são

problematizadas. Isso porque ela agia como uma metodóloga prática: “falar seriamente de Agnes como uma metodóloga prática é tratar como realidades seus estudos contínuos das atividades cotidianas como metodologia dos membros para produzir decisões corretas quanto à sexualidade normal em atividades cotidianas” (GARFINKEL, 2014, p. 129). Em sua necessidade de parecer normal, Agnes aprendeu e poderia ensinar às pessoas normais como elas deveriam fazer as suas performances de gênero acontecerem para parecerem normais. Aprendemos com Agnes que as práticas dos membros produzem a sexualidade normal exclusivamente em ocasiões reais. Ela agia de acordo com a ideia de que a sexualidade é fruto de um trabalho inexorável, organizacionalmente localizado que fornece o modo como esses objetos surgem. O que está em consonância com a concepção de ordem, de Garfinkel, como contingencialmente constituída e sustentada pela interação dos indivíduos.

A revelação, alguns anos depois da cirurgia, de que Agnes era um homem que tomava estrogênios roubados da mãe desde os doze anos deixou Garfinkel com um grande problema: ele tinha construído sua perspectiva sociológica num erro entre o que era realidade e mentira. Entretanto, a revelação é vista por Garfinkel, em um breve apêndice escrito após a revelação, como uma confirmação de duas hipóteses etnometodológicas centrais (1) A capacidade de relatabilidade racional das ações práticas de um indivíduo. (2) As situações de interações dos indivíduos exigem uma organização reconhecida e familiar de atividades, porém mascara esses processos de organização e acabam parecendo independentes dos indivíduos. Armitage (2001) defende que Garfinkel foi sábio ao não alterar seu texto porque independente da informação sobre a mentira de Agnes, o esquema textual que ele construiu defende seus argumentos principais. Mas se a revelação reforça algumas premissas básicas da etnometodologia, acaba sobrando uma importante lacuna para a nossa análise que é fato dele ter errado em sua comparação com a teoria de Goffman. O caso de Agnes se aproxima mais ainda da teoria de Goffman quando percebemos o quanto ela pode ser enquadrada na ideia de uma atuação cínica. Ela não necessitava do passar-se por uma crença sincera em seu status de mulher natural, mas precisava assim fazer porque tinha noção da atuação que desempenhava para manter seu papel.

Considerações finais

Na concepção mais comum de mudança, há implícita a ideia de um antes e um depois. Em Mead isso está bem claro, pois o self, quando se defronta com uma situação problemática que o impede de seguir o seu curso natural, vive um complicado processo de deixar criativamente de ser aquele que era e se transformar em um novo que surge após a resolução do processo. Em Goffman, as mudanças de papéis têm um caráter mais reversível de acordo com a situação em que os atores estão atuando. Porém, o autor também leva em consideração as situações mais críticas em que um self tem que abandonar a sua atuação e se transformar. Nesses casos a sua teoria se aproxima das formulações de Mead, pois o indivíduo e as situações têm que ser redefinidas até encontrarem definições que os tornem possíveis novamente – sendo esse processo mais flexível em Goffman. Já em Garfinkel, o antes e o depois se mesclam em um tempo presente em que o indivíduo tem que estar sempre atento. Para ele, o processo tem um caráter mais contínuo de passagem e, mais importante do que definir um antes e depois, é necessário realizar uma distinção mais precisa entre o interno e o externo. O esforço de se passar como mulher natural para Agnes está em constante luta com os riscos externos de descobrimento desse esforço.

Sobre como acontece o processo de transformação, os três autores fornecem explicações bastante interessantes. Mead identifica que após a crise, surgem diferentes tendências que se confrontarão com as necessidades da nova situação social na qual o indivíduo se encontra. A reconstrução virá da adequação do self com a situação em que se encontra. Já Goffman argumenta que após a ruptura, há uma reconstrução a partir de estoques de representação já conhecidos pelos atores. Mais do que uma criação de um self realmente novo, o ator vai escolher aquele que melhor se adéqua ao papel que deve representar. Por fim, Garfinkel argumenta que esse é um processo de esforço constante para evitar os riscos que surgem de um gerenciamento de impressões mal realizado. Esse esforço envolve uma observação de como aqueles que têm o status reivindicado agem para incorporar essas maneiras de agir.

Por fim, gostaria de destacar que em Mead o mais importante não é entender a causa da ruptura, mas como os indivíduos agem para reestabelecer a possibilidade da dimensão coletiva. Goffman dá um peso maior para as causas da ruptura chegando a identificar algumas que são intencionais e outras não, explicando menos detalhadamente o processo de mudança em si. Já Garfinkel está entre os dois autores mesclando as causas do passar-se com o processo contingencial de manutenção dessa transformação.

Referências

- ARMITAGE, Leia Kaitlyn (2001). Truth, Falsity, and Schemas of Presentation: A Textual Analysis of Harold Garfinkel's Story of Agnes. *Electronic Journal of Human Sexuality*, Volume 4, April 29.
- GARFINKEL, Harold (2014). Passagem e gerenciamento do status sexual em uma pessoa "intersexuada". *Teoria e cultura*, Volume 9, jan/jul, p. 94-135.
- GOFFMAN, Erving (1975). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2011). *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- JOAS (1993). *Pragmatism and Social Theory*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- JOAS, H.; KNOBLE, W. (2009). *Social Theory: Twenty Introductory Lectures*. Cambridge: Polity Press.
- MEAD, George Herbert (2011). *G.H. Mead: a reader*. Felipe Carreira da Silva (ed.). Londres e Nova York: Routledge.
- _____. (1972). *Mind, Self and Society*. Chicago: University of Chicago Press.
- RAWLS, Anne (1987). The Interaction Order Sui Generis: Goffman's contribution to social theory. *Sociological Theory*, vol 5, p. 136-149.
- SILVA, Filipe Carreira (2007) G. H. Mead: a system in a state of flux. *History of the Human Sciences*, vol. 20 n. 1, Londres e Nova Déli, p. 45-65.
- SMITH, Greg (2006) *Erving Goffman*. Abingdon e Nova York: Routledge.
- WILEY, Norbert (1994) *The Semiotic Self*. Cambridge e Oxford: The Polity Press.

Recebido em 30/08/2018

Aprovado em 03/12/2018

A Mulher encarcerada: estigma e justiça

Dora Nogueira Porto¹

Ida Raichtaler do Valle²

Resumo: Os conflitos sociais gerados na questão da desigualdade da sociedade brasileira vão aparecer de forma ampliada se o foco for a mulher encarcerada. *O Estado para traçar qualquer política pública adequada precisa de dados fidedignos desta área.*

Bauman chama atenção para o crescimento do “mundo dos excluídos”. Isto é mais grave quando se trata do problema do gênero. A igualdade de sexo envolve modificações muito lentas e que dependem de transformações profundas que implicam em modificações que atingem elementos culturais. Muitas das mulheres estão relacionadas ao tráfico de drogas de forma indireta – presas ao tentar levar para seus companheiros encarcerados a droga ou vinculadas a pequenos roubos relacionados a sobrevivência familiar. O estigma desta mulher que veio a ser presa é violento pois uma vez no presídio elas são abandonadas e esquecidas pelos seus respectivos familiares. Aquelas que são presas e estão grávidas e porventura venham dar luz enquanto cumprem sua pena correm o risco de não voltar a ver os seus bebês.

Engels nos diz que a desigualdade de sexo foi o primeiro antagonismo de classe presente na relação homem-mulher.

A sociedade atual está fundada sobre a injustiça distributiva e carregada de estigmas entre os quais se encontra o da mulher.

A violência urbana referida ao gênero atinge as mulheres brasileiras em geral é desproporcional às mais pobres que acaba envolvidas com questões de drogas e do crime além da violência doméstica e da violência das ruas.

Palavres Chaves: Mulher encarcerada; Desigualdade; Conflitos Sociais; Violência; Direitos Humanos.

¹ Professora Doutora nas áreas de Sociologia Geral e Jurídica da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Professora Assistente Mestre nas áreas de Sociologia Geral e Jurídica da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Summary: The social conflicts generated in the issue of the inequality of the Brazilian society will appear in an amplified form if the focus is the incarcerated woman. The State to draw up any appropriate public policy needs reliable data from this area.

Bauman calls attention to the growth of the “world of the excluded”. This is more serious when it comes to the gender problem. Gender equality involves very slow modifications and depends on deep transformations that imply changes affecting cultural elements. Many of the women are related to drug trafficking indirectly - caught in trying to take their drugged inmate or tied to petty theft related to family survival. The stigma of this woman who came to be arrested is violent because once in prison they are abandoned and forgotten by their respective relatives. Those who are arrested and are pregnant and may come to light while they are serving their feathers run the risk of not seeing their babies again.

Engels tells us that gender inequality was the first class antagonism present in the male-female relationship.

The present society is founded on the distributive injustice and loaded of stigmas among which is the one of the woman.

Urban violence related to gender affects Brazilian women in general is disproportionate to the poorest who end up involved with drug and crime issues besides domestic violence and street violence.

Keywords: Imprisoned woman; Inequality; Social Conflicts; Violence; Human Rights.

Introdução

A democracia e o judiciário estão diretamente relacionados com o tipo de sociedade a que se referem, isto é, cultura, história, tradições, crenças etc. Segundo Dráuzio Varella³, “a sociedade brasileira que vive assustada com a violência urbana é omissa e conivente com aquela praticada pelo Estado, desde que a classe média e os mais ricos sejam poupados”. Os conflitos sociais que vão sendo gerados dentro da questão da desigualdade social aparecem de uma forma ampliada no que diz respeito a mulher encarcerada. Além da violência na rua a mulher sofre com a violência doméstica. A questão prisional brasileira se transformou em um verdadeiro caldeirão pronto para explodir em qualquer momento, como ocorreu recentemente. Os motins e a barbárie dos mesmos têm crescido de uma forma assustadora e fizeram com que a presidente do STF – ministra Carmen Lúcia - solicitasse (de acordo com publicação de O Estado de São Paulo, do dia 27 de fevereiro de 2018, na A3) ao CNJ dados do nosso sistema prisional. O resultado foi de que o número de presos no país é de 654.372 e destes 221.054, ou seja, um terço, aguardam julgamento “que pode ou não resultar em sentença penal condenatória”. Em São Paulo atinge 15% enquanto que em Sergipe chega a 82% da sua população carcerária sem julgamento. Os dados aí obtidos servirão de base para um censo que o IBGE pretende realizar com ajuda de entidades atuantes no meio carcerário.

Este estudo é importante para que se possa equacionar uma política por parte do Estado para atuar preventivamente nesta área.

Nossas sociedades ocidentais têm, de maneira ampla, no judiciário e na democracia os princípios ideais, ou idealizados de um mundo justo e igual. Esse mundo justo e igualitário é altamente questionável uma vez que o acesso à justiça via judiciário é restrito por questões de ordem econômica e social. O mesmo se pode pensar em relação à democracia e o que representa ante a nossa vista para além do voto. Conforme esclarece a Silvia Pimentel⁴ no seu posfácio da obra Ensaio Sobre Filosofia do Direito, “democracia não se restringe à vontade da maioria”; isto é “apenas parte do processo democrático”. Ela implica em Direitos fundamentais que incluem “a dignidade humana”. Isso significa que além da lei escrita a questão do acesso de toda população deve ser levada em conta. Não basta que os direitos sociais estejam escritos na Constituição é preciso viabilizar

³ Varella, Drauzio – Carcereiros 1ª edição São Paulo Companhia das letras 2012, p. 145;

⁴ Silva Pimentel, S, “Posfácio” Pozzoli e Alvim, Marcia – Ensaio sobre Filosofia do Direito – EDUC, FAPESP – 2011- (São Paulo)– pág. Do início do cap. 301 pg da citação 309

sua aplicação. Em toda sua obra o Professor doutor André Franco Montoro ⁵ enfatiza que a melhor forma de desenvolvimento se dá através de possibilitar a população a participação da construção da sua própria existência com aqueles valores, concepções, conhecimentos, que lhe são próprios. Será que existe hoje a participação igualitária para todos? E as normas existentes são eficazes ou pouco servem aos objetivos que foram criadas? As respostas negativas a essas perguntas são evidentes.

A violência é um fenômeno que vem aumentando em todo o mundo nos últimos anos, gerando medo, desconfiança e isolamento: violência contra crianças, idosos e favelados, discriminação contra povos, abusos contra a mulher etc. Assim, por exemplo, conforme a cultura, democracia é um conceito ocidental, ou seja, como parte do mundo, como o mundo árabe, que desconhece essa proposição afirmando-se através das tradições, crenças religiosas, relações tribais, como vemos constantemente na mídia.

A questão normativa e a participação igualitária, por exemplo, ficam a dever quando se olha para os presídios femininos no Brasil. Criados nas décadas de 1930 e 1940, a instituição responsável pelos mesmos foram as Irmãs do Bom Pastor d'Angers que administravam estas prisões. Quais os princípios da criação dos mesmos? A política vigente era de que os *valores próprios femininos* tinham sido perdidos pelas presidiárias e portanto, necessitavam ser resgatados acrescidos dos elementos morais e religiosos. Assim se buscava a *recuperação das infratoras* para que elas pudessem voltar para a sociedade. Ou seja, o objetivo era a recuperação, no sentido de enquadramento dos padrões da época, o que aos poucos foi se perdendo⁶.

Segundo Varella⁷, no supracitado livro sobre os carcereiros, chama nossa atenção para o trabalho dos mesmos, daqueles que convivem com a violência e que são por ela incitados. “O vírus da violência contamina o ambiente prisional”; “a cadeia é um lugar povoado de maldade”. O mesmo se pode dizer no caso das prisões femininas em que as carcereiras também se veem contaminadas por este ambiente e como em uma questão de sobrevivência acabam sendo “forjadas” por uma dureza que não faz parte de sua essência.

A ratificação de tratados Internacionais de Direitos Humanos torna cada vez mais difícil garantir uma vez que existem regras internas e políticas autoritárias vigentes em alguns países que propiciam o não cumprimento dos tratados propostos, levando a violação desses direitos.

⁵ Montoro A.F. “Significação da Filosofia no Contexto Brasileiro” Pozzoli, L e Alvim, Marcia – Ensaios sobre Filosofia do direito-(São Paulo)- EDUC, FAPESP- 2011 pag.inicial do c..121

⁶ Presídios femininos – Tese de Bruna Angotti apresentada em 2007 na PUC/SP

⁷ Varella, Drauzio – Carcereiros 1ª edição São Paulo Companhia das letras - 2012, pág 147;

Os conflitos sociais gerados pela injustiça, desigualdade e exclusão apresentam no que se refere à mulher uma forma bastante grave, entre outras coisas, pelos problemas gerados pela discriminação às minorias.

Segundo Bauman⁸, é evidente a diferença entre os que estão no topo da sociedade e os que constituem a base. “O mundo dos excluídos cresce, diante de nossos olhos, diariamente; pessoas que não são capazes de permanecer na sociedade ativa flutuam às suas margens ou têm o sentimento de terem sido expulsas”. Assim, fica perturbado o equilíbrio da sociedade e a exclusão, ou seja, ficam à margem do processo democrático.

Os próprios atores quanto a seus relacionamentos familiares, afetivos e de sociabilidade de um modo geral são, muitas vezes, objeto de violência doméstica física e verbal. À medida que a violência persiste essas mulheres ficam privadas de autoestima e acabam aceitando os maus tratos e renunciando aos seus direitos relativos à dignidade humana.

A intencionalidade de cada ação e de seus objetivos varia conforme o contexto social e econômico vivido. No caso das mulheres encarceradas, à perda da identidade sobrepõe-se o estigma; a identificação não é mais pela pessoa e sim por um número, o uniforme substitui a roupa pessoal na busca de uma negação do que se era para ter imputado alguns atributos considerados desejáveis. Essas pessoas podem aceitar ou não essa “estigmatização” e manter ocultas ou não as suas identificações.

Nesta esfera de gênero vamos citar a Dra Silvia Pimentel⁹ quando afirma que “existe avanços consideráveis nesta área, mas ainda grandes obstáculos impedem a igualdade dos sexos e que qualquer modificação nesse sentido é muito lenta, pois envolve modificações de padrões culturais” que se acham enraizados no processo de socialização da nossa sociedade marcada por papéis sociais baseados em um modelo de família patriarcal e machista e, portanto profundamente desiguais entre o homem e a mulher. Então “o desequilíbrio do poder no que diz respeito a questão de gênero é o responsável pela opressão da maioria das mulheres. Será possível superar este desequilíbrio? A busca por esses direitos e respeito pela dignidade humana começa por uma remoção das causas das desigualdades de gênero. Isto seria a premissa para que as mulheres tenham seus direitos respeitados.

Foi verificado que entre a população carcerária nacional reclusa um significativo número de mulheres estrangeiras. Trata-se de um braço da rede de narcotráfico

⁸ Bauman, Z. – Babel, Editora Zahae, RJ/16 – pág. 47

⁹ Pimentel, S C S, “Posfácio” Pozzoli L e Alvim, Marcia – Ensaio sobre Filosofia do Direito – EDUC, FAPESP – 2011- (São Paulo) – página do início do cap. 301 página da citação 310

internacional. Essa seleção recaiu em pessoas do sexo feminino que entram nesse processo por falta absoluta de outra opção de sobrevivência. São detidas no aeroporto internacional de Guarulhos e conhecidas como “mulas” por serem simplesmente transportadores de drogas. Acrescente-se a este grupo o contingente de brasileiras que de acordo com o levantamento de Misciassi atingem 70 % das encarceradas também ligadas a questão do tráfico de drogas.

A entrada no mundo do crime para as mulheres, muitas vezes se dá na própria sala de revista, onde muitas delas, apaixonadas ou chantageadas, são pegas em flagrante levando drogas e celulares. Segundo Varela¹⁰, na delegacia essas mulheres são autuadas e encarceradas e passam a cumprir as penas que podem chegar a quatro ou cinco anos, ou mais se o contato for com um líder importante. Assim, “as novatas entrarão em contato com as criminosas de carreira e aprenderão a obedecer às leis impostas pelas quadrilhas que controlam os presídios paulistas; as mais experientes farão pós-graduação em criminalidade”. Ao visitar seus companheiros essas mulheres, por solicitação deles mesmos, acabam levando drogas e ao terem seus corpos vasculhados nas “revistas” ocorre o flagrante e elas passam imediatamente a se transformar em presidiárias. A partir daí ficam esquecidas dentro dos presídios femininos, de acordo com Varela, no cumprimento das penas e por abandono, pois as mulheres recebem um número muito menor de visitas que seus companheiros do sexo masculino e da própria família “que se envergonha de ter uma mulher (mãe, neta, filha ou outro familiar) em um presídio”.¹¹ O estigma de mulher pesa sobre elas por parte dos valores femininos e machistas da sociedade.

As mulheres encarceradas muitas vezes estão relacionadas a pequenos crimes, ou melhor, “tentativa de roubo” ao qual muitas vezes a própria defensoria pública ao atuar na defesa da ré propõe que seja convertida em penas alternativas já que o crime segundo depoimento das próprias presidiárias estão relacionados às situações de furtos de baixo valor para atender às necessidades de sobrevivências familiares. Mas nem sempre isto é levado em consideração tanto que entre as prisioneiras encontram-se inúmeras delas relacionadas a estes “pequenos crimes”, ou seja, aguardando julgamento.

¹⁰ Varela, Drauzio – Carcereiros - Companhia das letras – São Paulo – 2012 – pág.149

¹¹ Varela, Drauzio – Prisioneiras - Companhia das letras – São Paulo – 2017 – pág.38

Estigma e descrédito

Estigma, para Goffman¹², refere-se a algum atributo que torna a pessoa diferente das outras, “deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída”.

Essa característica surge com o descrédito muito grande. No caso da mulher encarcerada, além do fato de ser mulher, carrega agora o rótulo ou estereótipo de bandida tornando-a ainda mais discriminada. Assim como Goffman usaremos o termo estigma como um atributo depreciativo sofrido pelas mulheres encarceradas.

Muitas vezes nos deparamos com o exemplo de um furto cometido por uma mulher trabalhadora, mas desempregada no momento e que afirma ter cometido o delito para garantir a subsistência dos filhos menores. Esse caso tipifica o duplo conflito da exploração no trabalho e da opressão de gênero.

No referente aos conflitos sociais gerados pela injustiça, desigualdade e exclusão destacam-se pelo maior cerceamento da justiça as mulheres estrangeiras por não terem acesso aos direitos de progressão do regime e livramento condicional.

Muitas das encarceradas nacionais são fruto do desemprego e do baixo nível de renda. Alguns dos pequenos delitos conhecidos como *bagatela* – furtos de pequena monta - levam muitas mulheres ao cárcere e ao conseqüente envolvimento com a marginalidade. No jornal *Folha de São Paulo*¹³ a defensoria pública ao atuar na defesa de uma ré declara “para esse crime – tentativa de furto – a justiça tem concedido penas alternativas. Não há necessidade de prisão”. Contudo, a mesma foi decretada em função do delito de apropriação de algumas roupas e sapatos para suprir as necessidades de seis dos dez filhos.

Dentro do estigma que carrega a mulher podemos estabelecer a diferença entre os detentos e as mulheres prisioneiras apontada por Dráuzio Varela: “de todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas”. Elas cumprem suas “penas esquecidas pelos amigos, namorados e mesmo pelos filhos”. Dias de visita nos presídios masculinos são um grande acontecimento. Por mais distantes que sejam os familiares se organizam e fazem filas enormes e até dormem acampados para entrar em primeiro lugar. Já nas penitenciárias femininas o número de visitas é muito inferior e não chega a transformar em um evento para a grande maioria das internas, pois não recebem visitas.

¹² Goffman, E. – Estigma, Editora Zahar, Rio de Janeiro - 1975 (pág.12)

¹³ Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 09/08/2010

Temos que questionar o porquê deste descrédito que leva a mulher a um tratamento diferenciado. Para exemplificar essa diferença Varela nos aponta um exemplo de uma mãe que visita todo final de semana o filho (usuário e traficante detido a 280 km da capital) e nunca foi visitar a filha que foi presa por causa do irmão (droga encontrada pela polícia em casa) que está na penitenciária feminina da capital onde essa mesma mãe reside.¹⁴

Na TV Justiça uma reportagem sobre mulheres na prisão em 2012 nos relata que das 600 detentas no Distrito Federal, 90% estavam ligadas ao tráfico de drogas; são as “mulas” ou pequenas traficantes levadas ao crime pelos companheiros, não sendo a grande gestora do tráfico. Claro que existem as exceções como a chamada “Maria do pó a quem era atribuído o controle do tráfico em vinte favelas de São Paulo”.¹⁵ Ela ficou famosa por haver resgatado uma quantidade grande de drogas (cocaína) que se encontravam sob a guarda da Polícia Civil no Instituto Médico legal de Campinas. Procurada em todo estado ela é capturada em plena Rodovia dos Bandeirantes em uma ação cinematográfica com troca de tiros. Pouco depois ela será a protagonista de uma das raras fugas do presídio feminino de acordo com o testemunho de Varela.

Observamos que a maioria está nos presídios por falta de condições financeiras, sendo que mais de 60% das presas do sexo feminino são negras ou pardas, embora gradativamente o número de brancas venha crescendo. Na verdade, o tráfico acaba por se constituir na última alternativa de trabalho antes da prisão.

As presas grávidas têm uma ala restrita na Penitenciária Feminina de Tremembé onde executam trabalhos, frequentam escola e têm aulas de artesanato podendo inclusive vender os produtos por elas confeccionados. São desligadas destas atividades quando entregam seus bebês após seis meses para a família ou para adoção.

Com relação ao chamado Programa de Visitas Íntimas que as prisioneiras só tiveram acesso em 2002 (vinte anos depois de implantação nos presídios masculinos) apenas 10% das mesmas estão inscritas e usufruem o referido programa.

Por outro lado muitas das encarceradas chegam ao presídio grávidas ou engravidam em uma visita íntima. Isto em princípio significa receber um tratamento especial com o pré-natal, mas após dar à luz e decorridos os seis meses (antes eram só dois) estabelecidos para que cuidem do bebê em um pavilhão especial chega a parte do “martírio” segundo Varela, pois trata da separação entre a mãe e a criança. Nesta fase a falta de convívio será

¹⁴ Varela, Drauzio – Prisioneiras- Companhia das letras – São Paulo – 2012 – pág.106

¹⁵ Varela, Drauzio – Prisioneiras- Companhia das letras – São Paulo – 2017 – pág.101

sentido tanto pela criança, quanto pela mãe. Quando os familiares não temem condições de receber a criança ela fica na responsabilidade do Conselho Tutelar em instituições públicas e possivelmente são encaminhadas para adoção. A possibilidade dessa mãe não voltar a ver esta criança é muito grande. A solidão e as saudades do bebê levam a um alto grau de depressão “só não me suicido porque tenho esperança de recuperar meu bebê, quando sair”¹⁶, diz uma prisioneira ao médico na consulta, pouco depois de ser separada de sua filha decorridos os seis meses do seu nascimento.

Outro tema que aborda a desigualdade da mulher dentro dos presídios é a análise das agentes penitenciárias. Quem são elas? Pertencem a outra classe social? São jovens uniformizadas que controlam os fluxos internos, elas carregam as chaves de um palmo de comprimento e abrem e trancam os portões muitas vezes ao dia. São admitidas por concurso público e pertencem a famílias de classe média baixa que optam por esse trabalho por absoluta falta de outra oportunidade. Algumas depois de algum tempo acabam pedindo demissão pela distância da família, tendo de deixar filhos, maridos ou namorados no interior. A escala de serviço é de doze em doze horas portanto não podem morar em locais distantes e convivem com um ambiente de violência constante já que são responsáveis pela contagem e por vigiar as presas. As rebeliões entre prisioneiras mulheres é menos comum, mas não é menos violenta e as primeiras reféns são as próprias carcereiras.

“Tomaram quatro guardas como reféns e começou o quebra – quebra enquanto elas eram agredidas com pedaços de pau, já machucadas foram amarradas a um botijão de gás que ameaçavam explodir no pátio¹⁷“. A rebelião só foi controlada quando depois de um dia de “loucura”, sem comida e sem luz as chefes da rebelião decidiram negociar”.

Mulher e desigualdade

Engels sustenta em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado¹⁸” que a desigualdade dos sexos foi um dos primeiros antagonismos da espécie humana. Afirma também que esse primeiro antagonismo de classe “coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico e a primeira opressão de classe: a do sexo feminino por parte do masculino”.

¹⁶ Varella, Drauzio – Prisioneiras- Companhia das letras – São Paulo – 2017 – p. 43

¹⁷ Varella, Drauzio – Prisioneiras- Companhia das letras – São Paulo – 2012 – pág45 e 47

¹⁸ Engels, F. – A origem da família, da propriedade e do Estado, Editora Fundamentos, Madri – 1970 - pág.83

A opressão da mulher na sociedade capitalista industrial, como a que se desenvolve em São Paulo, decorre em última análise da contradição entre o desempenho da função reprodutiva tradicional e a aspiração de se realizar plenamente como ser humano.

No sistema capitalista de produção onde é necessário restringir o número de trabalhadores, o sexo torna-se o primeiro filtro no processo de competição com o objetivo de restringir o número de pessoas que podem legitimamente participar. A designação *mulher* justifica a marginalização de um grande número de pessoas do sexo feminino com base no papel que desempenha no processo de reprodução. Em suma, as mulheres desempenham um papel secundário nas relações de poder da época em que vivem, mas um papel principal e insubstituível na reprodução e sobrevivência da família. A mulher pertence a essa categoria de subempregado comum a outros membros da sociedade, mas com uma peculiaridade: a discriminação sexual.

Nos países periféricos a mulher além de desempenhar seu papel de dona de casa, faz outros trabalhos para completar a renda familiar. Isso em muitos casos e principalmente nos setores mais pobres faz com que a jornada de trabalho total da mulher, hoje em dia, se aproxime à dos operários ingleses do início da industrialização.

Na grande maioria dos países não desenvolvidos observamos que as mulheres além de serem donas de casa, muitas vezes desempenham o papel de arrimo do grupo assumindo responsabilidades de garantir e obter renda familiar para viabilizar a subsistência do núcleo como todo. Essas atividades são desenvolvidas muitas vezes através de subempregos como, por exemplo, vendedor ambulante, ou trabalhos informais sem vínculo empregatícios tais como costureira, diarista, faxineira, entre outros.

Para garantir a sobrevivência da unidade doméstica, as mulheres têm sido capazes de suportar situações muito críticas classificadas por elas mesmas de sofrimento. Assim mesmo aceitam essas situações com resignação e como “normais”, não manifestando discordância com a dupla jornada e a exploração indireta que sofrem. Essa atitude de submissão não se manifesta nas lutas reivindicatórias locais por benefícios de infraestrutura. A ideologia dominante e os princípios educacionais transmitidos por séculos pela cultura excluem uma consciência dessa submissão.

De acordo com Edgar Morin¹⁹, vivemos na era planetária, o que significa buscar a justiça por meio do equilíbrio com o mundo em todos os aspectos. Esse equilíbrio só será alcançado com o cumprimento dos direitos dos cidadãos e o respeito à dignidade

¹⁹ Morin, E. – Os sete saberes necessários à educação para o futuro. Editora Cortez, SP 1999.

humana, o que implicaria em ter um olhar tanto sobre a mulher encarcerada quanto sobre as mulheres que trabalham nos presídios como carcereiras por também não terem o reconhecimento dos seus direitos humanos.

O sistema jurídico mundial dá uma crescente atenção aos direitos humanos que no sentido moderno surge como a decadência do antigo direito natural europeu e em estrita conexão com as “construções sócios naturais”.²⁰

Justiça, leis e punição

A justiça segundo Ost²¹ remete à igualdade e à legalidade, ou seja, a parte devida do outro e as partilhas fixadas por lei, numa referência à relação de honra e vergonha, que temos em relação ao outro. O *respeito* compreende “a estima de si, respeito pelo outro, respeito humano e respeito à lei”.

Citando A. France (Le Lys Rouge, Gallimard, Paris, pág. 480/XXII) Ost nos reporta que enquanto a sociedade estiver fundada sobre a injustiça distributiva profundamente desigual e carregadas de estigmas às minorias, as leis terão por função sustentar este quadro geral de injustiça. Na visão deste contexto as leis serão reconhecidas e mais respeitadas na medida em que contribuirão para a manutenção do status quo.

Dworkin²² nos apresenta o seguinte dilema sobre as leis más, que mesmo sendo más, as leis continuam. Segundo esse autor “responsabilidade moral jamais se consuma; reinterpretamos constantemente nossos conceitos à medida que os utilizamos”.

Assim, considerando que são válidas essas leis, o juiz defronta-se com o dilema de decidir usar o que diz na íntegra a lei escrita ou fazer uso da sua interpretação para adequá-la à realidade e à situação social dos réus.

Dizer que no nosso país hoje a mulher tem os mesmos direitos de acordo com a lei não corresponde à realidade. Isso é o que consta na lei escrita, mas considerando a realidade desigual e os estigmas de cada grupo social, é necessário se buscar outros caminhos para superar a problemática da desigualdade.

Uma experiência ou um novo caminho é apontado pela chamada “Justiça restaurativa”²³ que é definida como “processo focado em reparar os danos provocados

²⁰ Bauman, Z. – Babel, Editora Zahae, Rio de Janeiro - 2016 – pág. 47

²¹ Ost, F. – Contar a Lei – Editora Unisinos da Universidade Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul - 2007 – pág. 64;

²² Dworkin, R. – A raposa e o porco espinho, Editora Martins Fontes, São Paulo 2014 – pág. 180;

²³ Giddens, A e Sutton, P W. – Conceitos essenciais da Sociologia. Editora Unesp, São Paulo - 2014 – pág. 290 a 291

às vítimas de crimes e desvios e requer a participação de todos os envolvidos”. Trata-se de uma experiência em que se atua fora do sistema judicial punitivo (evitando o sistema carcerário superlotado e ineficaz). Foi testado na Nova Zelândia e na Austrália e os juízes utilizam uma espécie de mediação entre as partes (vítima e réu). Não se exclui aí a probabilidade de punição em caso de crimes graves e ou muitos violentos.

Sendo este tipo de justiça algo relativamente recente estando ainda sujeito a avaliações sistemáticas e não conclusivas teríamos que utilizá-lo com reservas. Acrescenta-se a isto a realidade de países desenvolvidos e o alto grau de distribuição de renda e educação.

O direito não se estabiliza, isto é, não para no tempo, segundo Luhmann,²⁴ no sentido de que o que é válido uma vez seja válido sempre, não se mantendo imutável. Há mudança e tem que ter prevista uma compensação. Assim, a validade jurídica não é algo estático, relativamente invariável, mas algo dinâmico.

No filme *Sem Pena*, de François C.K.Ravachol (2015), temos o depoimento de um ex-soldado da PM que, desiludido com a justiça, comenta que o roubo de um shampoo e de um banco estão no mesmo patamar. Além do que o comportamento do soldado muda conforme “o cara”, se está de havaiana, fusca ou num *audi*.

A lei no entender de vários entrevistados é muito bem “bolada” no papel, mas não é cumprida e o sistema carcerário é desumano e como diz um deles: “um animal morre na prisão, só o ser humano suporta”, “é uma escola do crime”.

O crime é social e não individual uma vez que a maioria se dá na relação extrínseca com a sociedade e não tanto na esfera da sexualidade, da tara. Fazendo uma comparação com nosso cotidiano, um depoente diz que colar prejudica a sociedade toda porque você vai formar pessoas incompetentes enquanto que roubar prejudica só uma pessoa.

Segundo um entrevistado no filme, houve uma situação em que algumas pessoas ficaram nove horas presas no camburão e lá tiveram que fazer suas necessidades; então, segundo o mesmo, se o Estado não respeita o direito das pessoas, a facção – PCC – defende, contratando advogados e tirando os presos da prisão, mas depois “na rua” vão cobrar presado.

Somos a terceira população carcerária do mundo, só atrás da China e dos Estados Unidos. Esta população é composta de jovens pobres, geralmente negros e traficantes, embora sem vínculos com grupos maiores do tráfico.

²⁴ Luhmann, N. – O direito na sociedade, Editora Martins Fontes, São Paulo - 2016

Considerações finais

Quando buscamos entender nosso tempo e os ideais que nortearam nossos juízos, vemos uma crescente desigualdade, exclusão e injustiça populacional.

Como pondera De Masi²⁵ os recursos planetários crescem, mas não se sabe distribuí-los; assim também economistas como J.Stiglitz, Piketty e outros demonstram através de modelos matemáticos essas diferenças.

Do início de nosso artigo nos perguntamos o que propor como políticas públicas ao Estado democrático de modo a equacionar ou minimizar tais desigualdades. O maior problema em termos políticos é o desaparecimento de líderes renomados e o declínio das ideologias. Hoje não contamos mais com um apoio e uma direção a seguir; a sociedade atual não tem mais direcionamento e nem modelo ideal a seguir.

No entender de De Masi²⁶ vivemos numa sociedade desorientada devido aos “saltos de época”; tais saltos provêm de mudanças simultâneas no trabalho, na riqueza, no poder e no saber e atingem gerações inteiras. Essa profunda desorientação na sociedade pós-industrial gera um “sentimento suspenso entre surpresa e pânico”²⁷.

Talvez essa desorientação ajude a explicar a depressão em países, como o nosso, onde convivem o demasiado novo e o demasiado velho e que acabam por se traduzir em medos variados que vão das guerras e epidemias à solidão, medo da morte e do além.

Essa sensação geral de desorientação é a soma de múltiplas desorientações setoriais, como no caso do judiciário e do encarceramento feminino, determinados por causas próprias.

Voltando os olhos para nossa realidade de violência urbana para o foco desta reflexão, temos que “a violência de gênero é um flagelo que de uma forma ou outra atinge todas as mulheres brasileiras, mas o ônus se concentra de maneira desproporcional entre as mais pobres e negras, como constata as estatísticas”²⁸. A precária escolaridade, as deficiências de moradia e de relações familiares acabam por contribuir para a gravidez na adolescência, e o envolvimento de jovens no crime e na dependência de drogas e suas consequências naturais – violência doméstica e das ruas; estupros etc.

²⁵ De Masi, Domenico – Alfabeto da sociedade desorientada, Editora Objetiva, São Paulo, 2017

²⁶ De Masi, Domenico – Alfabeto da sociedade desorientada, Editora Objetiva, São Paulo, 2017 - pág.93

²⁷ De Masi, Domenico – Alfabeto da sociedade desorientada, Editora Objetiva, São Paulo, 2017 - pág.94

²⁸ Varella, Dráuzio - Prisioneiras- Companhia das letras – São Paulo – 2017 - pág. 268

Esse contexto se deve também à desorientação social, política e ideológica acima referida. Do ponto de vista econômico, o crime organizado é um capitalismo com controle centralizado em que o topo da hierarquia é cem por cento masculino. Assim as mulheres ficam submissas a esse comando dos homens que é feito de forma muito pesada.

Não poderíamos terminar este artigo sem fazer referência a profunda desigualdade com que é aplicada a lei no Brasil. O exemplo é apontado pelo Dr. Dráuzio ²⁹ quando ele houve a revolta de uma presidiária que afirma; “eu fui presa na portaria de uma cadeia quando levava cinquenta e cinco gramas de cocaína pedida por meu marido e estou até hoje presa”.³⁰ Ela faz referências a um homem jovem que foi preso com cento e cinquenta quilos de droga e cuja mãe (desembargadora) conseguiu que o mesmo fosse solto para receber um tratamento de um “transtorno” psiquiátrico e difícil diagnóstico em uma clínica particular. As diferenças de tratamento em um caso e outro é marcante: temos aí a de classe social e a de sexo.

Bibliografia

Bauman, Z. – Babel – Rio de Janeiro - Editora Zaha -2016– pág. 47

De Masi, Domenico – Alfabeto da sociedade desorientada - São Paulo - Editora Objetiva -2017 - pág.93

De Masi Domenico – Alfabeto da sociedade desorientada - São Paulo - Editora Objetiva - 2017 – pág.94

Dworkin, R. – A raposa e o porco espinho – São Paulo - Editora Martins Fontes – SP - 2014 – pág. 180;

Engels, F. – A origem da família, da propriedade e do Estado, Editora Fundamentos, Madri - 1970 pág.83

Benites, Afonso – Juíza manda prender desempregada, mãe de 10 filhos, por calote de fiança – São Paulo – 2010 - Artigo da Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano – pag C3 publicado em 09/08/2010

Giddens, A e Sutton, P W. – Conceitos essenciais da Sociologia – São Paulo - Editora Unesp, SP – 2015 - pág. 290 a 291

²⁹ Varela, Dráuzio – Prisioneiras- Companhia das letras – São Paulo – 2017 – pág. 43

³⁰ Varela, Dráuzio – Desigualdade Judiciária – São Paulo – 2017 - Artigo publicado na Folha de São Paulo em 05/08/2017.

- Goffman, E. – Estigma – Rio de Janeiro - Editora Zahar, 1975/(pág.12)
- Luhmann, N. – O direito na sociedade – São Paulo - Editora Martins Fontes, 2016
- Montoro A.F. “Significação da Filosofia no Contexto Brasileiro” Pozzoli, L e Alvim, Marcia – Ensaio sobre Filosofia do direito-(São Paulo)- EDUC, FAPESP- 2011 pag.inicial do c..121
- Morin, E. – Os sete saberes necessários à educação para o futuro – São Paulo - Editora Cortez, 1999
- Ost, F. – Contar a Lei – Rio Grande do Sul - Editora Unsinos, da Universidade Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul -2007 – pág .64;
- Pimentel, S C S, “Posfácio” Pozzoli L e Alvim, Marcia –Ensaio sobre Filosofia do Direito – EDUC, FAPESP – 2011- (São Paulo)– pág. Do início do cap. 301 pg da citação 310
- Pimentel, S C S, “Posfácio” Pozzoli L e Alvim, Marcia –Ensaio sobre Filosofia do Direito – EDUC, FAPESP – 2011- (São Paulo)– pág. Do início do cap. 301 pg da citação 310
- Varella, Drauzio – Carcereiros – São Paulo - Companhia das letras – 2012 - pág.149
- Varella, Drauzio – Prisioneiras – São Paulo - Companhia das letras – 2017 – pág..38
- Varella, Drauzio – Prisioneiras – São Paulo - Companhia das letras – 2017– pág.101
- Varella, Drauzio – Prisioneiras – São Paulo - Companhia das letras – 2017 – pág.43
- Varella, Drauzio – Prisioneiras _ São Paulo - Companhia das letras – 2017 – pág.45 e 47
- Varella, Drauzio – Prisioneiras – São Paulo - Companhia das letras – 2017 - pág.106
- Varella, Drauzio – Carcereiro – São Paulo - Companhia das letras - 2012 - pág 145
- Varella, Drauzio – Carcereiro – São Paulo - Companhia das letras - 2012 - pág 147
- Varella, Drauzio – Carcereiro – São Paulo - Companhia das letras - 2012 - pág 268

Recebido em 07/11/2018

Aprovado em 20/12/2018

Ideología: una breve introducción

Freeden, Michael. *Idelología: una breve introducción*. Santander: Ediciones de la Universidad de Cantabria, 2013. 171 p. ISBN: 978-84-81026-27-6

Marcos Sepúlveda¹

Michael Freeden é professor emérito da Universidade de Oxford, um dos fundadores do *Journal of Political Ideologies* e diretor do *Centre for Political Ideologies* da Universidade de Oxford. Freeden tem nos ensinado a analisar a ideologia de outra forma dando uma nova visão e significado.

Neste sentido, Freeden diferencia entre pensar politicamente e pensar sobre política, como bem ressalta Capellán de Miguel (p. 11). Desse modo, a ideologia deve ser encarada como um estudo multidisciplinar, de forma que se aproxime com a prática política, conforme expõe Fernandez Sebastián (p. 14).

Diante disso, Freeden repassa diversos estudiosos sobre o tema. O primeiro que se destaca é Marx e Engels, através da câmera escura, a qual trata a ideologia como forma de manutenção das situações deploráveis do homem, mas sobretudo da divisão do trabalho através da ocultação da realidade por meio da filosofia (p. 25). Nesse aspecto, a ideologia é entendida como produto cultural de grupos, que é consolidada pelos meios que estes desenvolvem (p. 31).

Posteriormente, Freeden relata as contribuições de Karl Manneim, Antonio Gramsci e Louis Althusser. O primeiro determina que a ideologia é reflexo de todos os processos sociais, culturais e históricos num contexto de interdependência (p. 33). Já o segundo é instrumento para hegemonia de ideias, cultura e valores morais, que de certa forma também se associa a Mosca - quando este estava alinhado ao pensamento gramsciano. Por fim, o último inova ao comparar a ideologia com a superestrutura econômica, na qual a base está a ideologia, fundamento da sociedade, e, posteriormente, as instituições e as leis (p. 47). Logo, para os autores citados, na visão de Freeden, o papel da ideologia é

¹ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: marcosaraujoba@gmail.com

funcional, constituindo o que será denominado como microanálise. Então, como analisar de forma multidisciplinar?

É nesse ponto a maior contribuição de Freedden. A análise, se feita dessa forma, micro, é incompleta. São necessárias ferramentas que visem uma análise macro da ideologia. De acordo com esse entendimento “*el macroanálisis se obtiene observando las ideologías como tradiciones en el tempo y el espacio cuyos aspectos imaginados se convierten ellos mismos en parte de la realidad política*” (p. 106). As análises macro e micro não são excludentes, pelo contrário, são complementárias.

Dessarte, Freedden diferencia as ideologias entre macroideologias e microideologias. As primeiras constituem uma rede onicompreensiva, em virtude de oferecer soluções a todas questões políticas (p. 105). Já as segundas possuem uma morfologia restritiva, de modo que não estão conectadas aos contextos mais amplos da sociedade (p. 125).

Desse modo, o estudo da ideologia deve atentar aos princípios de cada ideologia, aprioristicamente, embora uma ideologia possa ter interseção de alguns com outra ideologia. Mas o seu núcleo é inegociável, já a parte periférica é negociável. Neste ponto, as ideologias não são contraditórias, nem excludentes.

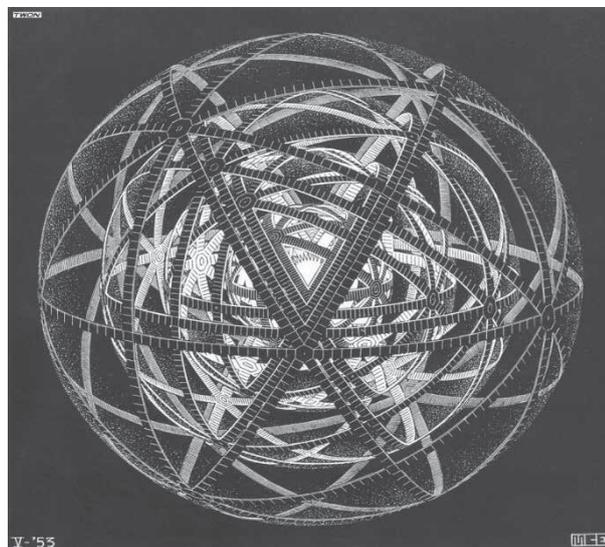
Logo, chega-se a uma conclusão: as ideologias concorrem entre si pelo domínio na sociedade. Mas, quais ideologias? Freedden destaca quatro macroideologias principais: liberalismo, socialismo, conservadorismo e as totalitárias, estas consideradas manifestações excepcionais (p. 120). Nesse ponto é importante compreender que para Freedden há mais ideologias não hegemônicas do que hegemônicas, em contraposição do que preconizava Gramsci *inter alia*. Já entre as microideologias, também denominadas ideologias estreitas, estão o feminismo e nacionalismo, por exemplo. Mas como essas ideologias se relacionam com a prática política e consolidam a macro-análise?

No campo da prática política, os partidos políticos não são autores de ideologias. Dessa maneira, a função dos partidos políticos é de transmitir de forma clara, precisa aos eleitores a ideologia adotada, porém produzida e formulada por outrem. Assim, a ideologia e partido político são conexos como instrumento de retirada do abstrato para prática política, revelando o seu papel social. Já os grupos de pressão e lobby, entre outros, estão localizados mais adequadamente na microideologia. Logo, a ideologia dá vida e sentido para o sistema político.

No entanto, os partidos políticos na formulação de políticas públicas numa

democracia não desejam aguardar por resultados de longo prazo, e, assim se assemelham aos publicitários e marqueteiros que desejam vender e obter resultado o mais rápido possível. Ou seja: a ideologia é um instrumento político por meio do qual o partido alcançará e manter-se-á no poder. Desse modo, a orientação é formular uma política com base numa ideologia que agrade ao eleitor, uma política de votos, tendo em conta que a sociedade é formada pelo pluralismo. Esta formação da sociedade com base no pluralismo recorda aos ensinamentos de Rawls.

Figura 1: Anéis concêntricos de M.C. Escher (apud Freenden, p. 88)



O corolário é que a política não é estática - nunca fora - e a ideologia tampouco. É como anéis concêntricos (figura 1): instrumento dinâmico, de flexibilidade que se relaciona em múltiplos aspectos, nos quais a localização tem grande importância. Por isso as ideologias são adaptáveis de acordo com o tempo e sociedade. Por exemplo, no século XIX a defesa pela inclusão do proletário como eleitor estava mais próxima das correntes marxistas do que das liberais. O destaque é o caso britânico, que com a entrada da classe proletária na cena eleitoral modificou a política britânica, ao transformar o partido liberal de protagonista a coadjuvante, e *pari passu*, surgindo um terceiro partido, o partido trabalhista, que compete até hoje pelo governo com os conservadores. Hoje, essa política, que outrora foi rejeitada pelos liberais ainda que defendesse a liberdade e igualdade de todos perante a lei, é *conditio sine qua non* para o liberalismo. Nota-se que o núcleo inegociável continua o mesmo, o princípio, porém passa a absolver mais formas,

as quais estavam fora dos anéis ou que eram abordadas de forma periféricas, mas, hoje incorporadas como princípio inegociável.

A incorporação de políticas estranhas ao anel da ideologia, como núcleo periférico, também é possível. No entanto, uma questão, que era então ignorada, não salta diretamente para o núcleo inegociável, senão é transformada aos poucos para núcleo periférico, e a depender do caso, em núcleo inegociável da ideologia. A mudança não é abrupta e repentina. Afinal, como bem ressalta Marx (*apud* Freeden, p. 102) “*los hombres hacen su propia historia, pero no la hacen a su libre arbitrio, bajo circunstancia elegida por ellos mismo, sino bajo aquellas circunstancias con que se encuentran directamente, que existen y les han sido legadas por el pasado*”.

Em vista disso, a ideologia traduz as ferramentas para o norteamento das políticas públicas, os princípios a serem adotados numa via de responder quais as políticas públicas devem ser adotadas e de que maneira. Princípios estes que estão localizados no núcleo duro, e, portanto, inegociável para os partidos políticos, e que transformam a abstração para algo concreto e com certa estabilidade e consistência, como bem recorda Fernandez Sebastián (p. 11). Por isso, um problema pode ser visto de diversas perspectivas, com diversas soluções.

Assim, os dados empíricos consolidam uma macroanálise da ideologia. Para isso, Freeden fornece os caminhos ao dar como exemplo a declaração de Adolf Hitler, quando então declarou-se nacional-socialista: a análise empírica é essencial, pois a forma conceitual pode ser insuficiente (p. 103). Para isso, “[...] *en lugar de simplemente afirmar que no es socialismo, lo que necesitamos es una comprobación empírica de las autodefinitiones*” (p. 103).

Como método complementar a esta análise, o discurso e os símbolos também são instrumentos pertinentes, podendo ter grande significado para a ideologia, em especial, as totalitárias. No entanto, para Freeden, caso a análise se restrinja a essas formas, torna-se insuficiente, e, dessa maneira, não reproduzindo de modo coerente e adequada uma análise sobre a ideologia e a política.

Por fim, Freeden resgata a racionalidade instrumental e motivada de Max Weber no estudo na ideologia. Nesse ponto, a parte macro da ideologia é próxima da racionalidade instrumental que visa o meios-fim da ideologia, e, portanto, mensura os custos e benefícios de um partido político ao adotá-la. Por outro lado, as ideologias totalitárias estão mais

próximas da racionalidade motivada e a da intensidade emocional para produzir resultado a qualquer preço, visto que impõe e bloqueia os conceitos políticos por meio da linguagem e da própria ideologia (p. 149).

Portanto, a ideologia não pode ser ignorada nem ser abordada de modo periférico pelos estudiosos da Ciência Política, Ciências Sociais e entre outras áreas de pesquisa. É função essencial para uma análise adequada. Por consequência, não se admite sob nenhuma hipótese uma análise reducionista ou niilista sobre a ideologia. Para Freeden, a ideologia está além das formas negativas e controversas ao adquirir um novo significado, uma nova abordagem, e, de certa maneira, inovadora. Essa é permeada pelo estudo político empírico focando no que a sociedade e o sistema político produzem numa forma de interdependência e holisticamente.

Recebido em 31/01/2018

Aprovado em 10/10/2018

..... Entrevista

Streaming, produção, tecnologia e campo musical

Igor Fediczko Silva¹

Resumo: O consumo e a produção da música mudaram com os serviços de *streaming*? Entrevistamos diversos personagens que atuam no mercado musical, como produtores, músicos, engenheiros e até mesmo executivos, para trazer novas perspectivas à essa resposta. Esse foi um dos objetivos da pesquisa de mestrado chamada “*Streaming: produção, tecnologia e campo musical*”, defendida em novembro de 2018 na PUC. Apresentamos aqui o resultado das entrevistas seguido de algumas observações.

Palavras-chave: *streaming*, campo musical, tecnologia, produção musical, mercado musical

¹ Bacharel em Sociologia e Política pela FESPSP e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: igordisco1@gmail.com.

Durante os anos de 2017 e 2018 entrevistamos diversos personagens que atuam no mercado musical, como produtores, músicos, engenheiros e até mesmo executivos, para a pesquisa de mestrado chamada “*Streaming: produção, tecnologia e campo musical*”, defendida em novembro de 2018 na PUC-SP.

A nossa hipótese é que os serviços de *streaming*, chamados por nós de serviços de entrega de música digital, mudaram não apenas a maneira de consumir música, mas também a maneira de produzir música. Os fones de ouvido, a velocidade da internet, o horário livre disponível para ouvir música fazem com que cada vez mais se padronize os hábitos de consumo e de produção.

Jeff Pina é produtor, guitarrista e violonista, gravou e produziu artistas como Anavitória e Carol e Vitória. Maestro Billy é DJ, produtor e conta com músicas lançadas no *Spotify*. Paul Ralphes é produtor e atuou como diretor artístico da Universal Music durante sete anos. Fernando Sanchez é dono do Estúdio El Rocha, grava e masteriza bandas nacionais e internacionais. André Whoong é músico multi-instrumentista e toca com o seu projeto chamado Whoong. Thiago Barizon é produtor executivo.

Pergunta: O streaming mudou algo na maneira de produzir música?

Jeff Pina: No começo, a galera ainda não tinha critério. Gravavam voz e violão em casa, e eu, sempre envolvido com essa turma, já vi muita música gravada em casa, gravado em celular. Já vi disquinho que o artista considera um disco.

Mas com essa retomada dos negócios, nas plataformas digitais, já profissionalizou de novo. Tem muita gente que chega até mim e diz que quer fazer voz e violão, mas eu não faço. Não dou a minha cara para queimar. E essa garota que quer continuar no jogo, começaram a procurar produtor bom, estúdio bom, músico bom. Antes era essa coisa ingênua, de violão desafinado. Muita gente deu certo com isso, mas agora não dá, pois já voltou a ter esse poder por trás de determinados artistas.

Muitos não têm uma gravadora declaradamente na frente, mas por outros meios a gravadora está apoiando, incentivando. Esses que tinham uma ilusão de fazer voz e violão no *streaming*, já não se diferenciam dos demais, pois voltaram a concorrer com produções niveladas.

Tiago Barizon: Acho que antes mesmo do *streaming*, a digitalização da música alterou a forma de fazer a produção musical. E sobre a questão de lançamentos e estratégias, acho

que ainda está mudando. Não é todo mundo que pegou esse tempo de mudança, mas já vemos muitas iniciativas e artistas que usam de maneira mais engajada cada uma das plataformas, alguns selos que promovem de forma mais assertiva e, principalmente, um caminho sem volta. Chega um momento em que a música chega como água, e você abre a torneira e sabe que vai ouvir música, e o *streaming* é isso. Apesar de ser um movimento novo, as estratégias estão sim mudando e há uma curva de aprendizado, para aprender não só a ferramenta, mas também os hábitos de quem consome essa ferramenta.

Quando falamos sobre gravação, forma e conteúdo, temos que lembrar que a indústria fonográfica surgiu muito mais como uma indústria tecnológica do que criativa. Existia um momento em que foi criado o gramofone, para as pessoas de elite, com discos de música clássica e o que essa elite consumia. Com o advento do vinil, classes não tão altas conseguiam consumir a música também. Existia o equipamento, mas não existia o que tocar nesse equipamento. A popularização da música surgiu como uma necessidade da indústria tecnologia, para abastecer o que essas pessoas iriam comprar nesse novo formato.

E isso ainda não mudou. O que as telecons hoje vendem, mais do que aparelhos, é o conteúdo. Temos os celulares e precisamos inundar esses celulares de conteúdo, seja com música ou textos. Existe uma necessidade maior de abastecer esses celulares com conteúdo, e isso acaba influenciando como a gravação é feita, e isso muda também dentro do estúdio. E na parte técnica, as pessoas ouvem muito mais no fone de ouvido, e isso impacta também em como será feita uma gravação.

Fernando Sanches: Isso mudou muito também. Hoje em dia todo mundo que eu converso de gravadora tem essa coisa de ter sempre assunto, então é besteira queimar 14 músicas em um disco. Quando o CD saiu, o preço de se fazer dez minutos de música ou 74 era o mesmo, então dá pra ver uma época dos anos 90, principalmente os CDs de rap, que os CDs eram cheios até a boca. E tem muito disco que se perde nisso, ele poderia ser muito mais legal se fossem 45 minutos legais daquilo, e não 74.

E a volta do vinil mudou muita coisa. Como ele voltou de dez anos pra cá, ele tem um limite de tempo menor e você perde qualidade quanto mais tempo coloca. Então o pessoal voltou a fazer discos de 36, 40 minutos, e de oito a dez músicas, com cinco músicas por lado. Já tem um pessoal que entra em estúdio pensando nisso.

Mas o principal dentro de uma mídia de *streaming* é ter assunto sempre. Eu to fazendo um disco de uma banda que está gravando 16 músicas, e um amigo até brincou e disse ‘vocês não estão gravando um disco, vocês estão gravando quatro eps’. Até

questionei a banda se eles iriam colocar tudo isso de música, hoje em dia ninguém tem tempo. E acho que facilidade do serviço de *streaming* também, é muito difícil você segurar o ouvinte sendo que em dois cliques ele já mudou o disco, já está em outro lugar. O seu disco tá tocando lá mas ele tem o novo do Kanye West que acabou de chegar. Você tem que concorrer com isso. E se você colocar um disco de 16 faixas é mais chance do cara não chegar até o fim.

Paul Ralphes: O principal é que quase ninguém grava um disco, é sempre uma música ou um EP de 4 música. O orçamento é menor, pois o tempo é menor.

Isso tem coisas boas e coisas ruins. O artista não tem muito tempo com o produtor para desenvolver um estilo dentro de um disco. Antes você tinha dez, 12 faixas para desenvolver, e hoje você tem quatro músicas, e não tem esse tempo para experimentar.

É muito raro marcar estúdio com banda. É sempre feito com tecnologia por meio digital. Você grava uma base, passa em um HD ou WeTransfer para o tecladista gravar, todo mundo tem *home studio*, depois o guitarrista grava em seu estúdio. O produtor fica com um quebra cabeça. Isso não existia antes. Normalmente os músicos estavam dentro do estúdio para gravar.

Eu ainda gosto de tentar fazer tudo dentro do estúdio com todos presentes. Às vezes acho que fica tudo um pouco frio, um pouco sem essa alma da gravação, pois está tudo em pequenos pedaços no quarto de alguém.

Maestro Billy: Quando começaram a sair os *devices* e a música virou algo portátil, com fitas, CDs, mp3 *player*, não se vê mais o movimento da música. Se o Pink Floyd lançasse suas músicas hoje em dia como lançava nos anos 70, não iria fazer o menor sucesso. *Wish You're Here* começa baixo, vem crescendo, entra a música e termina. Se no contexto atual você ouve algo assim, iria achar que a música está com problema e iria passar de faixa.

O jeito de produzir mudou para atender essa demanda da portabilidade e mudou o tempo da música, o estilo musical. Ainda tem muita banda de rock, mas a mixagem é diferente, o estilo é diferente, e justamente para atender essa demanda dos fones de ouvido, das caixas de som de computadores. O processo de produção mudou e a maneira de se consumir mudou. Meio como uma bola de neve.

André Whoong: Eu acho que não de produzir, mas sim a maneira de soltar as músicas e distribuição. Mudou sim, pois se eu coloco um disco no *Spotify*, eu vejo. Começa com 500 mil *plays*, depois 480 mil *plays*, e chega na última música com 5 mil *plays*.

Isso é uma realidade do *Spotify*, e eu também ouço música assim. Eu adorava ouvir álbum, ler encarte, mas hoje em dia eu confesso que ouço poucas coisas do mesmo álbum, principalmente das coisas novas. Discos antigos, por memória afetiva, continuo ouvindo inteiro. Então pensei para começar a lançar single, pois aí as pessoas dão atenção para a minha música e consigo trabalhar e manter os meus ouvintes, lançando música a cada dois meses. É material novo e novidade, e as pessoas querem novidade, e o *Spotify* é isso.

E sim, está todo mundo pensando dessa forma. É o padrão momentâneo, e pode ser que mudem daqui a pouco, e volte a ter álbum com encarte, mas acho difícil. O padrão agora faz com que as pessoas trabalhem dentro do padrão e acho legal. Não sou saudosista. Tudo é moda e toda hora as pessoas estão agindo de acordo com o padrão que as pessoas estão consumindo. E a gente tem que entregar o que as pessoas querem, de certa forma, como artista. Até para conseguir atingir mais gente.

Um dos maiores erros, principalmente do artista independente, é viver para nós mesmos. “Vou fazer K7, LP”. Quem vai comprar K7, LP? A não ser que seja muito fã, né? Eu quero é atingir o maior número possível de pessoas, e o *Spotify* me proporciona isso.

P: Mudou também o conteúdo da música?

PR: Artistas mais jovens estão ligados em mudar o conteúdo. A duração da faixa diminuiu, e se há dez anos eram em 3m 35s, e agora está em 3m em média. Uma música com menos de 3m não incomoda mais também.

Fiz um trabalho recentemente que achei muito interessante, pois queriam começar com o refrão, não tinham breaks instrumentais e tinha voz do começo ao fim. E se pesquisar o que está rolando no Brasil e internacionalmente, agora começa com refrão, não tem paradas, não tem instrumental.

O pensamento é muito direto e as pessoas não têm concentração. Você já tenta fazer impacto nos primeiros 20 segundos, que é o refrão. É um outro jeito de gravar música e pensar música.

AW: Bastante! Virou uma estética deixar a voz toda afinada, uma bateria toda no grid também.

MB: É algo consensual. Se você percebe que tem alguém fazendo algo muito legal de rock, e quando vem um outro músico e faz algo menor, com guitarra mais timbrada, e se percebe que ele vende mais, o músico do rock tradicional para pra pensar e percebe que

a música dele tá mais comprida e com as guitarras mais pesadas e acaba mudando a sua música também.

Hoje em dia, o déficit de atenção é tão alto que se você fizer uma música de um minuto e meio, está perfeito. Mais que isso, vai encher o saco. O consumo está tão diferente, tão descartável, que música comprida é pra quem gosta da banda. Rihanna, Kate Perry, sempre com mensagens concisas. E assim vamos.

FS: A geração de hoje em dia ouve música de outro jeito. A relação que eles têm com uma nota fora de voz é muito mais estreita do que a gente tinha. A gente cresceu ouvindo discos meio desafinados, e a molecada cresceu e o primeiro disco que eles ouvirem já estava todo corrigido no computador, então a referência deles é uma referência que não é humana.

Se você pegar até Freddy Mercury, cantores super precisos, eles não cantam como um disco hoje em dia, como, por exemplo, da Anitta. É uma coisa não humana. Tanto que virou uma estética essa voz de auto-tune.

JP: É um caminho sem volta. O ouvido das pessoas está cada vez mais se acostumando a isso. Você sempre acaba dando um ajuste nas vozes.

Tive que reaprender a afinar para não chocar as pessoas, pois é um caminho sem volta. Afino todo mundo no auto-tune.

P: *E isso tem a ver com a tecnologia, obviamente.*

FS: Sim, porque ninguém toca ou canta daquele jeito. E as pessoas estão acostumadas a ouvir daquela maneira. E se a pessoa ouve o baterista tocando um pouco mais pra cá ou pra lá, acha que está errado. O cantor ouve ele cantando um pouquinho menos preciso e se sente mal.

E de voz é bizarro, como que as pessoas não admitem nada fora. Eu ouço discos super famosos dos anos 80, 90, que hoje em dia não passariam de jeito nenhum. Se ouvir o In Utero do Nirvana, não tem uma nota certa de vocal, cravada. É tudo escorregado, e o disco saiu daquele jeito, vendeu pra caramba, é o melhor disco deles.

JP: Sim, mas já virou uma jogada comercial. O artista sabe que é importante estar em uma *playlist*. A maioria das gravadoras criaram um departamento digital, onde os funcionários ficam pesquisando por que um artista tem um milhão de curtidas, por exemplo.

E assim, criam contratos básicos, que é de distribuição digital, onde a gravadora apenas sobe a sua música para as plataformas, que é algo que você mesmo pode fazer. Mas a gravadora só vai investir em você mesmo quando você sai do digital e entra do físico.

TB: E sobre *playlists*, elas não só estão tomando espaço das rádios, mas também das imprensas. Surge uma formação de um novo tipo de curadores, com penetração dentro de nichos, divulgando *playlists*. E existem artistas que são influenciados por *playlists*, mas mais do que isso, as *playlists* criam um público preguiçoso.

Já existia uma preguiça, quando as pessoas ouviam pela rádio, e ainda mais agora. De uma forma tão grande que houve aí um certo escândalo de produtores levantando a notícia que as plataformas de *streaming* estavam criando artistas, sempre com um nome diferente e criando *playlists* que estavam sendo revertidas para a própria plataforma. Acho que o artista no geral ainda não se influencia pela *playlist*, mas a *playlist* está influenciando hábitos de consumo.

PR: Trabalhando em uma gravadora por sete anos, você tem uma ideia do que funciona. Se o artista não é funk ou sertanejo, você sabe que a quarta ou quinta *playlist* mais popular do Brasil é acústica.

Se você faz algo acústico, você tem possibilidade de entrar em uma *playlist* bem tocada, e não precisa se preocupar em fazer algo funk ou sertanejo, que não é a onda do artista. Então tem sim isso na cabeça, pois o artista quer sim que o trabalho seja escutado. Não se faz música para se ouvir em casa, sozinho. E entrar em uma *playlist* é algo interessante.

MB: Você faz uma ótima música, coloca orquestra, e o usuário ouve pelo fone vagabundo da Apple dentro do *Spotify*. Toda a qualidade do áudio gravado, com pureza e qualidade vira uma porcaria nos fones. Mudou muito, e quem toca muito hoje em dia? Fora eles, o pessoal da *dance music*, como Gueta, Deadmau, eles fazem tudo em casa. Fazem em fone de ouvido e depois testam em caixas grandes. Não precisa mais dos grandes eventos de antigamente para fazer uma gravação.

P: O artista hoje depende menos das gravadoras do que antigamente? Há uma sustentabilidade maior?

PR: Sempre disse que o artista tem que cuidar de sua carreira. Você não pode entregar a sua carreira para uma gravadora, esperando que alguém vai resolver para você. Nem em épocas passadas e nem hoje em dia.

Hoje em dia o artista tem muito mais possibilidades de controlar áreas que antes não poderia, e a gravadora não tem recursos para cuidar com o detalhe que precisa. Pode dar uma orientação de como fazer, mas não pode fazer totalmente. É muito importante que o artista controle isso, e goste ou não goste, é como o mundo focou nisso.

Acho saudável que o artista não fique esperando que alguém faça isso para ele.

P: E para produtores? O modo de produtor produzir música mudou depois do streaming?

JP: Deu uma rejuvenescida. Tirou algumas certezas absolutas. Tenho 50 anos de idade e trabalho com artistas de 16 a 25 anos. Dei uma atualizada no repertório.

A música que sou apaixonado até hoje é a música feita nos anos 80 e 90. Sou daqueles que diz que depois dos anos 80 e 90 nunca mais apareceu música boa, mas tenho que desligar o Jeff ouvinte do Jeff produtor. Preciso estar atual, pois eu produzo jovens que às vezes me mostram coisas que eu acho muito boas, e tenho que trabalhar para esse jovem e satisfazer esse público também.

Quando parei de ouvir as músicas pré-concebendo uma opinião, comecei a me dar muito bem. Estou terminando uma produção com duas meninas de 17 anos que acabaram de assinar um contrato com uma gravadora grande. Nunca tinham gravado e tinham quatro milhões de inscritos no *YouTube*, e tudo que postam tem cinco milhões de *views*, seis milhões, e tão fortes na internet que entraram direto na gravadora.

Quando vieram a primeira vez em meu estúdio, eu fui ver os vídeos. Músicas resposta, mashups, com milhões de *views*. A minha preocupação como produtor é fazer algo autoral, mas que não caísse a aceitação do público. Eu ouvia o canal, a linguagem, as músicas que tinham resposta, entender e não distanciar tanto do que elas já faziam. Vi comentários, ouvi as músicas, fiz a lição de casa e produzi. E com a primeira inédita, dois milhões de visualizações.

A gente tem que agregar algum valor a música da pessoa, mas sem interferir na história que já tem, principalmente para esses artistas de *YouTube* que querem sair da tela do computador.

FS: Eu sou uma pessoa que tem muitos vícios antigos. O fone de ouvido é uma preocupação muito grande, mas eu não consegui ainda entrar no mundo do fone de ouvido. As pessoas consomem música pelo fone de ouvido, mas a minha referência ainda é caixa no ar mesmo, e não fone de ouvido.

Mas eu sei que é uma preocupação. Agora tem essas caixinhas bluetooth que muitas são mono, e é um negócio que a gente voltou a se preocupar com isso na mixagem. Quando eu comecei tinham TVs mono, aí, a partir do momento que as TVs viraram estéreo, o pessoal parou de se preocupar com isso, mas agora voltou de novo essa coisa do mono. E assim, certas músicas que eu nem ouço mais em caixinhas que eu tenho, pois eu sei que eu vou sair com a referência daqui, vou chegar em umas caixinhas desse tamanho, vou querer me matar. E quando você está muito dentro do processo, é complicado abstrair, é preciso até falar pro artista, pra ele ficar calmo.

E o artista às vezes pira, ele fica com uma cobrança excessiva em cima do trabalho dele, sendo que as pessoas não vão ouvir daquela maneira tão detalhada. E nem só pelo aparelho tão detalhado, mas também por estar desafinado, por uma nota mais alta.

P: *Atualmente, existe um novo estilo de música, uma música híbrida, que não é exatamente um sertanejo, parece um funk, um pop. Sempre cheio de participações e com várias características de vários estilos. O que vocês acham desse novo estilo híbrido de música e dessas participações excessivas nas músicas?*

FS: Ah, isso a gente comenta muito. Criaram um híbrido que você não sabe o que é, isso que chamam de sertanejo hoje em dia, ele é meio funk, meio axé, meio música pop eletrônica. É um híbrido de tudo que agrada as pessoas, e sempre tem participação. Hoje em dia toda a música tem participação, sempre tem o featuring alguém, acho que por causa do *streaming*. Ele *linka* mais no *streaming*.

Veja a música da Pitty que saiu agora, é ela, a Tácia Reis e a Emmily Barreto do *Far From Alasca*. Dessa faixa, a Pitty já conseguiu englobar mais dois searches. A pessoa vai procurar rock alternativo, *Far From Alasca*, e vai linkar com a Pitty. Foi uma sacada comercial boa.

MB: Sim, a cross media. Já existia com Roberto Carlos, gravando com outros artistas, e me parece que também culpa das gravadoras. É tudo muito voltado ao mercado, ao consumo mesmo.

O Ed Sheeran grava com outro artista, e provavelmente esse outro artista é da mesma gravadora, provavelmente de nichos diferentes e que precisa alavancar o artista para esse nicho. Essa cantora Dua Lipa, foi alavancada por participação em músicas de outros artistas, e provavelmente da mesma gravadora ou mesmo empresário.

PR: É um mundo que não tem tribo mais. Não há mais aqueles que só gostam de heavy metal, punk. Hoje em dia tudo é possível. No jeito que as pessoas se vestem, em tudo. É um mundo de internet, onde tudo vale. O Ed Sheeran tem um hip hop, uma música eletrônica, um folk, um acústica. Ele representa isso, tem apelo para todos. Isso não existia antes, talvez teria até o Prince, com um pouco de rock, mas quando Prince misturou muito, ele perdeu público. Isso era algo negativo, mas hoje é um benefício.

JP: O sertanejo tem feito muito isso no Brasil. São empresas privadas que conseguiram assimilar esse tipo de conteúdo.

P: E vocês sentem que os artistas percebem que estão produzindo conteúdo para as plataformas sem serem remunerados. Segundo Ludmila Costhek Abílio em “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”, estamos produzindo valor para empresas-aplicativo, como o próprio Spotify. Vocês sentem que os artistas percebem que estão “trabalhando” para o Spotify?

AW: Não, não sinto que eu trabalho pra eles. Eu sinto que eles trabalham para mim, pois a partir do momento que eu coloco ali, já está no mundo. Eu recebo pouco em troca em questão de dinheiro, é pouquíssimo, mas é alguma coisa e não dá para reclamar.

Mas o que eu ganho em troca do *Spotify* é as pessoas me ouvirem, pois as pessoas estão lá. É como se fosse uma casa de shows, que me permite que entre lá e faça a minha apresentação, e quem gostar de mim vai me seguir.

O *YouTube* eu não alimento tanto. Mas percebi que quando lancei um single com clipe *YouTube* e um single no *Spotify* eu tive mais ouvintes do que quando lancei só um single no *Spotify*, então acho que está meio linkado. Eu acho uma besteira artista ser avesso ao *YouTube* e *Spotify* por questão de birra. Se for avesso só por birra, está sendo birrento, e não artista. Mas se for avesso por questões como propósito e valores, tudo bem, tem que respeitar. O importante é ser verdadeiro.

Eu acho que é isso, não temos que nos sentir presos a nada. Muita gente tem medo do que representa o *YouTube* e *Spotify*, pois representam grandes empresas e estamos na

mão... Sempre foi assim, sempre foram grandes empresas que mostraram qual o caminho de consumo da música, só que agora é muito grande, muito rápido e muito fácil, tanto para as grandes empresas quanto para nós. E claro que dá medo de onde vamos depois disso, mas o importante é se divertir e ser feliz, seja no *Spotify* ou seja na rua.

JP: Não. Na cabeça dos artistas, as empresas trabalhando para elas, pois para esses artistas maiores, o retorno está vindo. Desses artistas grande, já vi campanhas de produtos de beleza. Elas pensam mais em fazer o seu canal crescer para ter esse retorno. Eu acho que em pouco tempo, o formato de show de hoje vai deixar de existir. As pessoas gostam do ao vivo, mas cada vez mais vai migrar para essas lives, onde você vai poder ver o show do seu artista favorito da sua casa. Esses jovens do *YouTube* não percebem que eles estão criando valor para a marca, e o maior medo é não perder seguidor, visualização, like.

TB: Acho que não. A indústria musical é sempre refém da indústria tecnológica. O artista não percebe como nunca percebeu, ele não sabe do valor agregado que existe por trás disso, e não tem ideia de toda a cadeia por trás de uma música só.

Muitos artistas se produzem sozinho, e sempre resvalam nessa questão. O dia em que, não só na música, mas na arte como um todo, conseguirmos pensar no valor agregado que existe, e quem que está ganhando com isso, haverá um impacto na maneira em que se consome cultura de um modo geral.

PR: O exemplo do Uber é interessante. O artista, mesmo passando para a gravadora, é dono do seu canal do seu canal no *YouTube*. É um bem que você tem que trabalhar.

Talvez, esperar que o *Spotify* ou *YouTube* faça algo para você é uma ressaca da época de gravadora, onde o artista espera que se faça algo para ele, e não o contrário. Mas vejo artistas usando isso de forma positiva, ganhando muito dinheiro pois sabem usar esse bem dele. E quando você chega em um certo ponto, o *Spotify* e *YouTube* vão ver que você está gerando lucro e vão dar mais destaque, como um parceiro.

MB: Não considero o artista um usuário do *Spotify*, me parece mais uma relação ganha-ganha. Antigamente, o CD servia para levar a música da loja para a tua casa, e com o *streaming*, esse suporte ficou desnecessário.

O *streaming* deu para o músico a possibilidade de alcançar muito mais ouvintes, e o músico agrega valor ao *streaming* pois ele está levando mais gente para os serviços. É

uma relação ganha-ganha, onde você tem uma base de ouvintes muito grande, e por outro lado o serviço precisa do seu conteúdo para estar lá dentro. Todo mundo ganha.

P: *Se é uma relação ganha-ganha, por que não se acha um artista sequer que ganha dinheiro pra valer no Spotify?*

MB: Eu tenho cerca de 50 músicas no *Spotify*, todos os plays me dão cerca de 150 dólares mensais. É muito pouco. Se eu tivesse uma música minha tocando por 1 minuto na globo, eu já ganharia mais do que isso. Mas é uma questão de adaptação, e hoje em dia infelizmente é desse jeito.

P: *Mas se o Spotify não está ganhando dinheiro, por que os artistas deveriam ganhar?*

MB: Tem gente ganhando dinheiro com isso, mas não é o *Spotify* e nem são os artistas. A gravadora sempre vai estar ganhando dinheiro, mas o artista pequeno, independente, assim como ele se desdobrava para ganhar dinheiro antes, continua se desdobrando mais ainda, pois o *Spotify* é algo que não dá dinheiro nem para o próprio *Spotify*, imagina para o artista.

P: *Sim, tenho notado que esses serviços ainda não tem um saldo positivo. Como que os serviços vão ganhar dinheiro?*

PR: Acho que não é só um problema da música, mas sim do mundo digital. Empresas têm faturamento mas têm um valor muito alto.

Acho que os serviços de streaming só vão conseguir gerar lucro quando houver um acordo padrão de pagamento de direitos autorais, sem precisar de negociação a cada ano. Quando a indústria tiver um modelo mais fácil de negociação, será mais fácil de gerar lucro.

Todos estão brigando por suas contas, e não por um acordo padrão.

MB: Já eu, não faço a menor ideia. Talvez quando começarem a diversificar o seu negócio, se tornarem gravadora, produtora. E pode dar problema também, por concorrência. Mas não sei. É uma pergunta que não sei mesmo. No Brasil, se ouve muito o plano grátis, ouvir propaganda, mas na Europa normalmente se paga o plano mensal do *Spotify*, pois é uma comodidade muito grande.

P: E para o artista? Quanto que o Spotify paga para o artista por música?

AW: Não tenho a mínima ideia. Nunca me preocupei. Devia né? Entender as coisas como funcionam. Mas não tenho ideia. Por *play*, acho. Alguns centavos por *play*, mas não sei.

MB: O *Spotify* não fala quanto ele paga, mas eu sei quanto eu recebo de todas as plataformas através de uma tabela de ganhos. O *Spotify* me pagou 0.00175 de reais por *play* dentro da plataforma a cada execução de no mínimo de 30 segundos. Mas é complicado, depende da música, depende de onde tocou. É uma caixa preta e não tem como saber a conta exata.

PR: Essa é uma polêmica. Pharrell colocou uma cópia de um cheque, e nunca conseguiu entender qual a porcentagem de cada vez que foi tocado. Já ouvi alguns números quando estava na gravadora, mas acho que não está claro. Até tudo estar mais definido, não tem como saber. Porém, acho que está em uma direção certa. Quando entrei para a Universal, dei uma entrevista dizendo que a música iria virar algo como um serviço padrão para os usuários, mas como isso é dividido realmente é outra questão. A música se torna ambiente da casa, do carro, e por enquanto ficou assim mesmo.

Estamos com dois modelos, e enquanto não tiver apenas o modelo do *Spotify*, Deezer, teremos essa dúvida.

FS: Não sei. Não faço a menor idéia. Não sei se é mais alto pra Ivete do que pra mim. Eu sei que a Universal tem uma arrecadação melhor, e às vezes é melhor entrar no catálogo de uma gravadora x do que y. Há um tempo atrás você gravava um disco e não iria receber por isso, pois ia fazer show. Mas quanto paga hoje não sei.

JP: Não tenho essa informação agora, mas posso procurar.

P: Como será o futuro da música e do streaming?

PR: Acho que por um lado estamos no meio de um furacão, uma transição, mas vejo como algo positivo. Não está resolvido quanto que se paga para artistas e direitos, mas pelo menos o dinheiro está voltando para a indústria. Há oito anos foi um momento muito ruim, mas agora há saída, e com a tecnologia as pessoas tem feito mais músicas do que em qualquer outra época. É um momento muito interessante do ponto de vista de criação e de acesso.

Considerações sobre as mudanças no campo musical

Nas entrevistas, foi notado que há uma mudança em andamento do processo de produção e consumo da música. Os artistas não enxergam mais nas gravações dos fonogramas uma fonte de renda, e os produtores se preocupam ainda mais com a reação do público, antes mesmo de entrar em estúdio.

O algoritmo dos serviços de streaming, como o *Spotify* e o *YouTube*, monetizam as músicas de acordo com regras criadas pelos próprios serviços, baseado em tempo de execução, quantidade de playlists inseridas, e até mesmo conteúdo, no caso do *YouTube*. Isso faz com que a música tenha um valor de mercado diferente a cada execução e que cada música tenha o seu próprio valor.

André Whoong, baixista, violonista e guitarrista, produz algumas bandas de rock alternativo e conta com o seu próprio trabalho. Em suas respostas, fica claro que há uma busca por uma expansão de sua área de atuação e de seu trabalho. O valor de troca de cada uma de suas execuções, e isso fica claro em sua própria fala, não é o mais importante, mas sim o valor de uso e as execuções de seus fonogramas.

Jeff Pina, produtor de um estilo musical em que ele mesmo chama de MFB - Música Fofa Brasileira, conta com um fator de destaque: entender as redes sociais e estar dentro de diversas redes ao mesmo tempo. Ao mesmo tempo em que está inserido no *YouTube*, checando comentários e repercussão, mostra o dia a dia de seu trabalho no *Instagram*, procurando novos clientes e aumentando o seu capital simbólico dentro do campo musical como produtor.

Fernando Sanches, como dono de estúdio, não se interessa, ou não encontrou um caminho, como produtor. Seu foco é gravar, mixar e masterizar, sendo reconhecido como um grande técnico e engenheiro de áudio. Também não sabe o valor de mercado de uma execução de uma música sua ou de sua banda, o CPM 22. Fernando deixou claro em suas respostas que o seu foco não está em pesquisar o contexto social em que cada banda está inserida.

Maestro Billy, outro entrevistado que está muito inserido nas redes, é quem mais entende como funciona o algoritmo dos serviços de streaming e, curiosamente, quem tem mais fonogramas disponíveis dentro do *Spotify*. Também é quem mais recebeu repasse dos serviços, e, mesmo assim, em uma quantidade irrisória, perto do custo de produção, gravação e promoção de suas músicas. Billy chegou a me contar, quando não estávamos mais gravando, que em sua opinião as gravações de orquestra estavam fadadas

ao esquecimento. Que grandes estúdios eram cada vez mais caros (em um contexto de home estúdio), e que o valor recebido por um fonograma não compensa o custo de uma gravação com uma orquestra.

Paul Ralphes, ex-diretor da Universal, é quem tem mais esperança em uma mudança de paradigma dos serviços de *streaming*. Foi uma conversa amena, com um produtor renomado, extremamente educado e lúcido sobre o papel dos serviços de streaming e da internet na realidade da música atual. O seu conhecimento sobre música internacional me impressionou, como por exemplo em sua resposta sobre Ed Sheeran e a questão do músico acústico que mistura várias tribos, além da sua visão sobre um acordo padrão entre serviços de streaming e produtores de conteúdo.

A dúvida que permanece é: haverá novamente remuneração para músicos dentro de um contexto de *streaming*? Os músicos ganharão dinheiro com gravações novamente? Segundo alguns entrevistados, não há mais dinheiro para músicos dentro dos serviços de streaming, para outros, não é mais o foco.

Recebido em 23/11/2018

Aprovado em 22/12/2018

